

FICHA DE META DADOS – CEDIM 2018/1	
<b>Nome da Pasta</b>	Atos Oficiais da Prefeitura de Nova Iguaçu
<b>Autor/Instituição</b>	Secretaria Municipal de Governo de Nova Iguaçu – SEMUG
<b>Número de Documentos</b>	107
<b>Quantidade e tipo de documentação</b>	Livro de Resolução de 1963 - 1965 Nº 1444 - 1800
<b>Dia/ Mês/Ano</b>	09/05/1963 – 23/11/1965
<b>Formato</b>	A4
<b>Resumo</b>	<p>A coleção contempla decretos e resoluções publicadas pelo poder municipal de Nova Iguaçu entre 1948 e 1989. Encadernados sob a forma de livros, o acervo encontra-se depositado junto à Secretaria Municipal de Governo de Nova Iguaçu – SEMUG, reunindo dados sobre gestores públicos, orçamentos do município, subvenções concedidas às instituições locais, solicitações de aposentadorias, aumentos salariais e etc. Dentre os registros localizados citamos a implementação de regras para fiscalização das linhas intermunicipais, valores das passagens e limite de passageiros, ou seja, um retrato da administração pública desse município. Destacamos que a documentação encontra-se manuscrita e em bom estado de conservação para leitura.</p>





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR – CAMPUS NOVA IGUAÇU  
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM



<b>Palavras-Chave</b>	Leis; Atos Oficiais; Resoluções; Decretos; Nova Iguaçu.
<b>Notas explicativas</b>	***



RESOLUÇÃO Nº 1963 a 1993  
Nº 1444 a 1800

ACERVO DIGITALIZADO



CODIM  
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM  
INSTITUTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA - UFRJ



DIÁRIOS OFICIAIS







ACERVO DIGITALIZADO



**CEDIM**  
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM  
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFRJ



ARQUIVO DE PLANTAS





1  
✓  
Termo de Abertura ✓

Servirá este livro, cujo número de folhas consta do termo de encerramento, para o registro de resolução.

Gabinete do Prefeito, 17 de dezembro de 1963.

Chefe do Gabinete.

CEDIM  
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM  
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFRJ

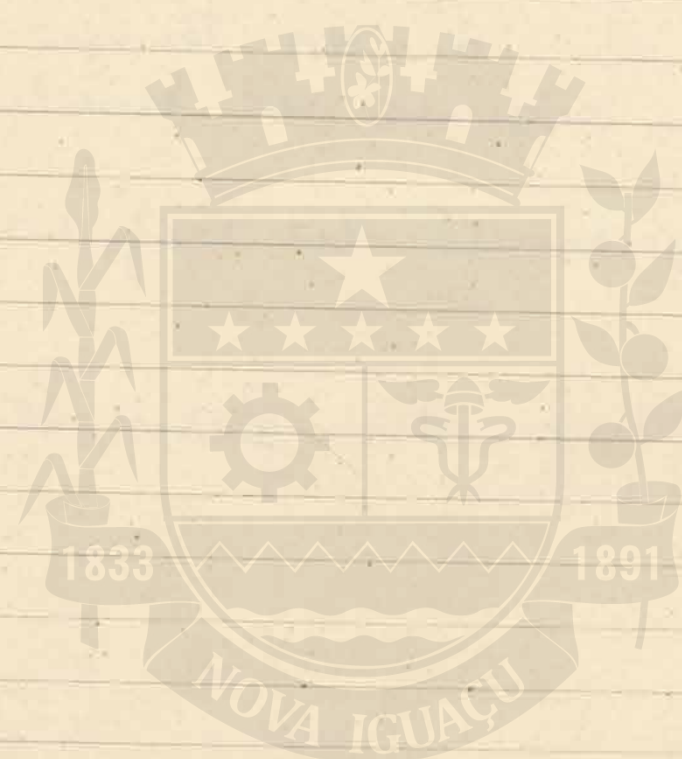
ARQUIVO DE PLANTAS



Y. Henrique  
2

cont. Resolução nº 1444

Doiteiro (mercador)	100,00
Pães (mercador)	100,00
Pássaros	400,00
Posteis, Empadas, sanduiches, e semelhantes	200,00
Pipocas	200,00
Plantas ornamentais	300,00
Peixeiro	300,00
Produtos de Balicínio (por atacado)	600,00
Produtos de Balicínio (à varejo)	100,00
Quinquilharias	200,00
Salgado	100,00
Pepercos e sorvetes (à varejo)	200,00
Sorvetes (por atacado)	600,00
Doceiro	300,00
Barbaqueiro	300,00
IV - Para o Comércio Eventual	Suposto
Especificação	diário
Artigos de Carnaval	
mercador ambulante	200,00
em barraca ou tabuleiro fixo	500,00
Artigos de Natal - mercador ambulante	100,00
em barraca ou tabuleiro fixo	300,00
Artigos para festa finimas (exceto fogos)	
ambulantes	100,00
em barraca ou tabuleiro fixo	300,00
Flores e folhagens artificiais	
ambulante	200,00
em barraca ou tabuleiro fixo	400,00
Flores e folhagens naturais	
ambulante	100,00
em barraca ou tabuleiro fixo	300,00
Fogos de Artifício	
em barracas	1.000,00





Heinze

Frutas frescas	
ambulante	100,00
em barraca ou tabuleiro fixo	300,00
em camião	400,00
Doceiras, doces, Bolos	
ambulantes	100,00
em barraca ou tabuleiro fixo	300,00
Pães, empadas, sanduiches e semelhantes	
ambulantes	100,00
em barraca ou tabuleiro fixo	300,00
Refrigerantes e cafés	
ambulantes	100,00
em barraca ou tabuleiro fixo	300,00
Artigos não especificados nesta tabela	
ambulantes	100,00
em barraca ou tabuleiro fixo	300,00

### Tabelas do Imposto de Licença

#### 1 - Imposto de Licença de Localização

##### A - Para Estabelecimentos Comerciais

Especificação	Imposto nas Zonas		
	Urbana	Suburbana	Rural
Animais e aves abatidos	2.000,00	1.000,00	500,00
Armas e munições	3.000,00	1.000,00	500,00
Armas, munições, material caça e pesca	20.000,00	10.000,00	5.000,00
Artifatos de couro e pelos	5.000,00	3.000,00	1.000,00
Artigos dentários, material cirúrgico	8.000,00	5.000,00	1.000,00
Artigos de material plástico	5.000,00	3.000,00	1.000,00
Artigos e aparelhos de ótica	8.000,00	5.000,00	1.000,00
Artigos e aparelhos eletro-domésticos	10.000,00	6.000,00	1.000,00
Artigos e materiais usados	10.000,00	8.000,00	2.500,00
Artigos escolares e de escritório	2.000,00	1.000,00	500,00

Heinze 3

Artigos para fumantes	8.000,00	6.000,00	2.000,00
Depósito ou acondicionamento de gases comprimidos ou liquefeitos	15.000,00	10.000,00	5.000,00
Fogos de artifício	30.000,00	20.000,00	10.000,00
Instrumentos e artigos de música	5.000,00	3.000,00	500,00
Instrumentos e artigos fotográficos	6.000,00	4.000,00	1.000,00
Docas, tintas, ferragens e artigos de uso doméstico	8.000,00	5.000,00	1.000,00
Máquinas, adubos, e outros artigos para lavoura	3.000,00	1.500,00	500,00
Materiais de construção	10.000,00	6.000,00	2.000,00
Produtos - Agro-pecuários	2.000,00	1.000,00	500,00
Produtos (gêneros) Alimentícios	8.000,00	6.000,00	2.000,00
Produtos farmacêuticos	8.000,00	6.000,00	1.000,00
Produtos laticínios	6.000,00	4.000,00	1.000,00
Tecidos em geral, malharias, roupas de cama e mesa, roupas, fitas e demais artigos de vestuário	1.000,00	5.000,00	1.000,00
Veículos, motorizados e acessórios	20.000,00	15.000,00	10.000,00
Veículos não motorizados e acessórios	10.000,00	8.000,00	4.000,00
Vidros, espelhos, quadros, molduras	5.000,00	3.000,00	1.000,00
Espécies não classificadas	6.000,00	3.000,00	1.000,00

#### 1 - Imposto de Licença de Localização

##### B - Para Atividades Auxiliares do Comércio

Especificação	Imposto nas Zonas		
	Urbana	Suburbana	Rural
Agentes, corretores e outros intermediários que não negociam por conta própria	2.000,00	1.000,00	500,00



Fleury

Bancos e agências bancárias	30.000,00	20.000,00	
Corretoras de Companhia de seguros e capitalização	2.000,00	1.000,00	
Empresas locadoras de veículos (inclusive os de aprendizado e treinamento de motoristas)	5.000,00	3.000,00	1.000,00
Empresas e agências de publicidade	3.000,00	2.000,00	1.000,00
Escritório de organização técnica, escrituração mercantil, informações comerciais, registros de firmas e de mercadorias, declaração e pagamento de impostos inclusive para tratar de papéis junto às repartições públicas e autárquicas...	2.000,00	1.000,00	500,00
Outras atividades auxiliares do comércio não especificadas	2.000,00	1.000,00	500,00

# 1 - Imposto de Licença de Localização

## C - Para atividades de prestação de serviços

Especificação	Urbana	Suburbana	Rural
Serviço de Refeitório e Alimentação:			
Baras, cafés, botecos	6.000,00	4.000,00	1.000,00
Confeitarias, lanchonetes, sorveterias	6.000,00	4.000,00	1.000,00
Hotéis, hospedarias, pensões com dormida	12.000,00	8.000,00	5.000,00
Quiosques, refrescos, sorvetes, caldos de cana, bombonieres	3.000,00	1.500,00	1.000,00
Restaurantes, casas de pasto, pensões	6.000,00	4.000,00	1.000,00
Ofícios não classificados	4.000,00	2.000,00	2.000,00

Fleury

# Serviços de Confeção, Conservação e Reparação:

Alfaiatarias, costureiras, confecções e meias confecções	4.000,00	2.000,00	1.000,00
Armeiros, culiteiros	2.000,00	1.000,00	500,00
Bugrascates - por banca de calçada	1.000,00	600,00	300,00
Fotógrafos, fotocópias	2.000,00	1.000,00	500,00
Guarda - volumes e encomendas	1.000,00	600,00	300,00
Guarda - móveis	5.000,00	3.000,00	1.000,00
Gravadores, chaveiros (oficinas)	1.000,00	600,00	300,00
Lavanderias, tinturarias	3.000,00	2.000,00	1.000,00
Oficina de bombeiros, funileiro	2.000,00	1.000,00	500,00
Oficina de automóveis	5.000,00	3.000,00	1.000,00
Oficina de calçados	3.000,00	2.000,00	500,00
Oficina de elosfeiros	2.000,00	1.000,00	500,00
Oficina de consertos em geral	3.000,00	2.000,00	500,00
Oficina de chapéus e sombrinhas	2.000,00	1.000,00	500,00
Oficina de cromagem e niquelagem	6.000,00	4.000,00	2.000,00
Oficina de eletrista	2.000,00	1.000,00	500,00
Oficina de recauchutagem, vulcanização	8.000,00	6.000,00	3.000,00
Oficina de reparação e fincos de câmaras	2.000,00	1.000,00	500,00
Oficina de reparação de motores elétricos	5.000,00	3.000,00	1.000,00
Oficina de reparação de motores à explosão	8.000,00	6.000,00	3.000,00
Posto de lavagem e lubrificação	6.000,00	4.000,00	1.000,00
guarda de veículos	6.000,00	4.000,00	1.000,00
Serviços não especificados	5.000,00	3.000,00	1.000,00

# 1 - Imposto de Licença de Localização

## C - Para atividades de prestação de serviços



Flumen

Especificação	Imposto nas Zonas		
	Urbana	Suburbana	Rural
Serviço de Transporte Coletivo			
Taxas de empresas ou agências	15.000,00	10.000,00	5.000,00
Serviços de Higiene Pessoal:			
Barbearias, cabeleiros, salões de beleza	5.000,00	3.000,00	500,00
Não especificados	3.000,00	1.500,00	500,00
Diversões Públicas:			
auditórios de Estação de Rádio ou de Serviço de Alto Falantes	5.000,00	3.000,00	1.000,00
Cinemas, teatros	10.000,00	5.000,00	1.000,00
Circos, pavilhões	8.000,00	3.000,00	500,00
Parques de diversões	15.000,00	10.000,00	3.000,00
Salões de bilhar e similares	10.000,00	6.000,00	3.000,00
Casas de jogos, sorteios, loterias	10.000,00	8.000,00	5.000,00
Não especificados	5.000,00	3.000,00	1.000,00

# 1- Imposto de Licença de Localização

## 2- Para estabelecimentos industriais.

Especificação	Imposto nas Zonas		
	Urbana	Suburbana	Rural
Indústrias de Bebidas			
Bebidas alcoólicas	30.000,00	25.000,00	20.000,00
Bebidas não alcoólicas	15.000,00	12.000,00	10.000,00
Indústria de Produtos Alimentares			
Abate de rezes e preparação de carnes e sub-produtos	10.000,00	8.000,00	5.000,00
Abate de suínos e preparação de carnes e sub-produtos	10.000,00	8.000,00	5.000,00
Fabricação de bolos, bombons e caramelos	10.000,00	8.000,00	6.000,00
Fábrica de biscoitos	10.000,00	8.000,00	6.000,00
Fabricação de conservas de especiarias e condimentos	10.000,00	8.000,00	6.000,00

Flumen

# 1- Imposto de Licença de Localização

## 2- Para estabelecimentos industriais.

Fabricação de conservas de frutas	15.000,00	12.000,00	10.000,00
Fabricação de creme, manteiga e sub-produto do leite	10.000,00	8.000,00	6.000,00
Fabricação de flocos e de farinhas diversas	15.000,00	12.000,00	10.000,00
Fabricação de massas alimentícias (macarrão, talharim e semelhantes)	15.000,00	12.000,00	10.000,00
Fabricação de pães e outros produtos de padaria	10.000,00	8.000,00	6.000,00
Fabricação de produtos de salicaria	12.000,00	10.000,00	8.000,00
Fabricação de queijos e sub-produtos do soro do leite	10.000,00	8.000,00	6.000,00
Fabricação de sorvetes, doces, salgadinhos e outros produtos de confeitaria	10.000,00	8.000,00	5.000,00
Fabricação de vinagre	10.000,00	8.000,00	6.000,00
Pasteurização de leite	8.000,00	6.000,00	3.000,00
Refinação de açúcar	10.000,00	8.000,00	6.000,00
Torrificação e moagem de café	10.000,00	8.000,00	6.000,00
Produtos não especificados	8.000,00	6.000,00	4.000,00
Indústrias Extrativas			
Extração de areia e de barro	15.000,00	12.000,00	10.000,00
Extração e britamento de pedra	15.000,00	12.000,00	10.000,00
Extração e engarrafamento de águas minerais	15.000,00	12.000,00	10.000,00
Produção de óleos, graxas e gorduras vegetais	12.000,00	10.000,00	8.000,00
Indústrias Metalúrgicas			
Artigos de alumínio e suas ligas	15.000,00	12.000,00	10.000,00
Artigos de segunda fusão de produtos metalúrgicos	15.000,00	12.000,00	10.000,00
Artigos de metal batido e soldado	15.000,00	12.000,00	10.000,00



Feira

Artigos de metal estampado	15.000,00	12.000,00	10.000,00
Artigos de folha de flandres	12.000,00	10.000,00	8.000,00
Canos e tubos de metal eletro-	15.000,00	12.000,00	10.000,00
dutos			
Esquadrias de metal, grades,			
portas onduladas e estrutu-			
ras metálicas.	15.000,00	12.000,00	10.000,00
Fogões, fogareiros e aquecedores			
não elétricos	12.000,00	10.000,00	8.000,00
Preços, rebites, parafusos	15.000,00	12.000,00	10.000,00

### 1. Suposto de Viciuça de Localização.

#### 2. Para estabelecimentos industriais.

Produtos laminados e trifula-	15.000,00	12.000,00	10.000,00
dos			
Serralharia, caldeiraria e ferraria			
em geral	12.000,00	10.000,00	8.000,00
Produtos não especificados	10.000,00	8.000,00	6.000,00
Indústrias Químicas e Farmacéu-			
ticas.			
Adubos e fertilizantes	8.000,00	6.000,00	4.000,00
Artigos de perfumaria	15.000,00	12.000,00	10.000,00
Desinfetantes e desodorantes	12.000,00	10.000,00	8.000,00
Engraxamento de gases com-			
primidos ou liquefidos	25.000,00	20.000,00	15.000,00
Especialidades farmacêuticas	25.000,00	20.000,00	15.000,00
Fogos de artifício	30.000,00	25.000,00	20.000,00
Pólvoras, explosivos e detonan-			
tes	30.000,00	25.000,00	20.000,00
Produtos orgânicos ou inorgâ-			
nico	10.000,00	8.000,00	6.000,00
Produtos saponáceos em geral	15.000,00	12.000,00	10.000,00
Produtos não especificados	10.000,00	8.000,00	6.000,00
tintas, vernizes, esmaltes, solen-			
tes e impermeabilizantes	15.000,00	12.000,00	10.000,00

Feira 6

Óleos e produtos de cera e seme-			
lhantes	12.000,00	10.000,00	8.000,00
Indústrias Têxteis			
Artigos de malharia	12.000,00	10.000,00	8.000,00
Artigos de passamanaria	12.000,00	10.000,00	8.000,00
Teiação e tecelagem	15.000,00	12.000,00	10.000,00
Produção mecânica de rendas			
e bordados	12.000,00	10.000,00	8.000,00
Produtos não especificados	10.000,00	8.000,00	6.000,00
Indústrias Mecânicas			
Construção e montagem de			
máquinas e aparelhos mecâ-			
nicos.	15.000,00	12.000,00	10.000,00
Construção e montagem de			
veículos e material de trans-			
porte	15.000,00	12.000,00	10.000,00
Indústria de Material Elétrico	12.000,00	10.000,00	8.000,00
Indústria de Madeira			
Produção de móveis em geral	12.000,00	10.000,00	8.000,00
Produção de farrascos, vassou-			
ras, escovas e outros artefa-			
tos de madeira	10.000,00	8.000,00	5.000,00
Serralharia	12.000,00	10.000,00	8.000,00
Outros produtos não especifi-			
cados	8.000,00	6.000,00	4.000,00
Indústrias da Borracha e Plás-			
ticos:			
Produção de pneus e câmaras			
de ar	20.000,00	18.000,00	15.000,00
Artefatos de material plástico	18.000,00	15.000,00	12.000,00
Artefatos de borracha	15.000,00	12.000,00	10.000,00
Indústrias de Couro e Peles			
Costurmes	15.000,00	12.000,00	8.000,00
Produção de calçados	12.000,00	10.000,00	8.000,00
Produção de pastas, bolsas, cartei-			



Feira

ros, e similares	12.000,00	10.000,00	8.000,00
<u>Indústrias de Papel e Papelão</u>			
Produção de papel e papelão	18.000,00	15.000,00	12.000,00
Artefatos de papel e papelão	18.000,00	12.000,00	8.000,00
<u>Indústrias do Vestuário e Artefatos de Tecidos:</u>			
Produção de roupas feitas (costumes e ternos masculinos, costumes e vestidos femininos)	8.000,00	6.000,00	4.000,00
Produção de roupas de banho	8.000,00	6.000,00	4.000,00
Produção de roupas brancas	8.000,00	6.000,00	4.000,00
Produção de roupas de cama e mesa	8.000,00	6.000,00	4.000,00
Produção de suéteres, blusas, blusas, artigos de jersey e outros artefatos de tecidos ou malhas	8.000,00	6.000,00	4.000,00
<u>Indústrias da Construção Civil</u>			
Construção e instalação de casas pré-fabricadas	25.000,00	20.000,00	15.000,00
Produção de telhas e tijolos	20.000,00	15.000,00	8.000,00
Artefatos de cimento armado	20.000,00	15.000,00	8.000,00
Produção de aparelhos sanitários	20.000,00	15.000,00	8.000,00
Materiais não especificados	15.000,00	10.000,00	6.000,00
<u>Indústrias Diversas</u>			
Fabricação de canetas, lápis e esferográficas	25.000,00	22.000,00	18.000,00
Indústrias não especificadas	20.000,00	15.000,00	10.000,00
II - Imposto de Renda de Publicidade			superior
<u>Especificação</u>			
Anúncio afixado no interior dos transportes coletivos:			100,00
— por anúncio e por ano			
Anúncio em bancos públicos			

Feira

doados pelo anunciante	Isento
Anúncio em gradis protetores de árvores: por anúncio e por mês	100,00
Anúncio em painéis ou tabuletas afixados à margem das estradas — por m <sup>2</sup> ou fração; por ano	300,00
Anúncios em painéis ou tabuletas afixados em local público permitido: — por m <sup>2</sup> ou fração, por ano	400,00
Anúncio em painéis ou tabuletas afixados em marquises, fachadas ou sobre prédios particulares: — por m <sup>2</sup> ou, fração por ano	300,00
Anúncio em painéis ou tabuletas conduzidas por pessoas ou animais: por tabuleta ou painel e por dia	50,00
Anúncio em pano de boca de palco: — por m <sup>2</sup> ou fração e por mês	100,00
Anúncio luminoso instalado em local público permitido — por m <sup>2</sup> ou fração e por ano	300,00
Anúncio luminoso instalado em marquises, fachadas ou sobre edifícios: — por m <sup>2</sup> ou fração, por ano	200,00
Anúncio luminoso instalado à margem das estradas: — por m <sup>2</sup> ou fração e por ano	100,00
Anúncio por meio de viaturas destinadas à propaganda: — por viatura e por mês	500,00
Anúncio projetado ao ar livre, quando permitido: — por hora de projeção	50,00
Anúncio projetado entre sessões cinematográficas: por mês	400,00
Propaganda exposta em vitrine externa, de artigo extraído a atividade do prédio: — por m <sup>2</sup> ou fração, por ano	300,00
Propaganda sonora:	
— Alto-falante ambulante, por unidade, por dia	200,00
— Alto-falante fixo, em local permitido, por unidade	



Feira

dade e mês	800,00	
Megafone: por unidade e por dia	100,00	
Uso de instrumentos de sopro ou de percussão: por unidade e por dia	200,00	
III - Imposto de Licença de Veículos	Imposto Anual	
Especificação	Licença	
Ambulância	Nova	Renovação
Ambulância	2.000,00	1.500,00
Audoxinha	3.000,00	2.500,00
Auto. Caminhão	2.500,00	2.000,00
Com reboque, mais	800,00	500,00
Auto. Carreta	4.000,00	3.500,00
Com reboque, mais	800,00	500,00
Auto. Lotação	2.500,00	2.000,00
Automóvel de passeio	1.500,00	1.000,00
Auto. Ônibus	4.000,00	3.500,00
Auto. Socorro	2.500,00	2.000,00
Bicicleta simples	400,00	300,00
Bicicleta motorizada	600,00	500,00
Caminhão - Tanque	3.000,00	2.500,00
Caminhoneta de carga	2.000,00	1.500,00
Caminhoneta de passageiros	2.000,00	1.500,00
Caminhonete tipo rural, utilitário	1.500,00	1.000,00
Carroça com rodas de borracha	1.000,00	600,00
Carroça sem rodas de borracha	1.500,00	800,00
Carrocinha de mão	500,00	300,00
Carro funerário	3.000,00	2.500,00
Charrute com rodas de borracha	1.000,00	600,00
Charrute sem rodas de borracha	1.300,00	800,00
Curgão	2.000,00	1.500,00
Motorbicleta, Lambreta ou semelhantes	1.000,00	800,00
Com side-car, mais	300,00	100,00
Tricicle de pedal	600,00	400,00
Tricicle a motor	1.300,00	1.000,00
Veículos não especificados	1.500,00	1.000,00

Feira

IV - Imposto de Licença para Ocupação do Solo		
Especificação	Imposto	
Jardins	Por dia	Por mês
— por m <sup>2</sup> de solo público ocupa-		50,00
do		
Barracas, tabuleiros, ou outra for-		
ma de ocupação do solo públi-		
co:		
— por m <sup>2</sup> de solo público ocupa-		20,00
do		
— Bombas de gasolina ou de ó-		
leo combustível		2.000,00
— Depósitos subterrâneos para		
combustíveis:		
— por m <sup>2</sup> de solo público ocupa-		1.500,00
do		
— Uéis, fios interrompidos para		
acesso de veículos - p/metro linear		100,00
usados e cadeiras nas calçadas		
de bares, restaurantes, hotéis e se-		
melhantes, quando permitida		
tal utilização:		
— por m <sup>2</sup> de solo público ocupa-		20,00
do		500,00
Parques, circos e outras diver-		
sões públicas		
— por m <sup>2</sup> de solo público ocu-		20,00
pado		
Vitrines nas paredes externas,		
com projeção máxima de 25 cm		
sobre a calçada:		
— por metro linear		200,00
Tabelas das Taxas de Serviços		
I - Taxas de Expediente		
Especificação		



Feira

	Taxas
Alvarões de licença — por unidade	200,00
Atestados em geral — por unidade	30,00
Autenticação de plantas:	
— do tipo proletário — por unidade	100,00
— para construção, reconstrução, acréscimo ou reforma de prédios em geral — por folha autenticada	200,00
— para divisão de terrenos, anexação, desmembramento ou modificação — por folha autenticada	300,00
Caução — por cr\$ 1.000,00 ou fração	3,00
Certidões:	
— Verba ad Verbum — por folha	50,00
— Negativa de dízito em geral, sem especificação	50,00
— Negativa de dízito, com especificação da coisa	
— Insultada — por unidade	50,00
— Busca — por ano, mais	10,00
— De empenho de despesa — por folha	50,00
Contratos ou termos de ajuste — por cr\$ 1.000,00 ou fração	30,00
Desarquivamento de processo	50,00
Desentranhamento de papéis em processo	10,00
Documentos anexados no curso do processo — por folha	5,00
Guias ou conhecimentos de receita:	
Por guia mecanografada	50,00
Por guia manuscrita	20,00
Ordens de pagamento:	
— Em geral — por cr\$ 1.000,00 ou fração	3,00
— Para substituições ou levantamento de depósitos	Isento
Petições:	
— Solicitando concessões, indenizações, privilégios, sub-venções, auxílios, relaxação de multas e outros favores onerosos ao erário municipal.	200,00

Feira

— Solicitando quaisquer outras medidas administrativas por folha e por assunto	20,00
— Cumprimento das exigências no curso do processo	10,00
— esclarecimentos prestados espontaneamente no curso do processo	10,00
— Recursos — por folha e por assunto	30,00
Propostas de fornecimento de material ou prestação de serviços, em concorrência pública ou administrativa	100,00
Termos de compromisso — por folha	50,00
— Títulos	
— De concessões com privilégio — por ano	500,00
— De concessões sem privilégio — por ano	250,00
— De isenção de impostos	200,00
II — Taxa de Iferição de Pesos e Medidas	
Especificação	Taxas
Espelhos e instrumentos de pesagem:	
Até 5 kg	100,00
Até 10 kg	150,00
Até 100 kg	300,00
Até 500 kg	400,00
Até 1000 kg ou mais	500,00
Fôgo de pesos — cada fôgo	100,00
Medidas de capacidade:	
Medidores automáticos de múltiplos de litro	500,00
Medidores comuns de múltiplo de litro	300,00
Medidores comuns de sub-múltiplos de litro	200,00
Fôgo de medidas de capacidade até 5 litros	100,00
Medidas de comprimento:	
— Metro	50,00
— Bala métrica	50,00



Heim

Pena	100,00
Aparelhos ou instrumentos de peso ou medida não especificados	100,00

### III - Taxa de Funeração e Enterramento

Especificação	Taxas
	Placa a) Enterramento
Ambulante	50,00
Barraca de feirante ou tabuleiro	50,00
Bicicleta ou tricycle	100,00
Box de mercado	100,00
Carregador	50,00
Carrocinha de mão	100,00
Charrete e outro veículo de tração animal	200,00
Engrenagem (fixo ou ambulante)	50,00
Gráfico	100,00
Tabuleta de Propaganda	50,00
Leveiro (numeração por lote)	1891 20,00 (b)
a) Valor do preço aquisitivo	
b) Funeração na planta de loteamento	

### IV - Taxa de Cemitérios

#### I - Cemitérios de Primeira Categoria

Especificação	Zona 1	Zona 2	Zona 3
Imunização:			
a) Em sepultura rasa:			
— Indigentes	Isento	Isento	Isento
— Adultos, por cinco anos	500,00	400,00	300,00
— Infantes, por cinco anos	400,00	300,00	200,00
b) Em sepultura com carneiro:			
— Adultos, por cinco anos	4.000,00	3.000,00	2.000,00
— Infantes, por cinco anos	3.000,00	2.000,00	1.000,00
c) Em jazigo perpétuo:			
— Adultos ou infantes	5.000,00	4.000,00	3.000,00

Heim

### Reforma de Prazo (Por cinco anos)

a) Em sepultura rasa (adultos ou infantes)	1.000,00	800,00	600,00
b) Em sepultura com carneiro (adultos ou infantes)	5.000,00	4.000,00	3.000,00

### Concessões Perpétuas:

— Por metro quadrado ou fração 20.000,00 15.000,00 10.000,00

### Exumação:

a) n.º de sepultura rasa (taxa única)	600,00	600,00	600,00
b) n.º de sepultura com carneiro (taxa única)	1.000,00	1.000,00	1.000,00
c) n.º de jazigo perpétuo (taxa única)	3.000,00	3.000,00	3.000,00
Transferência de ossos (Exumação e imunização)			
a) Para outra sepultura rasa	1.200,00	1.000,00	800,00
b) Para sepultura com carneiro	5.000,00	4.000,00	3.000,00
c) Com jazigo perpétuo	8.000,00	7.000,00	6.000,00
d) Para o ossário (taxa única)	2.000,00	2.000,00	2.000,00

### Locação de ossário

— Taxa única por ano 1.000,00 1.000,00 1.000,00

### Transferência de Perpétuidade

a) Para outro local	15.000,00	12.000,00	10.000,00
b) n.º de averbação nominal (taxa única)	5.000,00	5.000,00	5.000,00

### Capela mortuária:

Ocupação por 12 horas (taxa única)	5.000,00	5.000,00	5.000,00
------------------------------------	----------	----------	----------

### Transporte Funerário

— Locação de coche ou auto funerário oficial	5.000,00	5.000,00	5.000,00
--	----------	----------	----------

II - Segunda categoria: 5% das taxas fixadas para a 1ª categoria.



III - Terceira categoria: 50% das taxas fixadas para a 1ª categoria.

1 - Taxa de Depósito Público	Taxas
Especificação	em \$
Taxa de Condução	
1 - Fretes e utensílios de comércio	200,00
2 - Gado vacum, equino ou asinino (por cabeça)	200,00
3 - Gado suíno, caprino ou ovino (por cabeça)	100,00
4 - Outros animais (por cabeça)	100,00
5 - Veículos motorizados (não rebocados)	300,00
6 - Veículos motorizados (rebocados)	1.000,00
7 - Veículos não motorizados	300,00
8 - Objetos não especificados	100,00
Taxa de Depósito (por sacos ou fração):	
1 - Armas e munições	500,00
2 - Fretes e utensílios de comércio	100,00
3 - Gado em geral (por cabeça)	200,00
4 - Outros animais (por cabeça)	200,00
5 - Substâncias inflamáveis, explosivos ou corrosivos.	1.000,00
6 - Veículos em geral	200,00
7 - Objetos não especificados	100,00
Taxa de Alimentação de Quicuais (indústria)	
1. Gado vacum, equino ou asinino (por cabeça)	300,00
2. Gado suíno, caprino ou ovino (por cabeça)	200,00
3. Outros animais (por cabeça)	200,00
IV - Taxa de Averbação e Transferência	
Especificação	Taxas
Taxa de Averbação:	
primeiro lançamento ou inscrição cadastral de:	
1 - Prédio ou apartamento	200,00
2 - Terreno:	
a) - área loteada	300,00
b) - área não loteada	200,00
c) - lote desmembrado	100,00

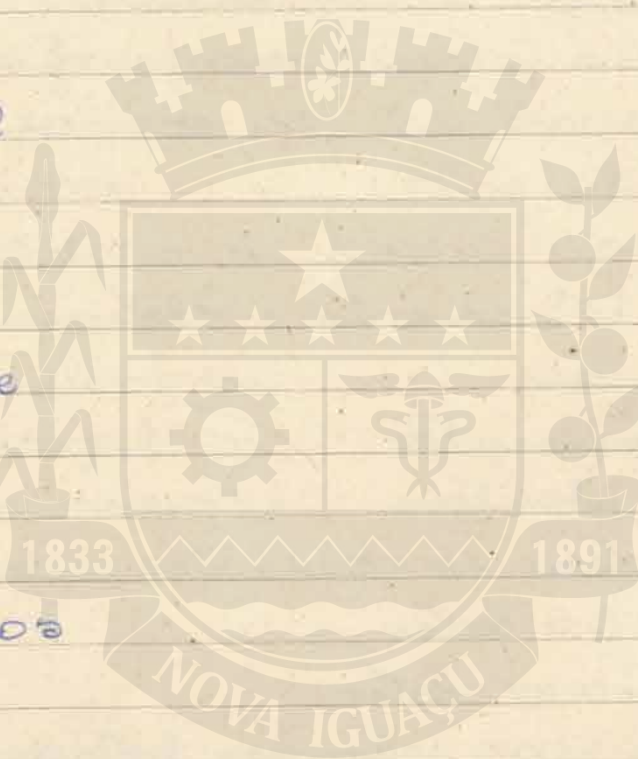
3. Comércio, indústria ou profissão	300,00
4 - Casa ou lugar de diversão	300,00
5 - Obra nova (construções)	300,00
6 - Propaganda	200,00
7 - Ocupação do solo	100,00
8 - Veículo de qualquer espécie	100,00
Taxa de Transferência Cadastral:	
Por em \$ 1.000,00 (ou fração) do valor da coisa transferida	10,00
Taxa de Transferência Local:	
1 - Comércio, indústria ou profissão	300,00
2 - Casa ou lugar de diversão	300,00
3 - Ocupação do solo	100,00
4 - Propaganda	100,00
V - Taxa de Loteamento e Re loteamento	
Especificação	Taxas
Taxas de loteamento	
Aprovação de plantas:	
Até 100 lotes	1.500,00
De 101 a 500 lotes	2.000,00
De 501 a 1.000 lotes	2.500,00
De mais de 1.000 lotes: por lote exadente, mais	30,00
Taxa de Re loteamento:	
Aprovação de plantas:	
Até 10 lotes	300,00
De 11 a 20 lotes	500,00
De 21 a 30 lotes	400,00
De 31 a 40 lotes	900,00
De 41 a 50 lotes	1.100,00
De 51 a 60 lotes	1.300,00
De 61 a 70 lotes	1.500,00
De 71 a 80 lotes	1.700,00
De 81 a 90 lotes	1.900,00
De 91 a 100 lotes	2.100,00
De mais de cem (100) lotes: por lote exadente, mais	30,00



Fluina

# VIII - Taxa de Matrícula de Animais

Especificação	Taxas
Animais de tração ou sela	200,00
Cães	50,00
Gado leiteiros	200,00
Gado reprodutores	200,00
IX - Taxa de Conservação de Estradas	
Para veículos e animais.	
Especificação	Taxa anual
Ambulância	200,00
Audomilha:	
— de tração animal	600,00
— de tração motora	400,00
Auto-caminhão	500,00
— com reboque, mais	200,00
Auto-caminhão - Tanque	500,00
Auto-carreta	400,00
— com reboque, mais	300,00
Auto-lotação	400,00
Automóvel de passageiros	200,00
Auto-ônibus	500,00
Auto-taxi	400,00
Bicicleta	50,00
Caminhonete de carga	300,00
Caminhonete de passageiros	200,00
Caminhonete tipo rural, misto ou utilitário, inclusive	200,00
tipo	
Carruagem:	
— com rodas de borracha	200,00
— com rodas sem borracha	400,00
Carruagens para entrega de mercadorias	100,00
Carruagem	
— de tração animal	400,00
— de tração motora	200,00
Charrute:	



Fluina

com rodas de borracha	200,00
com rodas sem borracha	400,00
Carruagem	300,00
Motocicleta, Lambreta e semelhantes	100,00
— com side-car, mais	100,00
Triciclo de pedal	50,00
Triciclo motorizado	100,00
Veículos não especificados	200,00
Animais de sela ou carga: por cabeça	100,00
IX - Taxa de Conservação de Estradas	
b - Sobre mercadorias transportadas, digo: Trans-	
portadoras.	
Especificação	
Água lavada - por metro cúbico ou fração	100,00
Alfapato de cimento, barro ou argila - por tonelada	
ou fração	300,00
Bebidas em geral por engarrafado	50,00
Carvão vegetal - por saco	10,00
Carvão mineral - por tonelada ou fração	200,00
Ceréis em geral - por quilograma	0,10
Ferro - ferro e outros metais usados - por kg.	0,20
Frutas em geral, por saco ou engarrafado	10,00
Frutas à granel - por kg	0,10
Gado abatido - por quarto de rio	30,00
Gado em pé, em trânsito - por cabeça	20,00
Lenha - por metro cúbico ou fração	200,00
Madura em geral - por tonelada ou fração	300,00
Materiais de construção em geral - por tonelada	
ou fração	300,00
Materiais explosivos ou corrosivos - por ton-	
elada ou fração	200,00
Pedra bruta ou britada - por tonelada	300,00
Produtos hortí-frutíferos - por saco, caixa ou	
engarrafado	10,00
Su - produtos animais - por kg	0,20



Fluim

	Taxa
VI Produtos metalúrgicos em geral - por tonelada ou fração	300,00
VI Produtos de criação animal - por unidade	20,00
de aves	0,10
de artigos não especificados - por kg	0,10
IX Taxa de História	
IX História de Construção Civil (Obras em Geral)	
De valor até R\$ 100.000,00	100,00
Acima de R\$ 100.000,00 até R\$ 250.000,00	250,00
Acima de R\$ 250.000,00 até R\$ 500.000,00	500,00
Acima de R\$ 500.000,00 até R\$ 1.000.000,00	1.000,00
Acima de R\$ 1.000.000,00 até R\$ 5.000.000,00	2.000,00
Acima de R\$ 5.000.000,00 até R\$ 10.000.000,00	3.000,00
Acima de R\$ 10.000,00	5.000,00
História de Lotamentos e Relotamentos:	
H Até 100 lotes loteados	200,00
A Acima de 100 até 500 lotes	500,00
Acima de 500 até 1.000 lotes	1.000,00
H Acima de 1.000 lotes: por lote excedente, mais	20,00
A História de Montagens e Instalações:	
A Montagem de andaimes em obra	300,00
H Montagem e instalação de elevadores em edi- fícios	500,00
Co Montagem e instalação de elevadores em obras	300,00
Co Montagem e instalação de aparelhos em parques de diversões, por aparelhos insto- riado	200,00
Montagem e instalação de circos	300,00
Montagem e instalação de máquinas in- dustriais.	500,00
Co Montagens e instalações não especificadas: por unidade loteada.	300,00
XI Taxa de Feira e Mercados	
Co Especificação	

Fluim

	Feiras	Mercados
Animais abatidos	200,00	500,00
Animais vivos (leitões, cabritos e outros)	200,00	500,00
Artigos de escritório e escolares	100,00	400,00
Artigos de tocador e de higiene pessoal	200,00	500,00
Artigos de uso pessoal, adornos e adereços	200,00	500,00
Artigos de uso doméstico	200,00	500,00
Arroz e ovos	100,00	400,00
Biscoitos	200,00	500,00
Brinquedos, quinquilharias e artigos de arrumação	200,00	500,00
Calçados, chinelos e similares	200,00	500,00
Carnes verdes	300,00	800,00
Carnes salgadas, salames, linguiças e similares	300,00	800,00
Chapéus e sombrinhas	200,00	500,00
Doces e guloseimas	100,00	400,00
Estendidos, roupas feitas	300,00	800,00
Frutas, artigos de armazém de secos e molhados	500,00	1.200,00
livros e publicações em geral	100,00	400,00
Garças, ferragens, alumínio	400,00	1.000,00
Mercadorias alimentícias, quip, mantiga e doces	300,00	800,00
Pastéis, empadas, sanduíches e simila- res	100,00	400,00
Produtos de laticínios	200,00	500,00
Produtos hort. granjeiros:		
— tirante ou mercante produtor	Isento	Isento
— tirante ou mercante revendedor	200,00	500,00
Quinquilharias, artigos de arrumação, a- dornos, de utilidade, perfumes e similares	200,00	500,00
Sarrafos, espalhadores, estêreis, artefatos de palha e madeira em geral	300,00	800,00
Artigos não especificados.	300,00	800,00
XIII Taxas de Água		



Fluente

Especificação	Taxas
1. Ligação de pua d'agua	
1.1. Ligação provisória em obra nova	300,00
1.2. Ligação permanente - por unidade	200,00
1.3. Ligação - por unidade	200,00
1.4. Material e mão de obra empregados	*
2. Ligação de Hidrômetro	
2.1. Ligação provisória em obra nova	500,00
2.2. Ligação permanente - por unidade	400,00
2.3. Ligação - por unidade	400,00
2.4. Material e mão de obra	*
3. Taxa de Consumo de Água	
3.1. Prédio residencial por mês	100,00
3.2. Prédio não residencial:	
3.2.1. Estabelecimentos não sujeitos ao giro com- mum - taxa fixa, por mês	400,00
3.2.2. Estabelecimentos sujeitos ao giro econômico	
3.2.2.1. Valoramento até R\$ 500.000,00 - por mês	400,00
3.2.2.2. De mais de R\$ 500.000,00 até R\$ 1.000.000,00 por mês	600,00
3.2.2.3. De mais de R\$ 1.000.000,00 até R\$ 20.000.000,00 por mês	800,00
3.2.2.4. De mais de R\$ 20.000.000,00 até R\$ R\$ 100.000.000,00 - por mês	1.000,00
3.2.2.5. Acima de R\$ 100.000.000,00 até R\$ R\$ 500.000.000,00 por mês	1.200,00
3.2.2.6. De mais de R\$ 500.000.000,00 por mês	1.500,00
4. Notas: a) Incluem-se nesta Tabela os seguintes estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços: - Lavanderias, tinturarias, bares, cafés, restaurantes, hotéis, postos de lavagem e lubrifi- cação, e outros estabelecimentos similares e ex- tensões; digo; balneários.	
b) Os que o preferirem poderão instalar hidrômetros, à sua própria custa e mediante	

Fluente

fiscalização da Prefeitura.  
Taxa de consumo por hidrômetro - por metro cúbico  
ou fração 40,00.  
Taxa de inspeção em pua d'água violada - 1.000,00  
Taxa de inspeção em hidrômetros do lado - 2.000,00  
Taxa de conservação de rede pública - por semestre  
300,00.  
(x) - Valor correspondente ao custo do material em-  
pregado na instalação, inclusive mão de obra.



CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM  
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFRJ

ARQUIVO DE PLANTAS



*Feira*

## Resolução nº 1445

Retirar a Resolução nº 1270, de 26 de dezembro de 1962, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:—

Art. 1º — O artigo 1º da Resolução nº 1270, de 26 de dezembro de 1962, passa a vigorar com a seguinte redação:—

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal autorizado a dar com exclusividade, o direito a construção e exploração de varcos e letreiros luminosos nas estações rodoviárias deste Município, às seguintes instituições:—

- I — Associação de Caridade Hospital de Iguaçu — 1 (um) varco situado no Rodoviário da Praça Antônio Flores Teixeira, nesta cidade.
- II — Posto de Puericultura e Maternidade de Mesquita — 1 (um) varco situado no Rodoviário Jiri Paixeiros, em Mesquita, 5º distrito deste Município.
- III — Sociedade Filantrópica São Vicente — Paratransito de idosos: 2 (dois) varcos, 1 (um) em cada plataforma, situados no Rodoviário Gêlulio Moura, nesta cidade, e (um) varco situado no Rodoviário a ser construído junto a Estação de Presidente Juscelino Kubstcheck, 1º distrito deste Município.

Art. 2º — O parágrafo único do artigo 2º da Resolução supra citada, passa a ter a seguinte redação: "Parágrafo único — no caso de dissolução de uma das instituições

beneficiadas na presente Resolução o direito de exploração passará às Instituições remanescentes, e, em caso de dissolução de todas elas a exploração reverterá à municipalidade.

Art. 3º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, em 27 de novembro de 1963.

(as) — Aluizio Pinto de Barros — Prefeito



CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM  
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFRJ

DE PLANTAS



Resolução nº 1446

"Estrutura o Quadro de Professores do Colégio Municipal Afonso Lobato e dá outras providências."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sancionamento e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — Os 19 (dezenove) cargos de "Professor Secundário", do Quadro Especial, da Prefeitura Municipal, criados pela Resolução nº 1.219, de 30 de agosto de 1962, passam a ter a denominação de "Professor Secundário", Padrão II, do Quadro III, do Quadro Permanente prevalecendo as mesmas cadeiras mencionadas na referida Resolução, com exceção de uma de Português, que ficará sendo de Organização Social e Política.

Art. 2º — Os cargos de professor secundário, Padrão II, do Quadro III, do Quadro Permanente, serão providos, automaticamente, com o aproveitamento dos atuais professores efetivos que integram os cargos de Professor Secundário, do Quadro Especial, e para as vagas ainda existentes se adotará o seguinte critério:

1 — Será dada preferência aos professores contratados do Colégio Municipal Afonso Lobato, desde que devidamente credenciados junto ao Ministério de Educação e Cultura (Estado).

2 — No caso de existir maior número de professores contratados que as respectivas cadeiras vagas, dar-se-á preferência aos mais antigos como professores contratados do Colégio.

3 — Não havendo no Colégio professor contratado que satisfaça as exigências desta Resolução, far-se-á prova de seleção para quaisquer candidatos, observando-se as mesmas exigências.

§ 1º — Estado

§ 2º — Estado

Art. 3º — A frequência mensal dos professores será tomada em razão do número de aulas fixado oficialmente para cada cadeira, não podendo, entretanto, ultrapassar 60 (sessenta) aulas mensais para cada professor no primeiro ciclo e 50 (cinquenta) aulas mensais para cada professor no segundo ciclo.

Parágrafo Único — A apuração do vencimento mensal de cada professor far-se-á mediante a aplicação da fórmula  $\frac{H}{17} \times F = V$ , em que H representa o valor do padrão de vencimento mensal H é número de aulas fixado para a respectiva cadeira, F a frequência do professor e V o vencimento mensal apurado.

Art. 4º — O provimento dos cargos, pela forma estabelecida na presente Resolução, vigorará a partir de 1º de março de 1964.

Art. 5º — Fica revogada a Resolução nº 1.219, de 30 de agosto de 1962, dela prevalecendo, entretanto, a distribuição de cargos para cada cadeira, porém observando-se o que foi exposto no artigo 1º da presente Resolução.

Art. 6º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 29 de novembro de 1963.

(Ass) — Flávio Pinto de Barros — Prefeito





Feira

## Resolução nº 1447

"Abre Créditos Suplementar e Especial."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sancionamento e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aberto 6 Crédito Suplementar de R\$ 18.050.655,00 (oitenta e oito milhões, cincocenta mil e seiscentos e cinquenta e cinco cruzeiros), às seguintes dotações orçamentárias:

Divisão de Administração:

— Serviço Pessoal

Verba 040 — Consignação 2 — Sub. consignação 19 — 800.000,00

Procuradoria Municipal

— Serviço Expediente Geral

Verba 070 — Consignação 2 — Sub. consignação 6 — 2.206.000,00

Divisão de Fazenda

— Gabinete do Diretor

Verba 294 — Consignação 4 — 1833 — 1891 — 300.000,00

Verba 294 — Consignação 5 — 150.000,00

— Inspeção Geral de Rendas

Verba 130 — Consignação 2 — Sub. consignação 5 — 12.050.655,00

Verba 130 — Consignação 2 — Sub. consignação 6 — 4.250.000,00

Divisão de Educação e Cultura

— Gabinete do Diretor

Verba 384 — Consignação 15 — 500.000,00

— Inspeção de Instrução Primária

Verba 330 — Consignação 2 — Sub. consignação 6 — 2.944.000,00

Verba 331 — Consignação 4 — Sub. consignação 9 — 16.000.000,00

— Ginásio Municipal

Verba 331 — Consignação 5 — Sub. consignação 9 — 1.800.000,00

Divisão de Finanças e Obras

— Gabinete do Diretor

Verba 294 — Consignação 1 — 150.000,00

Verba 314 — 1.000.000,00

Feira

— Serviço de Limpeza Urbana:

Verba 851 — Consignação 4 — Sub. consignação 9 — 26.000.000,00

— Serviço de Iluminação e Energia Elétrica

Verba 894 — Consignação 1 — Sub. consignação 1 — 3.000.000,00

Total — 18.050.655,00

Art. 2º — Fica aberto Crédito Especial, na importância de R\$ 129.328,90 (cento e vinte e nove mil, trezentos e vinte e oito cruzeiros e noventa centavos), para ocorrer ao pagamento de contas não empenhadas nos exercícios anteriores, de conformidade com o disposto no artigo nº 116, da Lei 109, de 16 de fevereiro de 1948.

Art. 3º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 29 de novembro de 1963.

(Ass) — Flávio Pinto de Barros — Prefeito

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM  
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR — UFRJ





Fls 189

## Resolução nº 1448

Concede anistia de multa que incidem sobre todos os impostos e taxas devidos ao erário municipal.

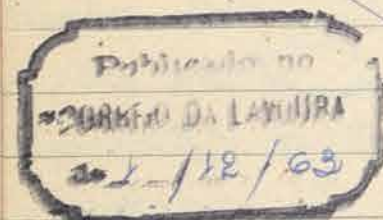
A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:—

Art. 1º — Fica concedida aos contribuintes, durante 15 (quinze) dias, a partir da data de sua publicação, anistia de multas que incidem sobre todos os impostos e taxas devidos ao Erário Municipal.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 28 de novembro de 1963.

(ass) — Fluzio Pinto de Barros — Prefeito



Fls 189

## Resolução nº 1449

Considera de utilidade pública o "Centro Espírita Seguidores de Jesus."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:—

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal autorizado a reconhecer como utilidade pública, o "Centro Espírita Seguidores de Jesus," instituição de caráter religioso — doutrinário, que mantém uma Escola-Primária com mais de 60 (sessenta) alunos gratuitos.

Art. 2º — O Centro Espírita Seguidores de Jesus, tem sua sede à rua Geni Saraiva, 535 — Posto Chic, 1º distrito do Município de Nova Iguaçu.

Art. 3º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 2 de dezembro de 1963.

(ass) — Fluzio Pinto de Barros — Prefeito

6. Semana, 1.5.65.

ARQUIVO DE PLANTAS



Felipe

## Resolução nº 1450

"Considera de utilidade pública as O-  
bras Sociais" Francisco Oliveira.

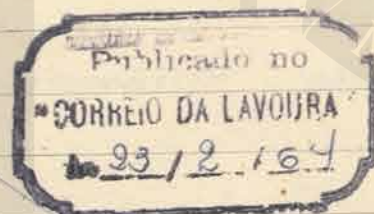
A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sancio-  
na e promulga a seguinte Resolução:—

Art. 1º— Fica considerado de utilidade pública municipal, as Obras Sociais "Francisco Oliveira da Igreja Nossa Senhora das Graças, neste mu-  
nicípio.

Art. 2º— A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as dis-  
posições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 2  
de dezembro de 1963.

(as) — Plúcio Pinto de Barros — Prefeito



Felipe 19

## Resolução nº 1451

"Resolucão de utilidade pública a Tenda Es-  
pirita Unidos na Fé, localizada à rua 7 de  
setembro, nº 598, neste município."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por  
seus representantes legais, decreta e em sanciona e promul-  
ga a seguinte Resolução:—

Art. 1º— Fica reconhecido de utilidade públi-  
ca a Tenda Espirita Unidos na Fé, situada à rua  
7 de setembro, nº 598, em Camarê, neste município.

Art. 2º— A presente Resolução entrará em vi-  
gor na data de sua publicação.

Art. 3º— Revogam-se as disposições em contrá-  
rio.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 2 de de-  
zembro de 1963.

(as) — Plúcio Pinto de Barros — Prefeito

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM  
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFRJ

ARQUIVO DE PLANTAS



Heinrich

Resolução nº 1452.

"Concede perpetuidade a sepultura de Antonio Saturnino da Silva."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução: -

Art. 1º - Fica concedido, ao cemitério desta Cidade, perpetuidade a sepultura do extinto Antonio Saturnino da Silva, que ocupou, por longos anos, o cargo de Inspetor de Trânsito Estadual.

Art. 2º - A concessão, a que se refere o artigo 1º, é isento de pagamento de quaisquer emolumentos municipais, ficando assegurado a família do extinto as disposições de que trata o artigo 349, da Resolução nº 59, de 31 de dezembro de 1948.

Art. 3º - A presente Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 2 de dezembro de 1963.

(Ass) - Fluzio Pinto de Barros - Prefeito

Correio da  
Semana  
25.12.64

Heinrich

Resolução nº 1453

"Dá nova denominação a Rua Proflada."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução: -

Art. 1º - Passa a denominar-se Rua Roberto Silveira, a atual rua Proflada, em Heliópolis, 4º distrito deste município.

Art. 2º - A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 2 de dezembro de 1963.

(Ass) - Fluzio Pinto de Barros - Prefeito

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM  
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UERJ

ARQUIVO DE PLANTAS



Heiz

## Resolução nº 1454.

"Concede abatimento para os ex-combatentes brasileiros nos preços das passagens de ônibus municipais e dos ingressos das casas de diversões que sejam concessionárias da Prefeitura."

A Câmara Municipal de Jová-Iguacu, por seus representantes legais, decreta e em sancionou e promulga a seguinte Resolução:—

Art. 1º— Fica estabelecido, para os ex-combatentes brasileiros, um abatimento de 50% nas passagens dos ônibus municipais e nos preços dos ingressos das casas de diversões que sejam concessionárias da Prefeitura Municipal.

Art. 2º— A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º— Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Jová-Iguacu, 2 de dezembro de 1963.

(ass.) — Elízio Pinto de Barros —  
Prefeito

Heiz

## Resolução nº 1455

"Considera de utilidade pública a Associação Progressista 5 de julho."

A Câmara Municipal de Jová-Iguacu, por seus representantes legais, decreta e em sancionou e promulga a seguinte Resolução:—

Art. 1º— Fica o Prefeito Municipal autorizando a considerar como utilidade pública a "Associação Progressista 5 de julho," instituição de caráter associativo, sediada a Av. Portugal nº 149, em Alfond. Para, 4º distrito do município de Jová-Iguacu, cuja finalidade é congregar todo povo da localidade, estreitando os laços de união e solidariedade humana sem preconceito de raças ou credo religioso, incentivar as manifestações cívicas e patrióticas, zelar pela moralidade e pela elevação do nível intelectual dos associados promovendo exposições, audições, espetáculos, palestras, aulas, conferências e concursos.

Art. 2º— A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Jová-Iguacu, 2 de dezembro de 1963.

(ass.) — Elízio Pinto de Barros — Prefeito



Heine

## Resolução nº 1456

"Lei de Suposto de Transmissão e Inter. Vivos e Instituto Guy Barboza."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sanciona e promulga a seguinte Resolução:—

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal autorizado a isentar do pagamento de imposto de transmissão e Inter. Vivos, o prédio e o terreno do Instituto Guy Barboza, situado a rua Odessa, em Anicimados.

Art. 2º — A entidade acima citada já é considerada de utilidade pública por esta municipalidade, e registrada no Cartório do 3º Ofício, Registro de Títulos e Documentos, publicado no Diário Oficial de 22 de julho de 1958.

Art. 3º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 2 de dezembro de 1963.

(as) — Fluzio Pinto de Barros —  
Prefeito

Heine 22

## Resolução nº 1457

"Considera de utilidade pública a Tenda Istrial Cabocla Juvenia."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sanciona e promulga a seguinte Resolução:—

Art. 1º — Fica reconhecida de utilidade pública municipal a "Tenda Istrial Cabocla Juvenia", com sede a rua Afodista, nº 51, antigo nº 17, em Nova Iguaçu.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 2 de dezembro de 1963.

(as) — Fluzio Pinto de Barros — Prefeito

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM  
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFRJ

ARQUIVO DE PLANTAS



Resolução nº 1458

"Autoriza o Prefeito municipal a proceder iluminação em diversas ruas de Fria Branca."

A Câmara municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sanção e promulga a seguinte resolução:—

Art. 1º— Fica o Prefeito municipal autorizado a proceder iluminação nas ruas H, B, Luis, Quatro, Cinco, Six, Sete, Oito, E, Dona Luiza, Bela Vista, Estrada de Fria Branca, na Vila Excilia.

Art. 2º— As despesas decorrentes do artigo anterior, correrão por conta das despesas próprias.

Art. 3º— A presente resolução entrará em vigor a partir da data da sua publicação.

Art. 4º— Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura municipal de Nova Iguaçu, 2 de dezembro de 1963.

(Ass) — Aluizio Pinto de Barros —  
Prefeito

Resolução nº 1459

"Dá nova denominação a Estrada do Bamba e dá outras providências."

A Câmara municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sanção e promulga a seguinte resolução:—

Art. 1º— Passa a denominar-se Av. São Francisco, a atual Estrada do Bamba, no lote 15, em São Bento, 4º distrito deste município.

Art. 2º— A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura municipal de Nova Iguaçu, 2 de dezembro de 1963.

(Ass) — Aluizio Pinto de Barros — Prefeito



ARQUIVO DE PLANTAS



Resolução nº 1460

"Autoriza o Prefeito municipal a criar um Grupo Escolar e dá outras providências."

A Câmara municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica o Prefeito municipal autorizado a construir um Grupo Escolar, em Andrade A. Raupp, em um dos terrenos pertencentes a municipalidade.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura municipal de Nova Iguaçu,  
2 de dezembro de 1963.

(Ass) — Fluzio Pinto de Barros —  
1833 18 Prefeito

Resolução nº 1461

"Considera de utilidade pública a Associação dos Amigos de Shangri-la."

A Câmara municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica considerado de utilidade pública municipal a Associação dos Amigos de Shangri-la, sediada neste município.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura municipal de Nova Iguaçu, 2 de dezembro de 1963.

(Ass) — Fluzio Pinto de Barros — Prefeito



Resolução nº 1462

"Concede isenção de Imposto de Transmissão e ITC - vivos."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:—

Art. 1º—Fica o Prefeito Municipal autorizado a conceder isenção de Imposto de Transmissão e ITC - vivos, a adquirente Igreja Presbiteriana Independente, dos lotes nºs 492 e 501, da quadra 22, da rua Barão de Salusse, Vila Santa Teresinha, em Mesquita.

Art. 2º—A presente Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu,  
2 de dezembro de 1963.

(ass) Fluzio Pinto de Barros —  
Prefeito

Resolução nº 1463

"Considera de utilidade pública a A.A. Vila Tracema."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:—

Art. 1º—Fica considerado de utilidade pública municipal, a A.A. Vila Tracema, situada a rua Gibson, s/n, em Jardim de Traição.

Art. 2º—A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu,  
2 de dezembro de 1963.

(ass) Fluzio Pinto de Barros —  
Prefeito



## Resolução nº 1464

"Considera de utilidade pública,  
a Biblioteca São Francisco de Sales."

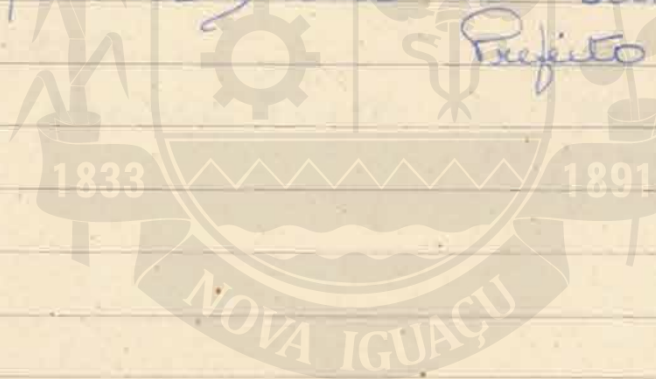
O Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sanciona e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica considerado de utilidade pública municipal a Biblioteca São Francisco de Sales, com sede à Travessa Joséinda Afonso, nº 11, sala 211, nesta cidade.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 2 de dezembro de 1963.

(ass) — Flávio Pinto de Barros —  
Prefeito



## Resolução nº 1465

"Dá nova denominação a rua dos Heróis."

O Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sanciona e promulga a seguinte Resolução:

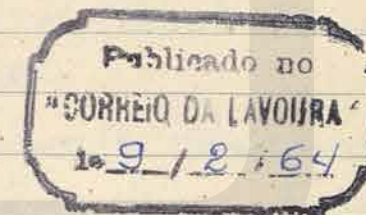
Art. 1º — Passa a denominar-se rua Isabel Corrêa da Costa, a atual rua dos Heróis, situada no 1º distrito de Nova Iguaçu.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogados as disposições em sentido contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 2 de dezembro de 1963.

(ass) — Flávio Pinto de Barros —  
Prefeito

CEDIM  
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM  
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - BFRJ



ARQUIVO DE PLANTAS



## Resolução nº 1466

"Dá nova denominação a Estrada de Areia Branca."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução: —

Art. 1º — A Estrada de Areia Branca, situada no 4º distrito deste município, passa a denominar-se "Rua Augusto Barbo Branco".

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu,  
2 de dezembro de 1963.

(ass) — Fluzio Pinto de Barros — Prefeito

## Resolução nº 1467 de 2 de dezembro de 1963.

Estima a Receita e fixa a Despesa da Municipalidade para o exercício de 1964.

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução: —

Art. 1º — A Receita Orçamentária do município, para o Exercício de 1964, é prevista em R\$ 989.780.000,00 (novecentos e oitenta e nove milhões, setecentos e oitenta mil cruzeiros) e será arrecadada de acordo com a seguinte discriminação:

Art. 2º — A Despesa fixada da Municipalidade para igual período é de R\$ 1.189.780.000,00 (um bilhão cento e oitenta e nove milhões, setecentos e oitenta mil cruzeiros) e será efetuada de acordo com a seguinte classificação.

Art. 3º — As dotações fixadas para os elementos — pessoal fixo, pessoal variável, material permanente, material de consumo e despesas diversas — constantes do Art. 2º terão a distribuição no quadro anexo a esta Resolução.

Art. 4º — Acompanham a presente Resolução, como tabelas complementares, os seguintes elementos:

a) Da Receita:

— Análise da Receita por Incidência

— Tabela das Fontes da Receita

b) Da Despesa:

— Análise da Despesa por Serviço, em cada Órgão Administrativo

— Análise da Despesa por Elementos, em cada Órgão Administrativo

— Análise da Despesa por Elementos, em cada Serviço

Art. 5º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 2.12.63  
ass. Fluzio Pinto de Barros — Prefeito





Resolução nº 1468

"Modifica padrão de função gratificada."

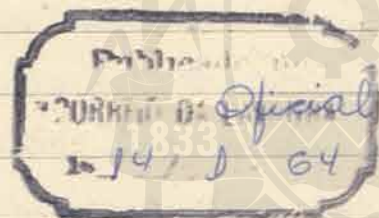
A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, direta e em sancionando e promulga a seguinte Resolução:—

Art. 1º — O padrão da função gratificada de Chefe do Serviço de Expediente do Gabinete do Prefeito, passará a ser o de "9612."

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em sentido contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 9 de dezembro de 1963.

(ass) Plúcio Pinto de Barros — Prefeito



Resolução nº 1469

"Concede isenção de pagamento do Imposto de Transmissão Inter-Vivos, à Associação da Igreja Metodista."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, direta e em sancionando e promulga a seguinte Resolução:—

Art. 1º — É concedida isenção do pagamento do Imposto de Transmissão Inter-Vivos, à Associação da Igreja Metodista, na aquisição do lote de terreno nº 91, da rua nº Perpetua, em Bairro de Faria, neste município, o qual se destina à construção da Igreja daquele distrito.

Art. 2º — No ato translativo deverá constar o inteiro teor da presente Resolução.

Art. 3º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, em 9 de dezembro de 1963.

(ass) Plúcio Pinto de Barros — Prefeito



## Resolução nº 1410

"Autoriza o Prefeito municipal a construir uma escola municipal no Bairro Ucojá ou Guandú, numa das áreas existentes e pertencentes à Prefeitura em Engenheiro Pedreira."

A Câmara municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sanciona e promulga a seguinte resolução:—

Art. 1º— Fica o Prefeito municipal, autorizado a construir uma Escola municipal no Bairro Ucojá ou Guandú, numa das áreas existentes e pertencentes à Prefeitura deste município.

Art. 2º— As despesas decorrentes com o art. 1º, correrão por conta da verba a ser consignada no exercício de 1964.

Art. 3º— A presente Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 4º— Ficam revogadas as disposições em sentido contrário.

Prefeitura municipal de Nova Iguaçu, em 9 de dezembro de 1963.

(ass) — Aluizio Pinto de Barros —  
Prefeito

## Resolução nº 1411

"Autoriza o Prefeito municipal a construir duas pontes."

A Câmara municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sanciona e promulga a seguinte resolução:—

Art. 1º— Fica o Prefeito municipal autorizado a construir duas pontes, a Juvenilda Baroneza de Resquita, sobre os canais Nova Eugênia, e o canal da rua Nova Aurora, situada em Resquita, 5º Distrito deste município.

Art. 2º— As despesas decorrentes com a presente Resolução, correrão por conta da verba própria.

Art. 3º— A presente Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 4º— Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura municipal de Nova Iguaçu, 9 de dezembro de 1963.

(ass) — Aluizio Pinto de Barros — Prefeito



Publicado no  
"CORREIO DA LAVOURA"  
1º 2/2/64

## Resolução nº 1412

Dá nova redação ao artigo 15º da Resolução 642, de 26 de agosto de 1958.

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sancionamento e promulga a seguinte Resolução: —

Art. 1º — O Art. 15º, da Resolução 642, de 26 de agosto de 1958, passa a ter a seguinte redação:

O funcionário que, no desempenho de suas atribuições, pagar ou receber em moeda corrente, poderá ser concedido auxílio fixado em 5% do padrão do vencimento, sendo que, aos Tesoureiros, para compensar diferenças de caixa, será concedido auxílio de 30% do padrão do vencimento.

Art. 2º — As despesas decorrentes com a presente Resolução correrão por conta da verba própria.

Art. 3º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 1964.

Art. 4º — Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu,  
9 de dezembro de 1963.

(Ass) — Olívio Pinto de Barros —  
Prefeito

30  
Feira

## Resolução nº 1413

Autoriza o Prefeito Municipal a prosseguir o calçamento da rua Helena até o Bar Ponto dos Motoristas, em Vila de Lava, 3º Distrito.

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sancionamento e promulga a seguinte Resolução: —

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal autorizado a prosseguir o calçamento da rua Helena, até o Bar Ponto dos Motoristas, em Vila de Lava, 3º Distrito.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 9 de dezembro de 1963.

(Ass) — Olívio Pinto de Barros — Prefeito

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM  
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFRJ

ARQUIVO DE PLANTAS



Resolução nº 1444

"Denomina Rua Antenor Antônio de Britas à atual Travessa Uloquetá, nesta cidade, 1º distrito."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu,

por seus representantes legais, decreta e em sanciona e promulga a seguinte Resolução:—

Art. 1º— A atual Travessa Uloquetá, nesta cidade, 1º distrito, situada entre Avenida Manoel Duarte e a Rua Afonso Peixoto, passa a denominar-se "Rua Antenor Antônio de Britas."

Art. 2º— Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu,  
9 de dezembro de 1963.

(ass) Plúcio Pinto de Barros — Prefeito

1833

NOVA IGUAÇU

Resolução nº 1445

"Da nova denominação a uma rua deste município."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sanciona e promulga a seguinte Resolução:—

Art. 1º— Passa a denominar-se Sr. Frino de Oliveira, a atual rua Uloquetá, nesta cidade, Bairro Uloquetá, Quadra da Prefeitura de Nova Iguaçu.

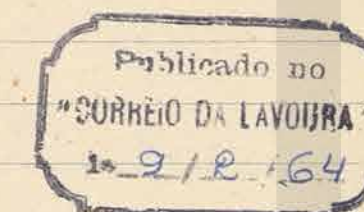
Art. 2º— A presente Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º— Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu; 9 de dezembro de 1963.

(ass) Plúcio Pinto de Barros — Prefeito

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM  
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFRJ



ARQUIVO DE PLANTAS



## Resolução nº 1476

"Autoriza o calçamento da rua 16."

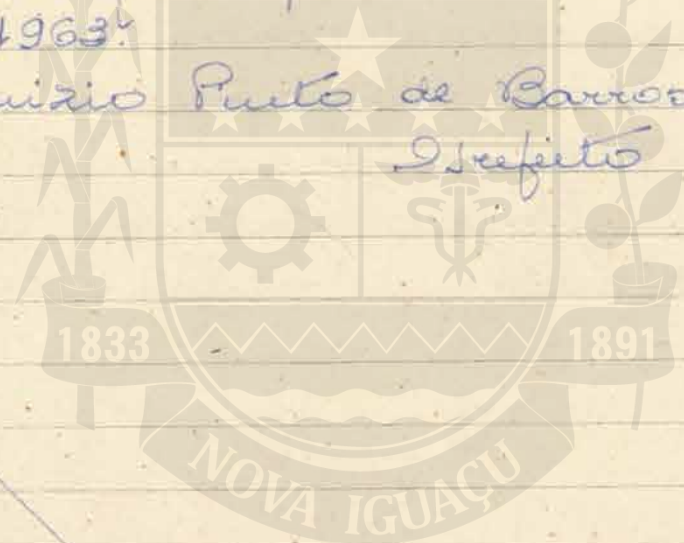
A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º — Para o Prefeito Municipal, autorizado a proceder o calçamento da rua 16, a Praça Afíquel Couto, nº 4º Distrito deste Município.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 9 de dezembro de 1963.

(as) — Aluizio Pinto de Barros —  
Prefeito



## Resolução nº 1477

"Muda a denominação de um logradouro público."

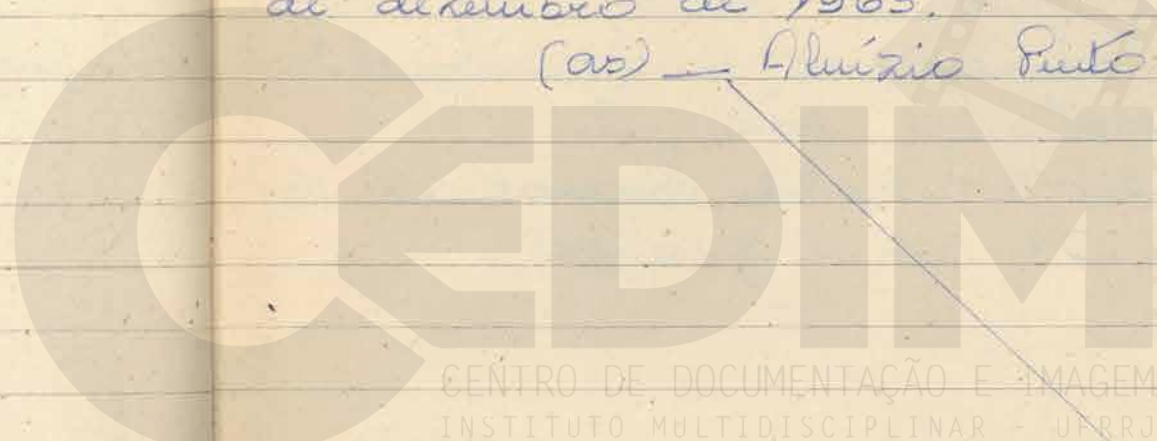
A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º — Para a denominação de rua Carlos Rodrigues, a atual rua nº 11 Afíquel Couto, 4º Distrito deste Município.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 9 de dezembro de 1963.

(as) — Aluizio Pinto de Barros — Prefeito





Resolução nº 1478

"Iluminação Pública em todas as ruas do Bairro N. S. da Glória, em Queimados."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e sanciona e promulga a seguinte Resolução: —

Art. 1.º — Fica o Prefeito Municipal autorizado a colocar iluminação pública em todas as ruas.

Art. 2.º — A presente Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3.º — Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, em 9 de dezembro de 1963.

(as) — Aluizio Pinto de Barros —  
1833 Prefeito

Resolução nº 1479

"Que autoriza o calçamento da rua Independência."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e sanciona e promulga a seguinte Resolução: —

Art. 1.º — Fica o Prefeito Municipal autorizado a proceder ao calçamento da rua Independência, situada no 1.º Distrito deste município.

Art. 2.º — As despesas com a presente Resolução correrão por conta da verba própria, do Orçamento de 1964.

Art. 3.º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 9 de dezembro de 1963.

(as) — Aluizio Pinto de Barros — Prefeito

Fls 33



## Resolução nº 1480.

"Concede isenção do imposto de transmissão ao Georgita Futebol Clube, sediado em Queimados."

O Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sancionando e promulga a seguinte resolução: —

Art. 1º — Fica concedida isenção do pagamento do imposto de transmissão Inter-Vivos, ao Georgita Futebol Clube, sociedade civil esportiva, com sede em Queimados, 2º distrito deste município com Estatutos registrado sob o número de ordem 162, fls. 286, do Livro 14-1, de Pessoas Jurídicas, no Cartório do 5º Ofício de Registro, neste Estado.

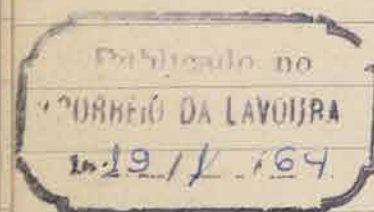
Art. 2º — A isenção concedida no artigo anterior é destinada a aquisição de onze lotes de terreno, situado na Vila Triguá, em Queimados, doados ao Clube pelo Sr. Guilherme Benjamin Wainschenk.

Art. 3º — Oa escritura de doação de verá constar a transcrição da presente resolução.

Art. 4º — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu,  
9 de dezembro de 1963.

(ass) — Fluzio Pinto de Barros —  
Prefeito



## Resolução nº 1481

"Autoriza o Prefeito Municipal a construir uma ponte sobre o canal do rio Aforto, neste Município."

O Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sancionando e promulga a seguinte resolução: —

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal autorizado a construir sobre o canal do rio Aforto, ligando as ruas Birigui e General Boudon, situadas nos bairros 5ª Eugênia e Posse, respectivamente neste município, uma ponte de cimento armado.

Art. 2º — As despesas correspondentes à aludida construção, correrão por conta da Verba que será incluída no orçamento para o exercício de 1964.

Art. 3º — A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu,  
9 de dezembro de 1964.

(ass) — Fluzio Pinto de Barros — Prefeito



## Resolução nº 1482.

"Reconhece de utilidade pública municipal o Centro Pró melhoramentos do Bairro Califórnia e dá outras providências."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta, e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:—

Art. 1º Fica considerado de utilidade pública municipal o "Centro Pró melhoramentos do Bairro Califórnia, 1º distrito deste município."

Art. 2º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu,  
9 de dezembro de 1963.

(as) — Plúcio Pinto de Barros —  
Prefeito

## Resolução nº 1483

"Autoriza o Prefeito a conceder pensão à esposa de funcionário falecido."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta, e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:—

Art. 1º Fica o Prefeito Municipal autorizado a conceder pensão de R\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros) à esposa do trabalhador falecido de nome José dos Santos Duarte, cujo nome é Rosalina de Figueiras.

Art. 2º A presente Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu,  
9 de dezembro de 1963.

(as) — Plúcio Pinto de Barros —  
Prefeito

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM  
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFRJ



## Resolução nº 1484

"Reconhece de utilidade pública a Sociedade Filantrópica Grupo da Fraternidade Luiza Scheilla."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sanção e promulga a seguinte resolução:—

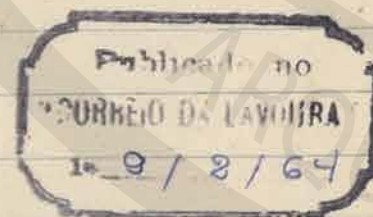
Art. 1º— Fica reconhecida de utilidade pública municipal a Sociedade Filantrópica Grupo da Fraternidade Luiza Scheilla, registrada em Nova Iguaçu, com o extrato de seus estatutos publicados no Diário Oficial de 30 de junho de 1963 e com sede provisória à Rua Professor Paris, nº 53, nesta cidade.

Art. 2º— A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º— Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 9 de dezembro de 1963.

(as) Aluizio Pinto de Barros —  
Prefeito



## Resolução nº 1485

"Autoriza o Prefeito Municipal a proceder convênio com a Prefeitura Municipal de Filópolis, para a construção de uma ponte."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sanção e promulga a seguinte resolução:—

Art. 1º— Fica o Prefeito Municipal autorizado a proceder convênio com a Prefeitura Municipal de Filópolis, para a construção de uma ponte na rua Emilio Guadani, 5º distrito deste município, sobre o rio ali existente, na parte em que esta faz divisa com o município de Filópolis, neste Estado.

Art. 2º— A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 9 de dezembro de 1963.

(as) Aluizio Pinto de Barros —  
Prefeito



## Resolução nº 1486

"Considera de utilidade pública municipal o Educandário Santa Rita."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e sanciona e promulga a seguinte resolução:—

Art. 1º— Fica considerado de utilidade pública municipal o Educandário Santa Rita, sediado a rua Otávio Tarquino, nº 562, nesta cidade, com um total de 116 alunos, de propriedade de Maria Hermengarda Nunes Richard.

Art. 2º— A presente resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em sentido contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, em 9 de dezembro de 1963.

(as) — Aluizio Pinto de Barros —  
Prefeito

## Resolução nº 1487

"Autoriza o Prefeito Municipal a conceder isenção de impostos e taxas à Associação São Sebastião, situada em Belford-Roxo."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e sanciona e promulga a seguinte resolução:—

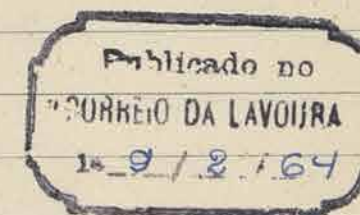
Art. 1º— Fica o Prefeito Municipal autorizado a conceder isenção de impostos "cidades" à Associação de Caridade São Sebastião, situada em Belford-Roxo, 4º Distrito deste Município, reconhecida de utilidade pública através da Resolução nº 119 de 22 de setembro de 1959, publicada no Correio da Manhã de 21/8/63.

Art. 2º— A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º— Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 9 de dezembro de 1963.

(as) — Aluizio Pinto de Barros — Prefeito





Resolução nº 1488

"Autoriza ao Prefeito municipal a proceder o calçamento da rua Emanuel Nduarte, em Mesquita, 5º Distrito deste município."

O Câmara municipal de Uva-Iguacu, por seus representantes legais, decreta e em sancionou e promulga a seguinte resolução:—

Art. 1º— Fica o Prefeito municipal de Uva-Iguacu autorizado a proceder o calçamento da rua Emanuel Nduarte, em Mesquita, 5º Distrito deste município, desde as despesas correrem pela verba própria do orçamento em vigor.

Art. 2º— A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura municipal de Uva-Iguacu,  
9 de dezembro de 1963.

(ass) — Aluizio Paulo de Barros —  
Prefeito

Resolução nº 1489

"Que considera de utilidade pública o Corpo de Bombeiros de Uva-Iguacu."

O Câmara municipal de Uva-Iguacu, por seus representantes legais, decreta e em sancionou e promulga a seguinte resolução:—

Art. 1º— Fica considerado de utilidade pública municipal o Corpo de Bombeiros de Uva-Iguacu.

Art. 2º— Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º— A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura municipal de Uva-Iguacu, 17 de dezembro de 1963.

(ass) — Aluizio Paulo de Barros — Prefeito



## Resolução nº 1490

"Autoriza o Prefeito Municipal a proceder postação para iluminação pública e dá outras providências."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sancionário e promulga a seguinte resolução:—

Art. 1º— Fica o Prefeito Municipal autorizado a providenciar iluminação pública para a Av. Brasil, no 5º Distrito deste Município.

Art. 2º— As despesas decorrentes do artigo anterior, correrão por conta da verba própria, do orçamento de 1964.

Art. 3º— A presente resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu,  
11 de dezembro de 1963. 1833 1891

(ass) — Flávio Pinto de Barros — Prefeito

## Resolução nº 1491

"Autoriza a concessão de auxílio para execução de dois bustos e dá outras providências."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sancionário e promulga a seguinte resolução:—

Art. 1º— Fica o Prefeito Municipal autorizado a conceder um auxílio de duzentos mil cruzeiros (R\$ 200.000,00), para a execução de dois bustos, destinados a perpetuar a memória dos ex combatentes da Força Expedicionária Brasileira, iguaçuanos, Antônio da Costa Queiroz e Iliaquim Batista, mortos em combate, nos campos de batalha da Itália, na última Conflagração Mundial.

Art. 2º— Os bustos, a que se refere o art. 1º desta resolução, serão exigidos na Praça Chopin, nesta cidade, com a cooperação da iniciativa particular.

Art. 3º— A importância citada no art. 1º desta resolução, será entregue a Comissão Promotora da qual partir a iniciativa.

§ Único— Essa Comissão será constituída dentro dos prazos legais e se encarregará da execução e elaboração das festividades da homenagem, devendo, dos mesmos ser destacado, primordialmente, o caráter cívico do holocausto.

Art. 4º— As despesas decorrentes da execução desta resolução, correrá por conta da verba 994, alínea a, da Lei Anua da Municipalidade para o exercício de 1964.

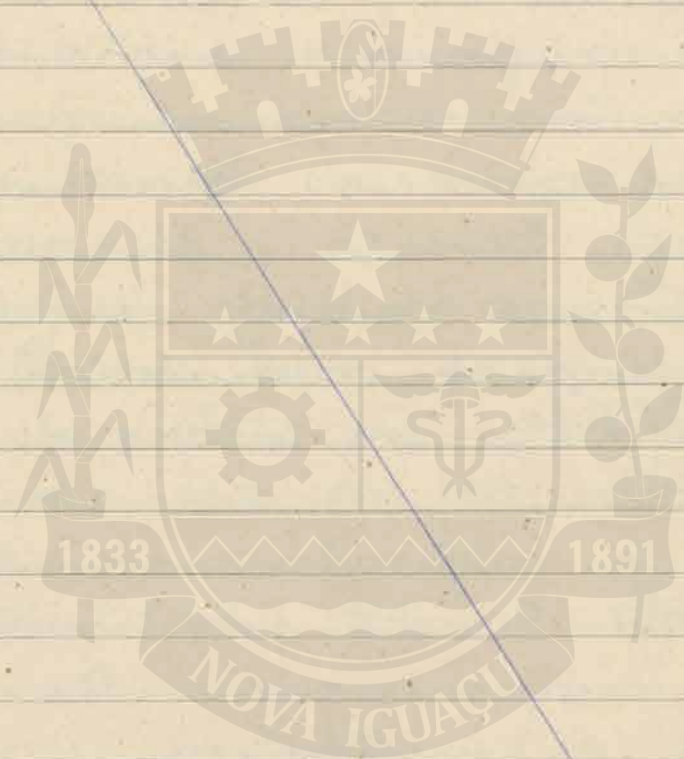
Art. 5º— A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 11 de de-



gembro de 1963.

(as) — Plúzio Pinto de Barros — Prefeito



Resolução nº 1492

"Autoriza o Prefeito Municipal, a construir uma ponte sobre o Canal do Rio Afonso e as outras providências."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte resolução:—

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal, autorizado a construir uma ponte sobre o Canal do Rio Afonso, na rua Marechal Floriano Peixoto, nesta cidade — 1º distrito.

Art. 2º — As despesas decorrentes da execução da presente resolução, correrão por conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º — A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 14 de dezembro de 1963.

(as) — Plúzio Pinto de Barros — Prefeito

ARQUIVO DE PLANTAS



## Resolução nº 1493

"Autoriza a construção de uma ponte e dá outras providências."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal autorizado a construir, ligando à Ilha Normia a Banco de Il. reia, sobre o Canal nº 9 Eugênia, em mesquita, uma ponte de cimento armado.

Art. 2º — As despesas decorrentes da execução da presente Resolução, correrão por conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 14 de dezembro de 1963.

(as) — Plúcio Pinto de Barros —  
Prefeito

## Resolução nº 1494

"Concede subvenção ao Conselho Municipal de Desportos."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica concedido anualmente ao Conselho Municipal de Desportos, a subvenção de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil cruzeiros), dividida em duodécimos de R\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros), mensais, a partir do exercício de 1964.

Art. 2º — A despesa criada no artigo anterior, correrá pela verba nº 484 — item 9 do orçamento de 1964.

Art. 3º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 14 de dezembro de 1963.

(as) — Plúcio Pinto de Barros — Prefeito



Resolução nº 1495

"Autoriza o Prefeito Municipal a prosseguir o calçamento da rua Maria Leu. Lódia até a Igreja Católica, existente na referida rua, no 3º distrito."

O Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sancionando e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal autorizado a prosseguir o calçamento da rua Maria Leu. Lódia até a Igreja Católica, existente na referida rua.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Despacha Municipal de Nova Iguaçu, 11 de dezembro de 1963.

(as) — Flávio Pinto de Barros — Prefeito

Resolução nº 1496

"Desapropria área de terra para prolongamento da Av. Carlos W. Lolo."

O Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sancionando e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal autorizado a desapropriar a faixa de terra necessária ao prolongamento e retificação da Avenida Carlos Marques Lolo, desde a confluência desta com a Rua Amélia Rodrigues até a Estrada Plínio Barado, às margens da Rodovia Presidente Dutra.

Art. 2º — As despesas decorrentes dessa desapropriação será consignada na verba própria do Orçamento Municipal.

Art. 3º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Despacha Municipal de Nova Iguaçu, 11 de dezembro de 1963.

(as) — Flávio Pinto de Barros — Prefeito



Resolução nº 1.497

"Autoriza o Prefeito municipal a fazer o revestimento da Praça bel. Teodomo Gonçalves, localizada no início da Rua Custódio, 3º Distrito."

A Câmara municipal de Foz de Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica o Prefeito municipal autorizado a fazer o revestimento da Praça bel. Teodomo Gonçalves, localizada no início da Rua Custódio, 3º Distrito deste município.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura municipal de Foz de Iguaçu, em 1º de dezembro de 1963.

(os) — Plúcio Pinto de Barros —  
Prefeito

1430

Resolução nº 1.498

"Considera de Utilidade Pública uma Academia de Física."

A Câmara municipal de Foz de Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica considerado de Utilidade Pública a Academia de Física de Foz de Iguaçu — situada na Praça Adelaide Pereira, localizada à Rua Sebastião Merculano de Matos, nesta cidade.

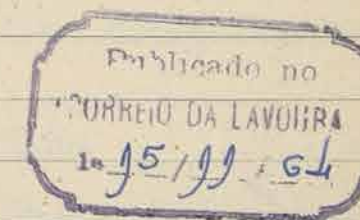
Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura municipal de Foz de Iguaçu, em 1º de dezembro de 1963.

(os) — Plúcio Pinto de Barros — Prefeito

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM  
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UERJ

ARQUIVO DE PLANTAS





## Resolução nº 1499

Estende as vantagens da Resolução nº 1054 de 24 de junho de 1961 e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º — Estende aos auxiliares de Ensino do Movimento Popular de Alfabetização e as Serventes lotadas na Divisão de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, as vantagens da Resolução nº 1054 de 24 de junho de 1961, obedecendo as seguintes condições:

a) — A Suspensão Municipal do M.P.A. e a Divisão de Educação e Cultura da Prefeitura de Nova Iguaçu, relacionarão os auxiliares de Ensino e Serventes, juntamente com as Escolas onde os mesmos estão lotados, não podendo ultrapassar de 150 Auxiliares de Ensino e 100 serventes do M.P.A.

b) — A Suspensão Municipal do M.P.A. e a Divisão de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal, comunicarão a Associação em relação aos beneficiados por esta Resolução os casos de afastamento do serviço ativo a qualquer pretexto, hipótese em que a servente ou Auxiliar de Ensino do M.P.A. perderão o direito ao gozo do passe enquanto durar seu afastamento.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, em 14 de dezembro de 1963.

(Ass) — Aluizio Pinto de Barros — Prefeito

## Resolução nº 1500

Autoriza a construção de uma ponte sobre o rio Abel.

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º — Visa o Prefeito Municipal autorizado a construir sobre o rio Abel, na rua Santa Rita, em Queimados, 2º distrito deste município, uma ponte de cimento armado.

Art. 2º — As despesas com a realização da obra a que se refere o artigo 1º, correrão por conta da verba própria, do orçamento de 1964.

Art. 3º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, em 14 de dezembro de 1963.

(Ass) — Aluizio Pinto de Barros — Prefeito



## Resolução nº 1501

"Concede isenção do pagamento do imposto de transmissão Inter-vivos ao "Serviço de Assistência Social Evangélico" situado nesta cidade."

A Câmara Municipal de Jora-Iguacu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:—

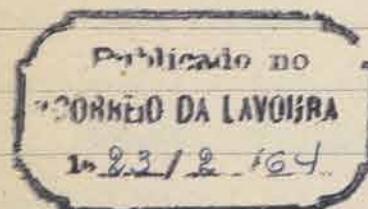
Art. 1º— Fica concedida isenção do pagamento do imposto de transmissão Inter-vivos ao Serviço de Assistência Social Evangélico, com sede à rua Afarchal Floriano Peiroto, 1444, nesta cidade, na doação da área de terra com a superfície de 1.989 m<sup>2</sup>, situada à rua Belo Horizonte, neste Município, com as características e confrontações especificadas na Resolução nº 994, de 1960, que lhe faz a Prefeitura Municipal de Jora-Iguacu.

Art. 2º— Na escritura de doação deverá constar a transcrição da presente Resolução.

Art. 3º— A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Jora-Iguacu,  
em 14 de dezembro de 1963.

(ass) — Flávio Pinto de Barros —  
Prefeito



1502

## Resolução nº 1502

"Faculta o pagamento parcelado dos tributos que menciona e dá outras providências."

A Câmara Municipal de Jora-Iguacu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:—

Art. 1º— Fica facultado, aos contribuintes que o requererem, o pagamento parcelado dos impostos "Predial", "Territorial", "Indústrias e Profissões" e de "Licença de Localização" inclusive as Taxas.

§ 1º— O parcelamento se fará em quotas iguais, a serem pagas mês a mês, dentro do mesmo exercício.

§ 2º— Cada parcela deverá ser paga até o último dia do respectivo mês, findo o qual, se não for quitada, será acusada de multa de mora prevista no art.º 22 do Código Tributário.

§ 3º— A falta de pagamento de uma parcela, por três meses consecutivos, importará no imediato cancelamento da concessão, retornando a cobrança dos respectivos tributos às épocas estabelecidas no Código Tributário.

§ 4º— A hipótese do § 3º, não o parcelamento só poderá ser concedido no exercício subsequente e desde que o contribuinte esteja em dia com os impostos do exercício anterior.

§ 5º— A concessão do parcelamento dependerá do requerimento do contribuinte, que mencionará o tributo e a unidade ou unidades tributadas, para as quais pretende o parcelamento, de modo o fisco ser previamente informado pela repartição exatora competente.

§ 6º— Quando o parcelamento for requerido



após 6 mês de Janeiro, o valor total dos tributos será dividido pelo número de meses restantes do exercício.

§ 1º — Setado

Art. 2º — Fica também facultado o parcelamento da dívida ativa não ajuizada, desde que cada parcela da mesma seja paga concomitantemente com a dos tributos devidos no exercício em curso, observando o disposto no § 3º do art. 1º.

Art. 3º — Salvo no caso de existência de dívida ativa, parcelada ou não, será considerado quito com a fazenda municipal o contribuinte que estiver em dia com o pagamento da parcela mensal vencida.

Art. 4º — Em caso de transmissão de propriedade ou de transferência de firma, que se encontrem sob o regime de parcelamento tributário, a continuidade desta dependerá de expressa e imediata manifestação do novo titular da propriedade ou da nova firma.

Art. 5º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Uva. Iguaçu, em 11 de dezembro de 1963.

(as) — Aluizio Pinto de Barros — Prefeito

Resolução nº 1503.

"Autoriza o Poder Executivo a isentar os lavadores do Imposto Predial Rural."

A Câmara Municipal de Uva. Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte resolução: —

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal autorizado a isentar do imposto predial rural, que incide sobre as residências dos proprietários e de seus empregados, existentes dentro das propriedades agrícolas.

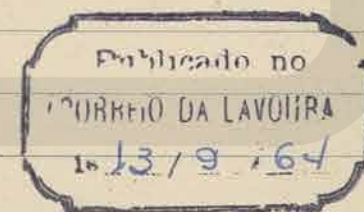
Art. 2º — Só gozarão desta isenção, as propriedades que estiverem com mais de 50% agricultados e mediante apresentação de título de propriedade.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Uva. Iguaçu, 11 de dezembro de 1963.

(as) — Aluizio Pinto de Barros — Prefeito

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM  
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFRRJ





Resolução nº 1504

"Reconhece de utilidade pública o Polígono Futebol Clube, isentando-o de todos os impostos municipais."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e sanciona e promulga a seguinte Resolução:—

Art. 1º— Fica considerado de utilidade pública o Polígono Futebol Clube, isentando-o de todos os impostos municipais, situado em Mesquita, à Avenida Brasil.

Art. 2º— A presente Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º— Fergam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 11 de dezembro de 1963.

(as) — Plúcio Pinto de Barros —  
Prefeito

Resolução nº 1505

"Autoriza o Prefeito Municipal a instalar baixa e alta tensão na rua Geni Saraiva, neste município."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e sanciona e promulga a seguinte Resolução:—

Art. 1º— Fica o Prefeito Municipal autorizado a instalar rede de baixa tensão, dipo, e alta tensão na rua Geni Saraiva, 1º distrito deste município.

Art. 2º— As despesas decorrentes do art. 1º, correrão por conta da verba própria do orçamento de 1964.

Art. 3º— A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, em 14 de dezembro de 1963.

(as) — Plúcio Pinto de Barros — Prefeito

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM  
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFRJ

ARQUIVO DE PLANTAS



## Resolução nº 1506

"Autoriza o Prefeito Municipal a fazer calçamento da Avenida Olímpia Silva, 2º distrito deste município."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decrete e eu sancione e promulgo a seguinte Resolução:—

Art. 1º— Fica o Prefeito Municipal autorizado a proceder ao calçamento da Avenida Olímpia Silva, no 2º distrito deste município.

Art. 2º— As despesas decorrentes do art. 1º, correrão por conta das cotas que o município é credor do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 3º— A presente Resolução entrará em vigor, a partir da data de sua publicação.

Art. 4º— Revogam-se as disposições em contrário.

1833 1891  
Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu,  
em 11 de dezembro de 1963.

(as) Plúlio Pinto de Barros—  
Prefeito

## Resolução nº 1507

"Cede, por empréstimo, a título gratuito, por prazo indeterminado e sob condições, área de terra ao Estado do Rio de Janeiro, para a construção de escolas."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decrete e eu sancione e promulgo a seguinte Resolução:—

Art. 1º— Fica o Prefeito Municipal autorizado a ceder, por empréstimo, a título gratuito, por prazo indeterminado e sob condições, ao Estado do Rio de Janeiro, área de terra com 120 m<sup>2</sup>, constituída pelos lotes de número 1 (um) e 2 (dois), da quadra 2 (dois) medindo, em conjunto, trinta metros de frente pela Estrada de Afadureira; igual largura na linha dos fundos, confrontando com o lote número três da referida quadra, e vinte e quatro metros de extensão da frente aos fundos, de ambos os lados, fazendo divisa à esquerda com a rua 1ª de Afalo e a direita com terras de propriedade de Francisco Silveira.

Art. 2º— Deverá constar do Decreto que o empréstimo prevalecerá, enquanto atender às finalidades a que se destina.

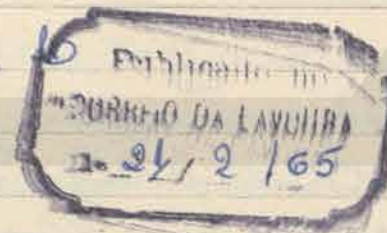
Parágrafo único— No caso de o Estado passar a Escola à administração municipal ou o empréstimo não suar atender às suas finalidades, bem como nas demais hipóteses previstas na legislação civil aplicável à espécie, as benfeitorias feitas no imóvel, de imediato, passarão a pertencer à municipalidade, independentemente de qualquer indenização.

Art. 3º— Ficam revogadas as disposições em contrário, entrando a presente Resolução em vigor na data de sua publicação.

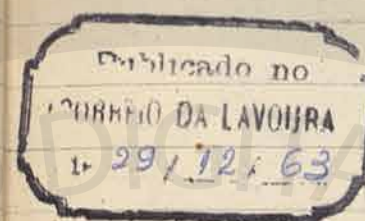
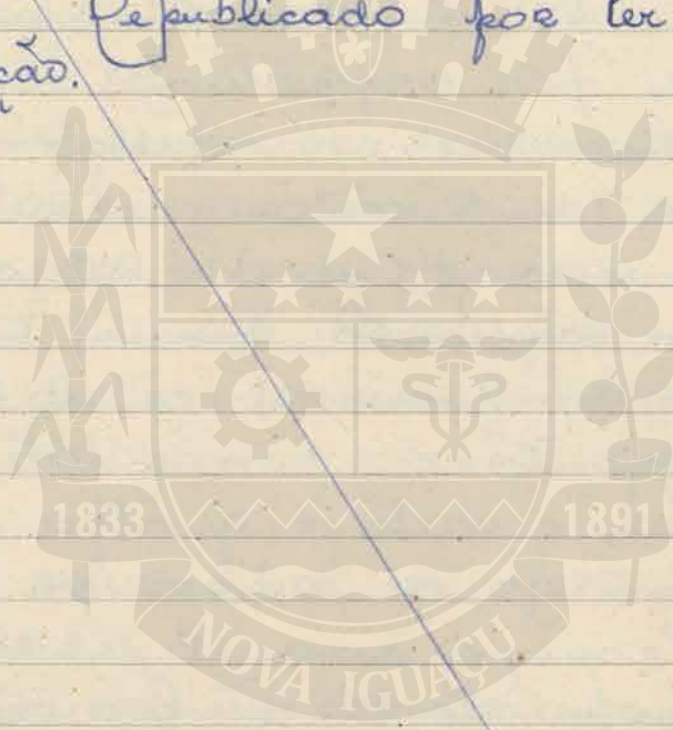


Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, em  
17 de dezembro de 1963.  
(os) — Flávio Pinto de Barros — Prefeito

Correio da  
Semana  
25-12-64, digo, 10



Republicado por ter saído com  
incorrecção.



Resolução nº 1508

"Autoriza Permuta de uma área de terra."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais decrete e eu sancione e promulgo a seguinte Resolução: —

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal autorizado a permutar com a Sociedade Orientadora Educacional Ltda, uma área do patrimônio municipal por outra da referida sociedade, as quais tem as características e confrontações seguintes: lotes de nºs 8 e 16 situados entre a rua Paraná e Avenida São Paulo, loteamento denominado Vila Santa Bernadina área B, em freguesia, 5º distrito deste município, medindo 12,25 m (doze metros e vinte e cinco centímetros) sobre o alinhamento da rua Paraná, 48,50 m (quarenta e oito metros e cinquenta centímetros) pelo lado direito, de quem do terreno olha para a rua Paraná, em linha quebrada com dois trechos, respectivamente de 24,50 m (vinte e quatro metros e cinquenta centímetros) e 24,00 m (vinte e quatro metros), confrontando com terras da propriedade do Colégio Silveira Leite, 46,00 (quarenta e seis metros) pelo lado esquerdo, divisando com terras remanescentes dos lotes 8 a 16 da Q. 5, dos quais o terreno descrito foi desmembrado, e 1,50 (um metro e cinquenta centímetros) sobre o alinhamento da Av. São Paulo para o qual também, faz frente com 536 m² (quinhentos e trinta e seis metros quadrados) pertencentes a municipalidade; e lotes do terreno de nºs 10 e 11 da Rua Tefelino e 21 e 22 da rua Egídio, situados no loteamento denominado Parque Rudolf, Q. 3, em freguesia, 5º distrito deste município, medindo cada um, 10,00 m (dez metros) de frente, igual largura na linha dos



fundos, por 30,00 m de extensão da frente aos fundos, de ambos os lados, numa área total de 1200 m<sup>2</sup> (mil e duzentos metros quadrados), confrontando o lote 10, pelo lado esquerdo com o lote 9, da rua Ferreira, e o 11 com o lote 12, desta mesma rua, e o lote 21 pelo esquerdo, com o lote 20 da rua Ogélio, e o 22 com o lote 23, desta mesma rua, todos da propriedade da Sociedade Orientadora Educacional Ltda.

Art. 2º — A presente permuta deverá ser feita até o dia 31 de dezembro de 1963, prazo máximo para assinatura das escrituras, imperrogavelmente.

Art. 3º — A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, inclusive a resolução de nº 54 de 15.1.59, publicada no Correio da Lavoura de 18.1.59.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu,  
11 de dezembro de 1963.

(ass) — Plúcio Pinto de Barros — Prefeito

Resolução nº 1509

"Autoriza calçamento."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte resolução: —

Art. 1º — Vêto o Prefeito Municipal autorizado a efetuar o calçamento da rua Cameron, da Estrada Luiz Lemos e um trecho da estrada de Iguaçu, no 4º Distrito de Nova Iguaçu.

Art. 2º — A presente resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, em  
11 de dezembro de 1963.

(ass) — Plúcio Pinto de Barros — Prefeito



Resolução nº 1510

"Autoriza o Prefeito municipal a proceder rede de baixa tensão."

A Câmara municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:—

Art. 1º— Fica o Prefeito municipal autorizado a instalar rede de baixa tensão na rua Soares Couto, em Resquita.

Art. 2º— As despesas decorrentes do artigo anterior, correrão por conta da verba própria, do orçamento de 1964.

Art. 3º— A presente Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 4º— Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura municipal de Nova Iguaçu, 11 de dezembro de 1963.

(ass) — Plúcio Pinto de Barros — Prefeito

Res 1511

Resolução nº 1511

"Autoriza o Prefeito o prosseguimento do calçamento da Avenida Juvenal Guimarães até a Estrada do Lázaro, em Quinze.""

A Câmara municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:—

Art. 1º— Fica o Prefeito autorizado a prosseguir a construção do calçamento da Avenida Juvenal Guimarães até a esquina formada com a Estrada do Lázaro.

Art. 2º— Para fazer face as despesas com a construção, será usada verba própria de obras novas, constante do orçamento em vigor.

Art. 3º— Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura municipal de Nova Iguaçu, em 11 de dezembro de 1963.

(ass) — Plúcio Pinto de Barros — Prefeito



## Resolução nº 1512

"Reintegra Professôras na Prefeitura Municipal e dá outras providências."

A Câmara Municipal de Uva-Iguacu, por seus representantes legais, decreta e em sanciona e promulga a seguinte resolução:—

Art. 1º— Ficam reintegradas na Prefeitura Municipal de Uva-Iguacu as Professoras que beneficiadas pela Resolução nº 602/57, publicada no "Boletim da Lavoura" de 24 de Janeiro de 1958, foram exoneradas.

Parágrafo Único— As reintegrações serão deferidas pelo Prefeito as interessadas que a requererem, no prazo improrrogável de 5 (cinco) dias a contar da publicação desta Resolução.

Art. 2º— Para execução desta Resolução, ficam criados no Quadro 11, do Quadro Permanente da Prefeitura (cargos de carreira), 5 (cinco) cargos de Professor Diurno, Padrão G.

Parágrafo Único— As professoras beneficiadas pela presente Resolução, não terão direito ao ressarcimento de vencimentos atrasados, os quais, com o exercício do cargo, ter-se-ão como quitados.

Art. 3º— Fica o Prefeito autorizado a suplementar na época própria, a verba necessária ao atendimento desta Resolução.

Art. 4º— A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Uva-Iguacu, 13 de Janeiro de 1964.

(as) Aluizio Pinto de Barros — Prefeito

52

## Resolução nº 1513

"Cria cargos e dá outras providências."

A Câmara Municipal de Uva-Iguacu, por seus representantes legais, decreta e em sanciona e promulga a seguinte resolução:—

Art. 1º— Ficam criados, no Quadro 11, um cargo de Supervisor de Disciplina, Padrão U, e um de Fiscal de Obra, Padrão II.

Art. 2º— Retido

Art. 3º— Retido

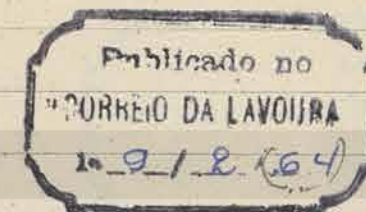
Art. 4º— Retido

Art. 5º— A presente Resolução produzirá efeitos a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Uva-Iguacu, 16 de Janeiro de 1964.

(as) Aluizio Pinto de Barros — Prefeito

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM  
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR — UFRRJ





Resolução nº 1514, (Câmara)



Resolução nº 1.515

"Concede anistia da multa de mora dos Impostos de Indústria e Profissão e das outras providências."

O Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:—

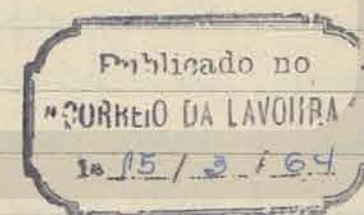
Art. 1º — Fica concedida aos contribuintes, no período compreendido entre 16 e 31 de março do corrente ano, anistia da multa de mora sobre os impostos de Indústria e Profissão.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em sentido contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 13 de março de 1964.

(as). — Plúcio Pinto de Barros — Prefeito

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM  
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR — UFRJ



ARQUIVO DE PLANTAS



Resolução nº 1516.

"Cede, por empréstimo, uma área de terra, e da outorga providências.

O Câmara Municipal de Uva. Iguaçu, por seus representantes legais, declara e sanciona e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — A Câmara Municipal autoriza do a ceder por empréstimo a título gratuito, por prazo indeterminado, e sob condições, ao Gigante Futebol Club, deste município, sediado provisoriamente a rua Dona Perpétua, nº 22 — mesquita, uma área de terra do patrimônio municipal, localizada a Rua Dona Perpétua, esquina com Carolina Pereira, com 2625 m², confrontando-se à frente com a rua Dona Perpétua, nos fundos com terrenos da Rua. Cobras, do lado esquerdo com o lote 26 da Rua. Técnica de Engenharia, Administração e Corretagem, (lotamento Francisco Alves), e do lado direito com a Carolina Pereira.

Art. 2º — O citado club deverá usar a referida área para construção da sede social, e campo de esportes, e manterá em sua sede uma escola primária.

Parágrafo único — O empréstimo cessará enquanto forem cumpridas as condições do art. 2º, e qualquer motivo que o faça cessar os benfícios passarão ao patrimônio municipal sem direito o club a qualquer, digo, quaisquer indenização.

Art. 3º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Uva. Iguaçu, 27 de fevereiro de 1964.

(ass). — Aluizio Pinto de Barros — Prefeito

Resolução nº 1517.

"Eleve a subvenção anual concedida à Liga Iguaçuana de Desportos, pela Resolução nº 510 de 1.4.56.

O Câmara Municipal de Uva. Iguaçu, por seus representantes legais, declara e sanciona e promulga a seguinte Resolução:

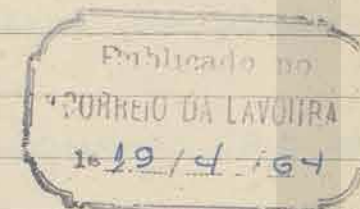
Art. 1º — A soma elevada de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil e nenhum centavo), para R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil e nenhum centavo), no exercício de 1964, a subvenção concedida à Liga Iguaçuana de Desportos, através da Resolução nº 510 de 1º de abril de 1956.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Uva. Iguaçu, 27 de fevereiro de 1964.

(ass). — Aluizio Pinto de Barros — Prefeito

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM  
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR — UFRJ





Resolução nº 1518

"Lexia, no Quadro IV, a função qualificada de Chefe da Seção de Cadastros dos Impostos de Indústria e Profissões e Rendas."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e se sanciona e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica criada, no Quadro IV, uma função qualificada na Divisão Geral de Rendas, de Chefe da Seção de Cadastros dos Impostos de Indústria e Profissões e Rendas, nível G.F.1. — 1.

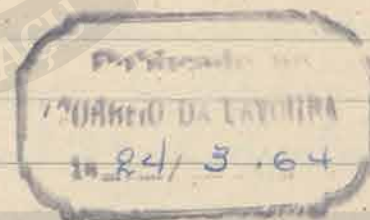
Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 18 de março de 1964.

(ass) — Plúcio Pinto de Barros — Prefeito

1833 1891

NOVA IGUAÇU



ARQUIVO DE PLANTAS

55

Resolução nº 1.519

"Autoriza o Prefeito Municipal a efetuar convênio com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, para proceder o calçamento da rua Emilio Guadagni, em Mesquita, 5º distrito deste Município."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais decreta e se sanciona e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal autorizado a efetuar convênio com o Governo do Estado, para proceder o calçamento da rua Emilio Guadagni, em Mesquita, 5º distrito deste Município.

Art. 2º — As despesas decorrentes dos serviços a que se refere o artigo precedente, correrão por conta das quotas devidas pelo Estado a esta Municipalidade.

Art. 3º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 23 de março de 1964.

(ass) — Plúcio Pinto de Barros — Prefeito



Resolução nº 1520

"Autoriza ao Prefeito Municipal a fazer consórcio com o Governo do Estado do Rio, para efetuar calçamento da Estrada Manoel de Sá, no trecho compreendido entre o lote 15 e a Estação de Tratamento d'água."

A Câmara Municipal de Uva-Itaquá, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal autorizado a efetuar consórcio com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, para fazer calçamento da Estrada Manoel Sá, no trecho compreendido entre o lote 15 e a Estação de Tratamento d'água.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Uva-Itaquá,  
23 de março de 1964.

(as) — Fluzio Pinto de Barros — Prefeito

56

Resolução nº 1521

"Conclusão dos serviços da rede elétrica da rua Minerva, em Resquita, 5º distrito deste Município."

A Câmara Municipal de Uva-Itaquá, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º — Os serviços de conclusão da rede elétrica da rua Minerva, até a rua Elcano, em Resquita, 5º distrito deste Município, deverão ser processados no exercício em curso.

Art. 2º — As despesas decorrentes da obra a ser executada, correrão por conta da verba própria do exercício vigente.

Art. 3º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Uva-Itaquá, 23 de março de 1964.

(as) — Fluzio Pinto de Barros — Prefeito

ARQUIVO DE PLANTAS



Resolução nº 1522

"Autoriza o Prefeito Municipal a fazer convênio com o Governo do Estado para calçamento e baixa tensão."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal autorizado a fazer convênio com o Governo do Estado, para calçamento e baixa tensão da antiga estrada do Rio do Ouro, atual estrada Sr. Pedro Jorge, até o Grupo nº. João VI, 2º distrito deste Município.

Art. 2º — As despesas decorrentes do artigo 1º correrão por conta das cotas que o Município é credor do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 3º — A presente Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 23 de março de 1964.

(ass.) — Flávio Pinto de Barros — Prefeito

Resolução nº 1523

"Que autoriza convênio."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal autorizado a fazer convênio com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, no sentido de recobrir de asfalto as ruas Marechal Floriano Pinheiro e Governador Amador Pinheiro, e suas respectivas faixas.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 23 de março de 1964.

(ass.) — Flávio Pinto de Barros — Prefeito



Resolução nº 1.524

"Autoriza convênio para calçamento."

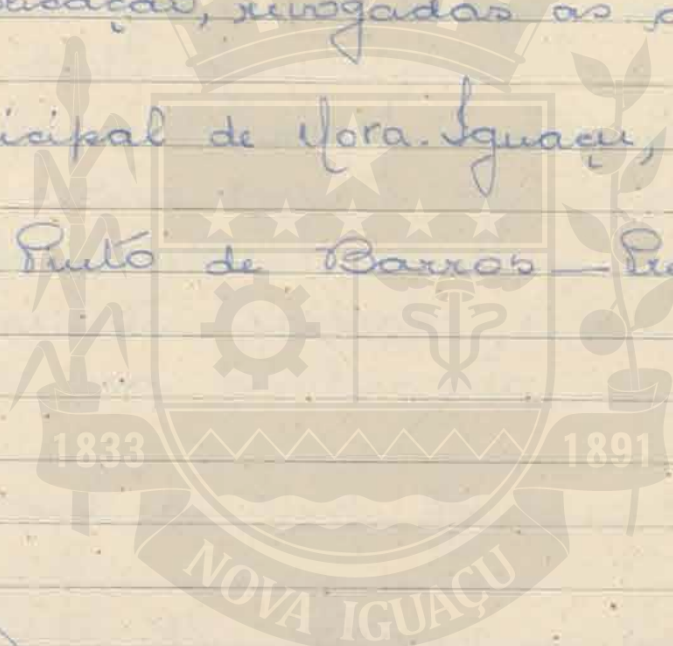
A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica autorizado o Prefeito Municipal a celebrar convênio com o Governo do Estado para calçamento, em toda sua extensão, da Estrada do Vazante em Queimados.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 23 de março de 1964.

(as). — Flávio Pinto de Barros — Prefeito



Resolução nº 1.525

"Autoriza o Prefeito a fazer convênio com o Governo do Estado do Rio de Janeiro para construção de uma ponte de cimento armado."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu por seus representantes legais decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º — Autoriza o Prefeito Municipal a fazer convênio com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, para construção de uma ponte de cimento armado sobre o Rio São Pedro, em Água Branca 3º distrito deste Município.

Art. 2º — As despesas decorrentes da presente Resolução correrão por conta das verbas que o Estado do Rio é credor ao Município.

Art. 3º — A presente Resolução entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 23 de março de 1964.

(as). — Flávio Pinto de Barros — Prefeito

ARQUIVO DE PLANTAS



Resolução nº 1526

"Autoriza ao Prefeito Municipal de Nova Iguaçu, a fazer convênio com o Governo do Estado do Rio de Janeiro para iluminação e postação pública da rua Belém situada no Bairro Vila São Roque Queimados — Nova Iguaçu."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu por seus representantes legais decreta e sanciona e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — Autoriza ao Prefeito Municipal de Nova Iguaçu a fazer convênio com o Governo do Estado do Rio de Janeiro para iluminação e postação pública da rua Belém situada no Bairro Vila São Roque no 2º distrito de Nova Iguaçu.

Art. 2º — As despesas decorrentes da presente Resolução correrão por conta dos cofres que o Estado do Rio de Janeiro é credor ao Município.

Art. 3º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 23 de março de 1964.

(ss) — Plúcio Pinto de Barros — Prefeito

Resolução nº 1527

"Dá nova denominação a atual rua Henrique Rocha, situada no 1º distrito deste Município."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais decreta e sanciona e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — Passa a denominar-se rua Padre José Bestle, a atual rua Henrique Rocha, situada em Belém-Rio, 1º distrito deste Município.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 6 de abril de 1964.

(ss) — Plúcio Pinto de Barros — Prefeito



Resolução nº 1528

"Considera de utilidade pública  
A Sociedade Agro Pecuária de Queimados."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º — Fica considerada de utilidade pública a Sociedade Agro Pecuária de Queimados, localizada à rua Italinga, em Queimados, 2º distrito deste município.

Art. 2º — A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em sentido contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 6 de abril de 1964.

(as). — Flávio Pinto de Barros —  
Prefeito

160

Resolução nº 1529

"Altera o Art. 2º da Resolução 1.234, de 14 de novembro de 1962, e dá outras providências."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º — A gratificação mensal, instituída pelo art. 2º da Resolução 1.234, de 14 de novembro de 1962, fica elevada para R\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros). O nível da função gratificada de "Chefe da Seção de Micrografia" passará a ser 6 de G-1-2. A gratificação instituída pela Resolução nº 1.160 de 29.12.61, publicada no "Correio da Lavoura" de 21 de janeiro de 1962, passará a ser de R\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), mensais.

Art. 2º — A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em sentido contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 6 de abril de 1964.

(as). — Flávio Pinto de Barros — Prefeito



Resolução nº 1530

"Reconhece de Utilidade Pública, a Igreja Evangélica Assembleia de Deus, de Justim, situada na rua Vital Brasil, nº 582."

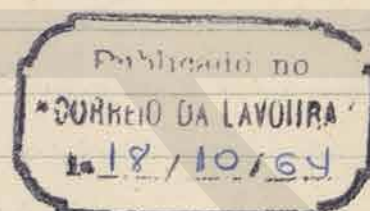
A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sancionamento e promulga a seguinte Resolução:—

Art. 1º — Fica reconhecida de utilidade pública a Igreja Evangélica Assembleia de Deus, situada na rua Vital Brasil, 582 em Justim, neste município.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 6 de abril de 1964.

(as). — Juvêncio Pinto de Barros — Prefeito



Heitor

Resolução nº 1531

"Considera justificadas, para todos os efeitos, faltas dos funcionários desta municipalidade."

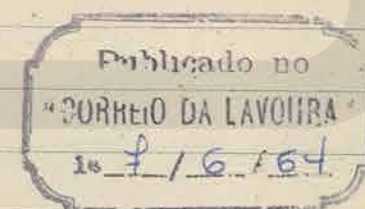
A Câmara Municipal de Nova Iguaçu por seus representantes legais decreta, e em sancionamento e promulga a seguinte Resolução:—

Art. 1º — Ficam consideradas justificadas, para todos os efeitos, as faltas dos funcionários desta municipalidade, até três (3) no máximo, ocorridas antes da publicação da Resolução nº 642, de 26 de agosto de 1958 (Estatuto dos Funcionários da Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu).

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 6 de abril de 1964.

(as). — Juvêncio Pinto de Barros — Prefeito





Resolução nº 1532

"Dá nova denominação a atual travessa Manoel Gomes."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sancionando e promulga a seguinte resolução:

Art. 1º — Passa a denominar-se rua Gen-  
jaimo Chantarelli, a atual Travessa Manoel Gomes,  
situada no Bairro K-11, 1º distrito deste Município.

Art. 2º — A presente resolução entrará em  
vigor a partir da data da sua publicação.

Art. 3º — Ficam revogadas as disposições em  
sentido contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 6 de  
abril de 1964.

(as). — Józio Pinto de Barros — Prefeito

1532

Resolução nº 1533

"Institui o Brasão de Armas do Município."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sancionando e pro-  
mulga a seguinte resolução:

Art. 1º — Fica instituído o brasão de  
armas do Município de Nova Iguaçu, de acordo com o mode-  
lo anexo a esta resolução, e com a seguinte descrição: "De  
ouro, com uma âncora de azul sobre um contra-  
che-  
fe, também de ouro, aguçado azul; e um chefe de azul, cor-  
regado de três lanças de ouro; partido de azul com três  
lanças de ouro; partido de azul com três fábrias de ouro,  
iluminadas de negro. Encimando o escudo, um filão de  
ouro onde se lê: "Município de Nova Iguaçu" — em le-  
tras negras. Paquice nos cores das armas.

Art. 2º — O Prefeito Municipal providen-  
ciará no sentido de que, a entrada principal de todos  
os prédios onde funcionem as repartições municipais, seja  
instalado o brasão do Município, com as dimensões de  
30 (trinta) centímetros de altura por 20 (vinte) centíme-  
tros de largura.

Art. 3º — Todos os papéis oficiais da Prefei-  
tura e da Câmara serão obrigatoriamente timbrados  
com o brasão municipal.

Art. 4º — A presente resolução entrará em  
vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as  
disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 8 de  
abril de 1964.

(as). — Józio Pinto de Barros — Prefeito



Resolução nº 1534.

"Autoriza o Prefeito Municipal a providenciar iluminação pública para a rua São Pedro, neste município."

O Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e sanciona e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — Licença o Prefeito Municipal autorizado a providenciar postação e iluminação pública para a rua São Pedro, ao Bairro do Baonze, 1º distrito deste município.

Art. 2º — As despesas decorrentes do art. 1º correrão por conta da verba própria do orçamento vigente.

Art. 3º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 8 de abril de 1964.

(ass). — Juvêncio Pinto de Barros — Prefeito

Resolução nº 1535

"Cria um cargo de Diretor de Ginásio e uma função de Secretário de Ginásio, para serem exercidos no Ginásio Municipal de Mesquita."

O Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e sanciona e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — Ficam criados, um cargo de Diretor do Ginásio e uma função gratificada de Secretário de Ginásio, padrões CCT e GAT-2 respectivamente, para serem exercidos no Ginásio Municipal de Mesquita.

Art. 2º — O cargo e a função gratificada criados pela presente Resolução, serão providos de acordo com as exigências do Ministério de Educação e Cultura.

Art. 3º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 8 de abril de 1964.

(ass). — Juvêncio Pinto de Barros — Prefeito





Resolução nº 1536

"Considera de utilidade pública e ben-  
fício pudentor."

A Câmara Municipal de Nova Igua-  
çu, por seus representantes legais, decreta e em sancio-  
no e promulga a seguinte resolução:

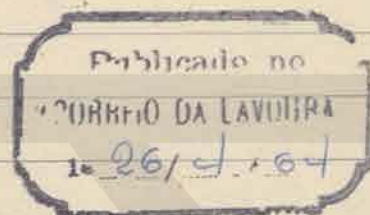
Art. 1º — fica considerado de utilidade  
pública para todos os fins previstos em lei, o Centro  
Pudentor, com sede a Avenida Nilo Picanha nº 195, em  
Nova Iguaçu.

Art. 2º — A presente resolução entrará em  
vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º — Ficam revogadas as disposições  
em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 8  
de abril de 1964.

(ass). — Aluizio Pinto de Barros — Prefeito



1537

Resolução nº 1537

"Abre Crédito Especial de R\$ 60.000,00."

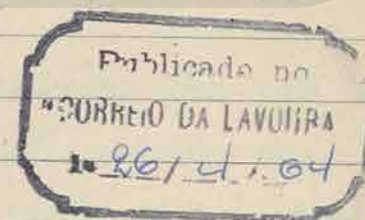
A Câmara Municipal de Nova  
Iguaçu, por seus representantes legais decreta e em sancio-  
no e promulga a seguinte resolução:

Art. 1º — fica aberto o Crédito Espe-  
cial de R\$ 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros), para aten-  
der ao pagamento da desapropriação, efetuada de acôr-  
do com o Decreto nº 384, de 20 de fevereiro de 1961, de  
uma área de terra medindo dez (10) metros de frente  
para a rua Luis Alves, nesta cidade, com igual lai-  
gura na linha dos fundos, por 50 (cinquenta) metros  
de exclusão da frente aos fundos, em ambos os lados,  
de propriedade de Irene dos Santos, e destinada a  
ampliação do cemitério desta cidade.

Art. 2º — A presente resolução entrará  
em vigor na data de sua publicação, revogadas as  
disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 8  
de abril de 1964.

(ass). — Aluizio Pinto de Barros — Prefeito





## Resolução nº 1.538

"Concede anistia de multa de mora sobre os Supostos Territorial urbano e rural."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e sanciona e promulga a seguinte Resolução:—

Art. 1º — Fica concedida aos contribuintes, no período compreendido entre 16 e 30/4/64, anistia da multa de mora incidente sobre o imposto Territorial, das zonas urbana e rural deste Município.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

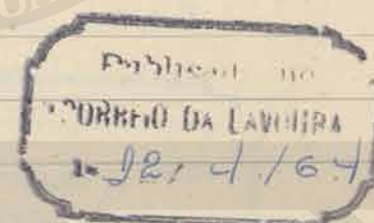
Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 8 de abril de 1964.

(Ass.) — Flávio Pinto de Barros — Prefeito

1833

1891

NOVA IGUAÇU



1538

## Resolução nº 1.539

"Permite a legalização de prédios construídos sem a respectiva licença e dá outras providências."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e sanciona e promulga a seguinte Resolução:—

Art. 1º — Os prédios construídos no perímetro urbano deste Município, sem a respectiva licença desta Prefeitura, pagarão uma taxa única, desde que tenham ocupado as áreas abaixo descritas:—

a) — até 60 m<sup>2</sup> (sessenta metros quadrados) ... R\$ 1.500,00

b) — de 60 m<sup>2</sup> (sessenta metros quadrados) até 80 m<sup>2</sup> (oitenta metros quadrados) ... R\$ 2.500,00

c) — de 80 m<sup>2</sup> (oitenta metros quadrados) até 100 m<sup>2</sup> (cem metros quadrados) ... R\$ 5.000,00

d) — acima de 100 m<sup>2</sup> (cem metros quadrados) pagarão a taxa prevista na lei que regula o assunto.

Art. 2º — Os prédios construídos na zona rural, perímetro de 55 e regulamentados pela Resolução nº 1.119, pagarão, para efeito de sua legalização, a taxa única de R\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros).

Art. 3º — Fica estipulada a multa de R\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) para as construções efetuadas sem a devida licença desta Prefeitura, após a vigência desta Resolução.

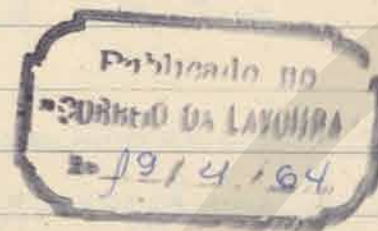
Art. 4º — A presente lei no seu artº 1º vigorará pelo prazo de 60 (sessenta) dias e no seu artigo 2º, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias produzindo efeitos a partir de 11 de abril do corrente exercício.

Art. 5º — Revogam-se as disposições em contrário.  
Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 11 de abril



de 1964.

(as). — Aluizio Pinto de Barros — Prefeito



Resolução nº 1540.

"Concede anistia de multa que incidem sobre todos os impostos e taxas devidas ao exército municipal."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica concedida aos contribuintes, no período compreendido entre 10 e 31 do mês em curso (maio), anistia das multas que incidem sobre todos os impostos e taxas devidas ao exército municipal.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 8 de maio de 1964.

(as). — Aluizio Pinto de Barros — Prefeito

Reproduzida, por haver sido publicada com incorreção numérica.



166

Resolução nº 1541

"Extingue cargo e dá outras providências."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:

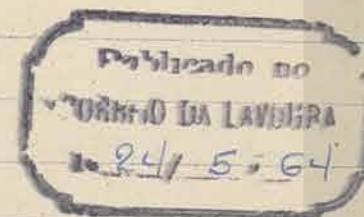
Art. 1º — Fica criado, no Quadro 155, um cargo de Fiscal de Obras, padrão 16 (Setado).

Art. 2º — Fica extinto um cargo de Oficial Administrativo, padrão 1, no Q. 15, da Prefeitura Municipal.

Art. 3º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 13 de maio de 1964.

(as). — Aluizio Pinto de Barros — Prefeito



CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM  
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR DE PESQUISA



Resolução nº 1542

"Iluminação pública e baixa tensão na Avenida Olímpia Silva em Omeimados 2º distrito deste município."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução: —

Art. 1º. — Fica o Prefeito Municipal autorizado a colocar iluminação pública e baixa tensão na Avenida Olímpia Silva, em Omeimados neste município.

Art. 2º. — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. — Ficam revogadas as disposições em sentido contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 13 de maio de 1964.

(os). — Flávio Pinto de Barros — Prefeito



Resolução nº 1543

"Da denominação de rua Papa João XXIII a atual rua Panajura, situada em Juscelino — Nova Iguaçu."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução: —

Art. 1º. — Passa a denominar-se rua Papa João XXIII, a atual rua Panajura, situada na parada Juscelino — 1º distrito de Nova Iguaçu.

Art. 2º. — A presente Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em sentido contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 13 de maio de 1964.

(os). — Flávio Pinto de Barros — Prefeito

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM  
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR DE FERRJ

ARQUIVO DE PLANTAS



Resolução nº 1544.

"Considera de utilidade pública o Esporte Clube Estrela Branca."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte resolução:—

Art. 1º — Fica considerado de utilidade pública o Esporte Club Estrela Branca, situado nas Gilas Jolá e Santa Maria, no 4º distrito deste Município.

Art. 2º — A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu,  
13 de maio de 1964.

(as). — João Paulo de Barros — Prefeito

Resolução nº 1545

"Concede isenção do pagamento do imposto de transmissão 'Inter-vivos' aos Escreventes de Justiça desta Comarca."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte resolução:—

Art. 1º — É concedida isenção do pagamento de transmissão "inter-vivos" aos Escreventes de Justiça desta Comarca, no ato de aquisição de casa para sua residência ou de terreno que se destina à sua construção, observadas as seguintes condições:

a) — Não possua o Escrevente de Justiça outro imóvel.

b) — conte o Escrevente de Justiça mais de 5 (cinco) anos de serviço prestado ao Município.

Parágrafo único — O disposto nesta resolução abrange os inativos.

Art. 2º — Qualquer que seja o regime de casamento, só um dos cônjuges será beneficiado pela isenção.

Art. 3º — A nenhum escrevente de justiça se concederá isenção para mais de uma aquisição.

Art. 4º — Se o Escrevente da Justiça beneficiado dispuser do imóvel antes de decorrido cinco (5) anos da aquisição, ficará sujeito ao pagamento do imposto isentado.

Art. 5º — Na escritura de aquisição se fará transcrição desta resolução.

Art. 6º — Revogam-se as disposições em contrário, entrando esta resolução em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 13 de maio de 1964.



(as). — Jolnizio Pinto de Barros — Prefeito

### Resolução nº 1546

"Sobre Crédito Especial para pagamento de honorários de perito."

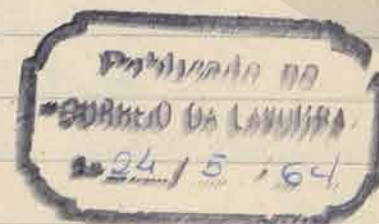
A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º — Fica aberto o crédito especial de R\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), para atender ao pagamento de honorários do perito desempatador, nos autos de desapropriação, que a Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu move a Nivaldo Rodrigues da Cruz e Oscar Soares, neste Juízo.

Art. 2º — A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 14 de maio de 1964.

(as). — Jolnizio Pinto de Barros — Prefeito



1547

### Resolução nº 1547

"Sobre a tabela das funções gratificadas e das outras providências."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º — As gratificações de função, constantes do Quadro IV do Quadro Permanente da Prefeitura, passarão a ter os seguintes aumentos percentuais sobre os respectivos valores vigentes em 29 de fevereiro do corrente ano:

a) — 50% (cinquenta por cento) a partir de 1º de março;

b) — 40% (quarenta por cento) a partir de 1º de abril;

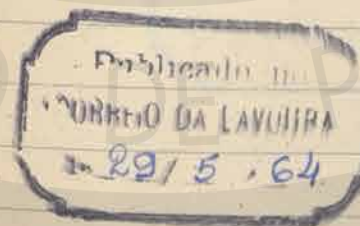
c) — 30% (trinta por cento) a partir de 1º de junho;

d) — 100% (cem por cento) a partir de 1º de setembro do corrente ano.

Art. 2º — A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 29 de maio de 1964.

(as). — Jolnizio Pinto de Barros — Prefeito





Resolução nº 1548.

"Cria cargo para reintegração de funcionário para atender decisão judicial."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sanciona e promulga a seguinte resolução:

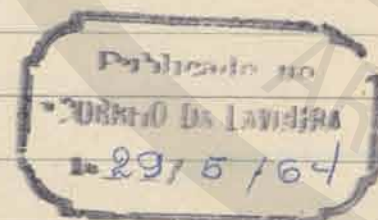
Art. 1º — Fica criado um cargo de Exercitório padrão e no Quadro Suplementar da Prefeitura, destinada à reintegração do servidor Newton de Figueiredo, em cumprimento de sentença judicial da 1ª Vara desta Comarca.

Art. 2º — O Prefeito Municipal fica autorizado a abrir o crédito necessário para atender as despesas decorrentes desta resolução, inclusive o pagamento de vencimentos atrasados a que tiver direito o servidor reintegrado.

Art. 3º — A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu,  
29 de maio de 1964.

(Ass.) — Jolízio Pinto de Barros —  
Prefeito



720  
Resolução nº 1549

"Prorroga o prazo de cobrança, sem multa, de todos os impostos e taxas devidos ao erário municipal."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sanciona e promulga a seguinte resolução:

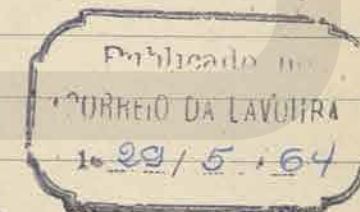
Art. 1º — Fica prorrogado, até o dia 10 (dez) de junho vindouro, o prazo de cobrança, sem multa, de todos os impostos e taxas devidos ao erário municipal, anteriormente estipulado pela Resolução nº 1540, de 8 de maio do exercício em curso.

Art. 2º — A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 29 de maio de 1964.

(Ass.) — Jolízio Pinto de Barros — Prefeito

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM  
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFRJ





Resolução nº 1550

"Concede isenção tributária à Caixa Beneficente dos Servidores Públicos Municipais de Nova Iguaçu, e dá outras providências."

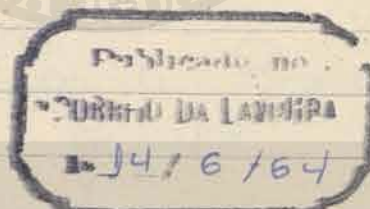
A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e sanciona e promulga a seguinte Resolução:—

Art. 1º— Fica concedida isenção tributária à Caixa Beneficente dos Servidores Públicos Municipais de Nova Iguaçu.

Art. 2º— A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu,  
21 de maio de 1964.

(Ass). — Flávio Pinto de Barros —  
Prefeito



1551

Resolução nº 1551

"Dá nova denominação à atual rua Jaguari, em Jardim Fraújo, neste Município."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e sanciona e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º— Passa a denominar-se rua D. Júlia Rocha, a atual rua Jaguari, situada em Jardim Fraújo, 1º distrito deste Município.

Art. 2º— A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu,  
21 de maio de 1964.

(Ass). — Flávio Pinto de Barros —  
Prefeito



Resolução nº 1552

"Considera de utilidade pública o Centro Nossa Senhora Aparecida, situada na Estrada Luiz Lemos, 1084, na Posse, 1º distrito deste Município."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sanciona e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica considerado de utilidade pública o Centro Nossa Senhora Aparecida, situado na Estrada Luiz Lemos nº 1084, na Posse, 1º distrito deste Município.

Art. 2º — A presente Resolução produzirá seus efeitos a partir da data da sua publicação.

Art. 3º — Ficam revogadas as disposições em sentido contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 21 de maio de 1964.

(as). — Aluizio Pinto de Barros —  
Prefeito

72

Resolução nº 1553

"Isenta de imposto o prédio nº 23 da Estrada Cabuçú, em Justim, 1º distrito deste Município."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sanciona e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal autorizado a isentar de imposto o prédio nº 23, da Estrada Cabuçú, em Justim, de propriedade do Sr. Guimercindo Barreira da Silva, onde funciona uma Escola Municipal.

Art. 2º — A isenção a que se refere o art. 1º, terá a duração enquanto funcionar no mencionado prédio, a referida Escola Municipal.

Art. 3º — A presente Resolução entrará em vigor a partir da data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 21 de maio de 1964.

(as). — Aluizio Pinto de Barros —  
Prefeito





Resolução nº 1.554.

"Autoriza o Rotary Club de Nova Iguaçu a construir um prédio escolar em próprio municipal e doá-lo à Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica o Rotary Club de Nova Iguaçu autorizado a construir, em próprio municipal, um prédio para funcionamento de uma unidade escolar, dele fazendo doação a Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, ficando esta, em consequência, autorizada a receber a aludida doação.

Art. 2º — O prédio referido no artigo precedente será edificado no terreno situado à Estrada Feliciano Sodré, em Urquiza 5º distrito deste município, dentro do perímetro urbano, medindo 30,00 m de frente para essa estrada; 25,50 m pelo lado direito, em 3 lances, o primeiro de 30,00 m; o segundo de 25,00 m e o terceiro de 28,50 m; 5,00 m de largura na linha dos fundos, ou seja, confronta com a rua Santa Catarina e 58,50 m pelo lado esquerdo, confrontando com o Urquiza Futebol Clube, com a superfície de 1.042,50 m².

Art. 3º — O prédio escolar de que trata a presente Resolução será construído em obediência ao projeto que instrui o processo nº 22.440/63 e receberá a denominação de Escola Municipal Rotary de Nova Iguaçu.

Parágrafo Único — O prédio a ser construído manterá sempre a denominação de Escola Municipal Rotary Club de Nova Iguaçu, salvo

circunstância de força maior, caso em que a Prefeitura se obriga a efetuar a edificação de nova escola, em idênticas condições, mantendo-se a denominação inicial.

Art. 4º — O Rotary Club de Nova Iguaçu se obriga a construir o prédio mencionado no prazo máximo de um (1) ano, a contar da data da publicação desta Resolução.

Parágrafo Único — No caso de não cumprimento, pelo Rotary Club de Nova Iguaçu, da obrigação de construir o prédio escolar no prazo previsto, ficará a municipalidade desobrigada do pagamento de indenização por quaisquer benfeitorias introduzidas na área de terreno objeto de construção.

Art. 5º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 21 de maio de 1964.

(as) — Luizio Pinto de Barros

Prefeito

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM  
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFRJ





## Resolução nº 1.555

"Autoriza o Prefeito Municipal a permitir a instalação de um busto defronte à Maternidade de Iguaçu."

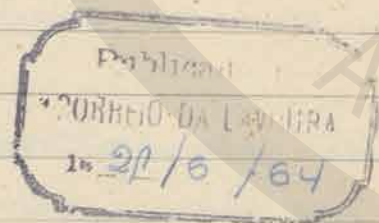
A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:—

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal autorizado a permitir a instalação de um busto defronte à Maternidade de Iguaçu, ao lado do busto do Deputado Júlio Moura, da extinta Senhora Maria de Souza Araújo, conhecida por Jo. Requinha, que tantos serviços prestou à população de Nova Iguaçu em vida.

Art. 2º — A presente Resolução não acarretará quaisquer ônus para a Municipalidade, entrando em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 21 de maio de 1964.

(as). — Flávio Pinto de Barros —  
Prefeito



## Resolução nº 1.556

"Modifica o sistema de gratificação adicional por tempo de serviço e dá outras providências."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:—

Art. 1º — A gratificação adicional referida no Art. 142, da Resolução nº 642, de 26 de agosto de 1958 (Estatuto dos Funcionários da Prefeitura), corresponderá a 5% (cinco por cento) do valor mensal do vencimento ou salário e será concedido por quinquênio vencido, independente do requerimento, a partir do dia imediato à completação de cada quinquênio.

Parágrafo 1º — A presente medida se estende ao pessoal inativo da Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu.

Parágrafo 2º — O disposto neste artigo não se aplica aos servidores sujeitos ao regime jurídico da Consolidação dos Leis do Trabalho.

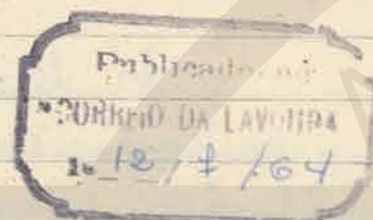
Art. 2º — O salário familiar referido no artigo 151 da Resolução nº 642 (Estatuto dos Funcionários da Prefeitura) de 1958, passa a ter valor mensal de R\$ 2.100,00 (dois mil e cem cruzeiros), por dependente, inclusive a esposa que não exerça atividade remunerada, observando o disposto no parágrafo único do citado art. 151.

Art. 3º — Ficam revogados os artigos 1º, 5º e 6º da Resolução nº 111, de 22 de setembro de 1959, e o § único do art. 142 do vigente Estat. art. 4º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 21 de maio de 1964.



(as). — Juizio Pinto de Barros —  
Prefeito



Resolução nº 1.551

"Considera de utilidade pública e va-  
le do Ipe Country Club."

A Câmara Municipal de Nova-  
Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu  
sanção e promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º — Fica considerado de utilida-  
de pública o Vale do Ipe Country Club, sociedade  
civil sediada neste Município, com finalidade permi-  
tida de promover atividades recreativas, sociais e cul-  
turais.

Art. 2º — Estado  
é único — Estado

Art. 3º — Esta resolução entra em  
vigor na data da sua publicação, revogadas as dis-  
posições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova-Igua-  
çu, 2 de junho de 1964.

(as). — Juizio Pinto de Barros —  
Prefeito

Fei 25

Resolução nº 1.558

"Autoriza a abertura de concorrência  
pública para concessão da coleta e ex-  
ploração do lixo e das outras providên-  
cias."

A Câmara Municipal de Nova-Igua-  
çu, por seus representantes legais decreta e eu sanciono  
e promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º — Fica o Prefeito autorizado a abrir  
concorrência pública para concessão da coleta e ex-  
ploração industrial do lixo, sem qualquer ônus pa-  
ra a municipalidade, por prazo até 15 (quinze)  
anos.

Art. 2º — A concessão só poderá ser autor-  
gada para todo o Município.

Art. 3º — No edital da concorrência deve-  
rão constar além das exigências administrativas  
comuns a todas as concorrências, mais as seguintes  
condições:

I — Depósito da taxa de inscrição, no  
valor de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), cujo compro-  
vante será juntado à respectiva proposta.

II — Obrigatoriedade da coleta diária do  
lixo público e domiciliário, sob pena de multa diária  
e progressiva.

III — Depósito, pelo concorrente vencedor,  
da caução de 5 (cinco) vezes o valor do salário mí-  
nimo da região, para garantia da execução do  
contrato.

IV — A localização da indústria deverá  
ser aprovada pela D. I. O., tendo em vista as convenien-  
cias técnicas e urbanísticas.

V — As isenções fiscais serão as previstas  
no vigente Código Tributário.



Art. 3º — O contrato da concessão deverá ser submetido previamente à homologação da Câmara Municipal.

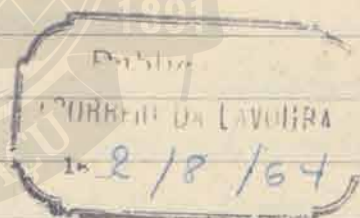
Art. 4º — O Edital da concorrência deverá ser publicado, por três vezes consecutivas, no órgão oficial da Prefeitura, nos jornais locais e na imprensa do Rio de Janeiro e São Paulo, com a antecedência mínima de quinze dias da data da realização da concorrência.

Art. 5º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu,  
11 de junho de 1964.

(as). — Juvêncio Pinto de Barros —  
Prefeito

1833



Resolução nº 1.559

"Concede anistia de multa de mora e dá outras providências."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica concedida anistia de multa de mora até o dia 28 do corrente mês, relativa aos tributos municipais em atraso.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 8 de junho de 1964.

(as). — Juvêncio Pinto de Barros — Prefeito

Publicado na

"A Tribuna" em 10.6.64

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM  
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFRJ

Publicado no

"CORREIO DA LAVOURA

16.2/7/64



## Resolução nº 1560

"Autoriza abertura de concorrência pública para a contratação do levantamento cadastral do Município, e dá outras providências."

A Câmara Municipal de Ipora-Iguazu, por seus representantes legais, direta e em sessão, promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica o Prefeito autorizado a abrir concorrência pública para a contratação dos serviços de levantamento do Cadastro Geral dos Contribuintes Municipais, com todas as características e especificações de cada unidade tributável.

Art. 2º — Todo o material e pessoal empregado na execução do serviço será inteiramente custeado pela empresa vencedora da concorrência, até a entrega final dos trabalhos.

Art. 3º — Os concorrentes deverão indicar, com toda a clareza:

- a) O custo do serviço por unidade cadastrada;
- b) O prazo para a execução de todo o serviço;
- c) A forma de pagamento pretendida;
- d) A equalização geral dos serviços a realizar,

§ Único — A especificação das condições deste artigo não exclui outras exigências que venham a constar do Edital da Concorrência.

Art. 4º — Juntamente com a proposta deverão os concorrentes apresentar prova da existência da importância de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros), depositada na Tesouraria da Prefeitura, para garantia de assinatura do contrato, e que se-

rá devolvida até 48 horas após a assinatura do mesmo, inclusive aos concorrentes perdedores, mediante autorização escrita do Prefeito.

Art. 5º — Em caso de pagamento parcelado, a Prefeitura retirá a quantia correspondente a 10% (dez por cento) de cada pagamento efetuado, como garantia da execução do serviço restante, e após levantamento será autorizado pelo Prefeito, após a aceitação e aprovação da totalidade dos serviços realizados.

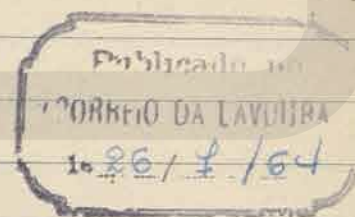
Art. 6º — O contrato com a firma vencedora da concorrência deverá ser submetido à homologação da Câmara.

Art. 7º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ipora-Iguazu,  
22 de julho de 1964.

(Ass.) — Józio Pinto de Barros —  
Prefeito

Publicado no jornal  
"A Tribuna" em 1.8.64.





Resolução nº 1561

"Prolongamento de postação e iluminação pública."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal autorizado a efetuar o prolongamento de postação e iluminação pública na rua Manoel Duarte, em Rosquita. (seis postes).

Art. 2º — A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu,  
23 de julho de 1964.

(as). — Plúcio Pinto de Barros —  
Prefeito

1833

NOVA IGUAÇU

786

Resolução nº 1562

"Fide de esgoto e águas pluviais."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal autorizado a instalar fide de esgotos e águas pluviais no eiro da rua Juanda, em Adrianópolis, 3º distrito deste Município.

Art. 2º — A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 23 de julho de 1964.

(as). — Plúcio Pinto de Barros — Prefeito

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM  
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFRJ

ARQUIVO DE PLANTAS



## Resolução nº 1563

"Institui o troféu denominado "Copa Italo Pauxino" para ser disputado entre os clubes locais."

O Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e sanciona e promulga a seguinte Resolução:—

Art. 1º — Fica instituído o troféu denominado "Italo Pauxino", para a disputa do campeonato de Futebol de Salão entre os primeiros quadros dos clubes filiados à 1ª Divisão da Liga Iguaçuana de Desportos.

Art. 2º — Terá a posse definitiva da "Copa Italo Pauxino", o clube da 1ª Divisão que obtiver (3) anos consecutivos ou 5 (5) anos alternados o campeonato anual de Futebol de Salão da L.I.D., a começar pelo que me, digo; se disputa no corrente exercício.

§ 1º — O troféu a que se refere o artigo 1º, ficará o artigo 1º; digo; sob a guarda e responsabilidade do club que em cada ano levantar o título de campeão da Liga Iguaçuana de Desportos.

§ 2º — O L.I.D. evocará para si a guarda do troféu desde quando, a seu critério, ficar constatado que o clube esportivo detém transitório do mesmo, não esteja oferecendo suficientes garantias para o normal cumprimento dessa responsabilidade.

Art. 3º — Fica o cargo do poder competente da L.I.D., regulamentar a forma de entrega dos prêmios.

Art. 4º — Anualmente, a L.I.D. fará inscrever na "Copa Italo Pauxino" o nome do quadro que for proclamado campeão.

Art. 5º — Fica o Poder Executivo autorizado a dispensar a quantia de R\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), com a aquisição do troféu referido no artigo primeiro.

Art. 6º — As despesas decorrentes desta Resolução, correrão por conta da verba própria do orçamento vigente.

Art. 7º — A presente Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu,  
23 de julho de 1964.

(as). — Fluizis Paulo de Barros —  
Prefeito



Resolução nº 1564

"Autoriza o Prefeito Municipal de Nova Iguaçu a efetuar Postação e Iluminação na rua Batumby, no Bairro São Leopoldo."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sanção e promulga a seguinte Resolução:—

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal autorizado a efetuar a postação e iluminação na rua Batumby, no Bairro São Leopoldo.

Art. 2º — Os recursos para fazer face as despesas decorrentes desta Resolução, correrão por conta dos verbas próprios.

Art. 3º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu,  
23 de julho de 1964.

(ass.) — Aluizio Pinto de Barros —  
Prefeito

1565

Resolução nº 1565

"Autoriza a construção de uma Ponte sobre o rio Camarinho, na estrada de Laramujos."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sanção e promulga a seguinte Resolução:—

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal, autorizado a construir uma Ponte de cimento armado sobre o rio Camarinho, na Estrada de Laramujos, em Queimados, 2º distrito deste município.

Art. 2º — As despesas decorrentes com a construção da Ponte, correrão por conta da verba própria.

Art. 3º — A presente Resolução entrará em vigor a partir da data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu,  
23 de julho de 1964.

(ass.) — Aluizio Pinto de Barros — Prefeito

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM  
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFRJ

ARQUIVO DE PLANTAS



## Resolução nº 1.566

"Institui o troféu denominado "Copa Azevedo Borges" para ser disputado entre os clubes."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu por seus representantes legais, decreta e sanciona e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica instituído o troféu denominado "Azevedo Borges," para a disputa do campeonato de basquetebol, na categoria de juvenis entre os primeiros quadros dos clubes filiados à 1ª Divisão da Liga Iguaçuana de Desportos.

Art. 2º — Será a posse definitiva da "Copa Azevedo Borges," o clube da 1ª Divisão que obtiver por três (3) anos consecutivos ou cinco (5) anos alternados o campeonato anual de basquetebol juvenil da L.I.D., a começar pelo que se disputa no corrente exercício.

§ 1º — O troféu a que se refere o artigo 1º, ficará sob a guarda e responsabilidade do clube que em cada ano levantar o título de campeão da Liga Iguaçuana de Desportos.

§ 2º — A L.I.D. invocará para si a guarda do troféu desde quando, a seu critério, fique constatado que o clube esportivo detentor transitório do mesmo, não esteja oferecendo suficientes garantias para o normal cumprimento dessa responsabilidade.

Art. 3º — Fica o cargo do poder competente da L.I.D., regulamentar a forma de entrega dos prêmios.

Art. 4º — Finalmente, a L.I.D. fará inscrever na "Copa Azevedo Borges" o nome do quadro que proclamado campeão.

Art. 5º — Fica o Poder Executivo autorizado a arcar com o ônus de aquisição do troféu referido no artigo primeiro.

Art. 6º — As despesas decorrentes desta Resolução, correrão por conta da verba própria do orçamento vigente.

Art. 7º — A presente Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Resolução Municipal de Nova Iguaçu, 23 de julho de 1964.

(Ass.) — Flávio Pinto de Barros — Prefeito.



Resolução nº 1567.

"Dá nova denominação a atual rua  
9 situada em Japeri, 6º Distrito  
deste Município.

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:—

Art. 1º — Passa a denominar-se Rua João Jolles Pereira, a atual rua 9, situada em Japeri, 6º Distrito deste Município.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em sentido contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu,  
23 de julho de 1964.

(as). — Flávio Pinto de Barros —  
Prefeito

Resolução nº 1568.

"Autoriza o Prefeito Municipal de Nova Iguaçu, a efetuar portação e iluminação na Rua Barão, no Bairro São Leopoldo, 4º Distrito deste Município, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:—

Art. 1º — Autoriza o Prefeito Municipal, autorizado a efetuar a portação e iluminação na Rua Barão, no Bairro São Leopoldo, 4º Distrito deste Município.

Art. 2º — Os recursos para fazer face as despesas decorrentes desta Resolução, correrão por conta das verbas próprias.

Art. 3º — A presente Resolução, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 23  
de julho de 1964.

(as). — Flávio Pinto de Barros. Prefeito



Resolução nº 1569

"Autoriza ao Prefeito Municipal a construir um Rodoviário na Praça de Miguel Couto, 4º Distrito deste Município e dá outras providências.

O Câmara Municipal de Nova Iguaçu por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução: —

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal autorizado a construir um Rodoviário na Praça de Miguel Couto, 4º Distrito deste Município.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 23 de Julho de 1964. 1833 1891

(os). — Flávio Pinto de Barros —  
Prefeito

Resolução nº 1570

"Autoriza o Prefeito Municipal de Nova Iguaçu, a efetuar postação e iluminação na Rua Pirajá, no Bairro São Leopoldo — 4º Distrito deste Município, e dá outras providências.

O Câmara Municipal de Nova Iguaçu por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução: —

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal, autorizado a efetuar a postação e iluminação na Rua Pirajá, no Bairro São Leopoldo, 4º Distrito deste Município.

Art. 2º — Os recursos para fazer face as despesas desta Resolução, correrão por conta das verbas próprias.

Art. 3º — A presente Resolução, entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 23 de Julho de 1964.

(os). — Flávio Pinto de Barros —  
Prefeito



Resolução nº 1511.

"Autoriza o Prefeito Municipal de Nova Iguaçu a efetuar postação e iluminação na rua Cambongo, no Bairro São Leopoldo."

O Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sanciona e promulga a seguinte Resolução:—

Art. 1º — Deixa o Prefeito Municipal autorizado a efetuar a postação e iluminação na rua Cambongo, no Bairro São Leopoldo.

Art. 2º — Os recursos para fazer face às despesas decorrentes desta Resolução, correrão por conta das verbas próprias.

Art. 3º — A presente Resolução, entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu,  
23 de julho de 1964.

(as). — Aluizio Pinto de Barros —  
Prefeito

Resolução nº 1512

"Modifica denominação de logradouro público e dá outras providências."

O Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais decreta e em sanciona e promulga a seguinte Resolução:—

Art. 1º — Passa a denominar-se rua Nelson Ramos, a atual rua Proplada 17, nesta cidade, 1º distrito diste Município;

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu,  
23 de julho de 1964.

(as). — Aluizio Pinto de Barros —  
Prefeito

"Publicado no jornal  
"A Tribuna" em 2.8.64."



## Resolução nº 1.543

"Institui o troféu denominado "Copa Dr. Firino de Oliveira, para ser disputado entre os clubes locais."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e sanciona e promulga a seguinte Resolução:—

Art. 1º — Fica instituído o troféu denominado "Copa Dr. Firino de Oliveira, para a disputa do campeonato de basquetebol entre os primeiros quadros dos clubes filiados à 1ª divisão da Liga Iguaçuana de Desportos.

Art. 2º — Será a posse definitiva da "Copa Dr. Firino de Oliveira", o clube da 1ª divisão que obtiver por 3 (três) anos consecutivos da L. S. D., a começar pelo que se disputa no corrente exercício.

§ 1º — O troféu a que se refere o artigo 1º, ficará sob a guarda e responsabilidade do clube que em cada ano levantar o título de campeão da Liga Iguaçuana de Desportos.

§ 2º — A L. S. D. usará para si a guarda do troféu, desde quando, a seu critério, fique constatado; digo, constatado que o clube esportivo detentor transitório do mesmo, não esteja oferecendo suficientes garantias para o normal cumprimento dessa responsabilidade.

Art. 3º — Fica a cargo do poder competente da L. S. D., regulamentar a forma de entrega dos prêmios.

Art. 4º — Anualmente, a L. S. D. fará inscrever na Copa Dr. Firino de Oliveira, o nome do quadro que for proclamado campeão.

Art. 5º — Fica o Poder Executivo auto-

rizado a dispendere a quantia de R\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), com a aquisição do troféu referido no artigo primeiro.

Art. 6º — Os despesas decorrentes desta Resolução, correrão por conta da verba própria do orçamento vigente.

Art. 7º — A presente Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu,  
21 de julho de 1964.

(ass.) — Aluizio Pinto de Barros —  
Prefeito

## Resolução nº 1.544

"Autoriza a desapropriação."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e sanciona e promulga a seguinte Resolução:—

Art. 1º — Fica o senhor Prefeito Municipal autorizado a desapropriar o lote de terreno situado em frente à Capela Afonária do cemitério, na esquina das ruas Aldeide Pimenta de Azevedo e Alberto Afonso, para o fim específico de edificar uma praça com boxes destinados ao comércio de



flores, relas, mármore e congêneres.

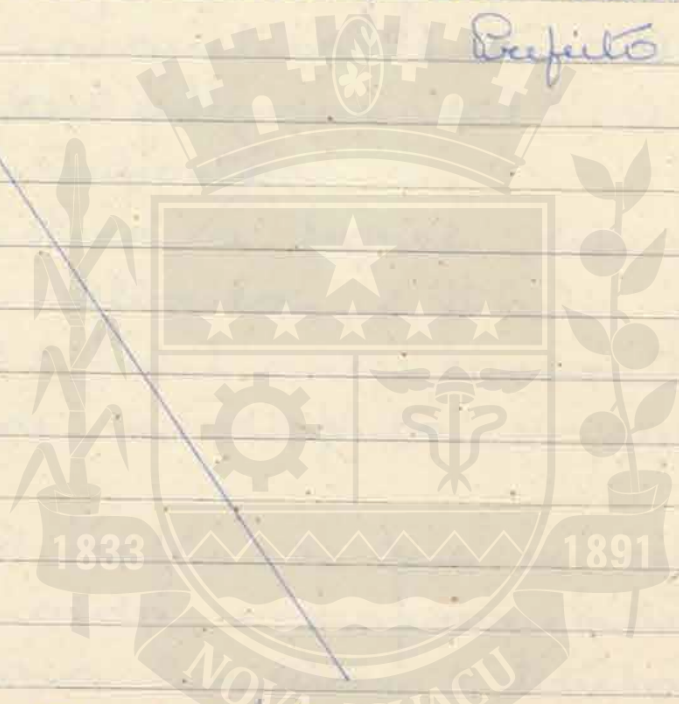
Art. 2º — Fica despesas com a presente co. digo, Resolução correrão por conta da verba própria.

Art. 3º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 23 de julho de 1964.

(os). — Aluizio Pinto de Barros —  
Prefeito

Publicado no jornal  
"A Tribuna"  
em 2.8.64.



Resolução nº 1545  
"Autoriza calçamento."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução: —

Art. 1º — Fica o senhor Prefeito Municipal autorizado a efetuar o calçamento da Rua Comendador Soares, no 1º distrito deste município.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 23

de julho de 1964.

(os). — Aluizio Pinto de Barros —  
Prefeito

Resolução nº 1546  
"

Dá nova denominação a atual rua A, situada em Japeri, 6º distrito deste município."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução: —

Art. 1º — Passa a denominar-se rua Jovino de Oliveira, a atual rua A, situada em Japeri, 6º distrito deste município.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 23 de julho de 1964.

(os). — Aluizio Pinto de Barros —  
Prefeito



### Resolução nº 1.511.

"Dá nova denominação à atual rua 1, situada em Japeri, 6º distrito deste município.

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º — Passa a denominar-se rua Horácio Vieira, a atual rua 1, situada em Japeri, 6º distrito deste município.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 23 de julho de 1964.

(as). — Flávio Pinto de Barros —  
Prefeito

### Resolução nº 1518.

"Cria cargo de Escrivão padrão E e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica criado, no Quadro Suplementar da Prefeitura, um cargo de Escrivão padrão E destinado a atender à decisão judicial que de-

terminar a reintegração do servidor Mozart Chiago.

Art. 2º — O cálculo da indenização a que tem direito o servidor referido no art. 1º far-se-á tomando por base a variação salarial e a retribuição constante da Resolução nº 112, de 26 de setembro de 1959, pela seguinte forma:

1) — De 1 de março a 26 de setembro de 1959: — como Escrivão referência XI (Quadro Especial);

II) — De 26 de setembro de 1959 em diante: — como Escrivão padrão E (Quadro Suplementar).

Art. 3º — Fica o Prefeito autorizado a abrir o necessário crédito especial para atender às despesas resultantes desta Resolução, relativamente aos exercícios findos.

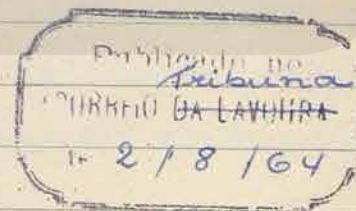
Art. 4º — Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 23 de julho de 1964.

(as). — Flávio Pinto de Barros — Prefeito

"Publicado no jornal  
A Tribuna

em 2-8-64.





## Resolução nº 1579

"Autoriza construção de Rodoviário e dá outras providências."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sanciona e promulga a seguinte Resolução:—

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal autorizado a construir o Rodoviário de Areia Branca, na Estrada de Areia Branca, nos lotes nºs. 5, 6, 7, 8, 9 daquela Estrada.

Parágrafo Único — Dentro dos cálculos para a construção pretendida, reservar-se-á, ainda, para, anexar ao aludido Rodoviário, ser construída uma Praça, com todos os requisitos indispensáveis.

Art. 2º — Fica o Prefeito Municipal, por igual, autorizado a proceder o expediente necessário à desapropriação dos aludidos lotes de propriedade de Manoel Rênde Calineiras.

Art. 3º — O Rodoviário será dotado de lojas, as quais serão dispostas na parte central e ainda construídas outras, que se constituirão em sobre-lojas, bem como de instalações para o conforto e comodidade dos passageiros e construídas marquises em toda a volta.

Art. 4º — Não convinda à Municipalidade a execução das obras e exploração das dependências do Rodoviário, poderão elas ser feitas por terceiros, mediante concorrência pública.

Parágrafo Único — O concessionário, cuja proposta for vencedora em concorrência pública, poderá desfrutar o arrendamento dos varais e lojas comerciais, por tempo determinado, findo o qual reverterão as construções, com todos os seus

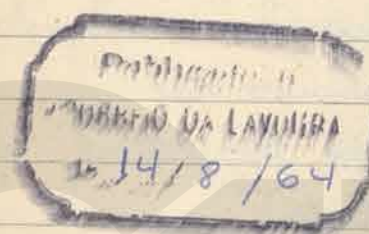
dependências, à Municipalidade, incorporando-se, definitivamente ao seu patrimônio.

Art. 5º — Fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir o respectivo crédito especial, para ocorrer o pagamento da desapropriação dos mencionados lotes.

Art. 6º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu,  
23 de julho de 1964.

(as). — Aluizio Pinto de Barros —  
Prefeito



## Resolução nº 1580

"Revoga os efeitos da Resolução nº 1559/64."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sanciona e promulga a seguinte Resolução:—

Art. 1º — Ficam prorrogadas até o dia 5 de agosto vindouro, os efeitos da Resolução número 1559, de 8 de julho do corrente.

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.

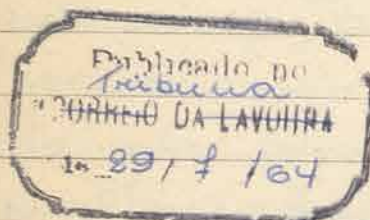
Art. 3º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 28 de



Julho de 1964.

(os). — Arnálio Pinto de Barros —  
Prefeito



### Resolução nº 1581

"Autoriza o Sr. Prefeito Municipal a construir um abrigo para ônibus no Centro de Queimados, distrito de Nova Iguaçu, e dá outras providências.

O. Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução: —

Art. 1º — Fica o Sr. Prefeito Municipal de Nova Iguaçu, autorizado a construir um abrigo para passageiros no Centro de Queimados, distrito deste município.

Art. 2º — As despesas decorrentes correrão por conta da verba própria.

Art. 3º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 29 de julho de 1964.

(os). — Arnálio Pinto de Barros — Prefeito

1582

### Resolução nº 1582

"Dá nova denominação a atual rua II situada em Japeri, 6º distrito deste município.

O. Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução: —

Art. 1º — Passa a denominar-se rua Afonso Pereira, a atual rua II, situada em Japeri, 6º distrito deste município.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 29 de julho de 1964.

(os). — Arnálio Pinto de Barros — Prefeito

### Resolução nº 1583

"Dá nova denominação a atual rua II situada em Japeri, 6º distrito deste município.

O. Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução: —

Art. 1º — Passa a denominar-se rua Antonio Schiavo, a atual rua II, situada em Japeri, 6º distrito deste município.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em



vigora na data de sua publicação, revogadas as disposições em sentido contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 28 de julho de 1964.

(as). — Jânio Pinto de Barros — Prefeito

### Resolução nº 1584

"Fica o Prefeito Municipal autorizado a efetuar contrato de locação de um terreno da Municipalidade com o cidadão Wilber Alves Pires."

O Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sanciona e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal autorizado a efetuar um contrato de locação de um terreno pertencente à Municipalidade situado à rua Jacob, em Mesquita, 5º distrito deste Município, com o cidadão Wilber Alves Pires, residente em Mesquita, 5º distrito deste Município.

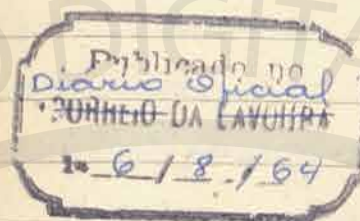
Art. 2º — O prazo de locação e demais condições constantes das cláusulas da minuta do contrato a ser firmado, estão transcritas na cópia anexada a este Projeto.

Art. 3º — A presente Resolução, entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º — Ficam revogadas as disposições em contrário.

Nova Iguaçu, 4 de agosto de 1964.

(as). — Jânio Pinto de Barros — Prefeito



### Resolução nº 1585

"Revoga a Resolução nº 1318/63 e dá outras providências."

O Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sanciona e promulga a seguinte Resolução:

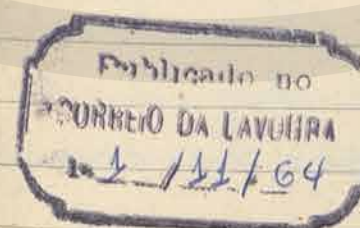
Art. 1º — O Art. 1º da Resolução nº 1318, de 8 de junho de 1963, passa a vigorar com o seguinte parágrafo:

§ Único — Exatam-se dessa proibição as doações aos Governos da União, do Estado e respectivas autarquias.

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 4 de agosto de 1964.

(as). — Jânio Pinto de Barros — Prefeito





Resolução nº 1.586

"Dá nova denominação à rua Botucali, 1º distrito deste município."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sancionamento e promulga a seguinte Resolução:—

Art. 1º — Passa a denominar-se rua Capitão Luiz de Paula Mascarenhas, a atual rua Botucali, no 1º distrito deste município.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu,  
1 de agosto de 1964.

(os). — Flávio Pinto de Barros —  
Prefeito

Resolução nº 1.587

"Cria o montepio dos funcionários municipais de Nova Iguaçu, e dá outras providências."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sancionamento e promulga a seguinte Resolução:—

Art. 1º — Fica criado o Montepio dos Funcionários Municipais de Nova Iguaçu.

Art. 2º — Fica o Senhor Prefeito Municipal au-

torizado a nomear uma comissão de três membros, para elaborar a regulamentação da presente lei, a qual deverá ser enviada à Câmara, para aprovação regular, no prazo de 180 dias a partir da data da publicação desta.

Art. 3º — O presente projeto entrará em vigor na data da sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 1 de agosto de 1964.

(os). — Flávio Pinto de Barros — Prefeito

Resolução nº 1.588

"Autoriza a doação de uma área para construção de Usina de Asfalto."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sancionamento e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal autorizado a doar, ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, uma área de terra para a construção de uma Usina de Asfalto.

Parágrafo Único — Trata-se de uma área retangular de 22.146 m², caracteriza por possuir 168 ms, pela rua 11, 168 ms, pela rua 9, 132 ms, pela rua 19 e 132 ms pela rua 18 em Mesquita, 5º distrito de Nova Iguaçu, no loteamento da Cia Afetivos de Construção.

Art. 2º — Havendo excesso de terra para a construção prevista, aproveita-lo a. o Estado, para

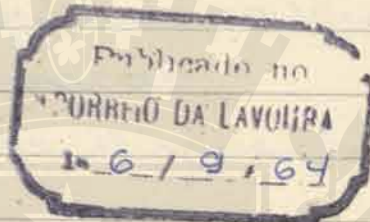


afordinamento que ficará por outro lado, sob a sua conservação.

Art. 3º — A presente Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 4 de agosto de 1964.

(ass.) — Plúcio Pinto de Barros —  
Prefeito



Resolução nº 1.589

"Abre créditos Suplementar e Especial."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu por seus representantes legais, debateu e em seu pleno e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aberto o Crédito Suplementar, na importância de Cr\$ 209.520.000,00 (duzentos e nove milhões, quinhentos e vinte mil cruzeiros), às dotações orçamentárias, abaixo discriminadas:

Câmara Municipal

— Poder Legislativo —

Verba 000-1-1a ... 80.000,00  
Verba 000-1-2a ... 9420.000,00

— Secretaria —

Verba 000-1-4- ... 200.000,00  
Verba 000-1-5- ... 300.000,00  
Verba 000-2-6- ... 9.900.000,00  
Verba 000-2-8- ... 6.500.000,00

Verba 000-2-11- ... 300.000,00  
Verba 000-2-20- ... 150.000,00  
Verba 000-5-9 ... 600.000,00  
Verba 002- ... 500.000,00  
Verba 003- ... 500.000,00  
Verba 004-1- ... 200.000,00  
Verba 004-2- ... 150.000,00  
Verba 004-5- ... 450.000,00  
Verba 004-8-2- ... 800.000,00  
Verba 294-2- ... 950.000,00  
Verba 884- ... 80.000,00  
Verba 900-1-18- ... 2.400.000,00

Divisão de Educação e Cultura

— Inspeção de Instrução Primária —

Verba 331- Consignação 3- Sub. consignação 9- ... 8.940.000,00

Verba 331- Consig. 4- Sub. consif. 9- ... 21.200.000,00

Divisão de Viação e Obras

— Serviço de Obras Públicas —

Verba 891- Consig. 4- Sub. consif. 9- ... 111.000.000,00

Verba 693- — Garage e Oficina Mecânica — ... 20.000.000,00

Divisão de Administração

— Serviço de Pessoal —

Verba 294- Consig. 2- ... 15.000.000,00

Total ... 209.520.000,00

Art. 2º — Fica aberto o Crédito Especial, na importância de Cr\$ 8.418.164,90 (oito milhões, quatrocentos e dezoito mil, cento e sessenta e sete cruzeiros e noventa centavos), para ocorrer ao pagamento de contas não empenhadas nos exercícios anteriores, de conformidade com o disposto no art. 116, da Lei nº 109, de 16 de fevereiro de 1948.

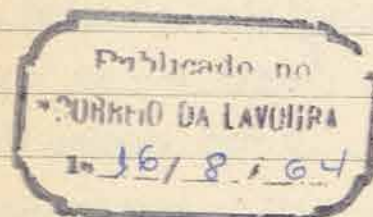
Art. 3º — A presente Resolução entrará



em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 5 de agosto de 1964.

(os). — Flávio Paulo de Barros —  
Prefeito



Resolução nº 1590

"Que desapropriar área de terra."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte resolução:

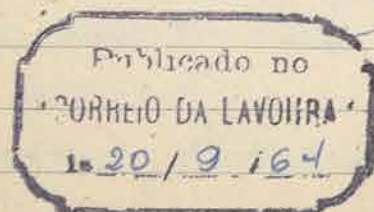
Art. 1º — Fica desapropriada a área de terra do lote 8, da quadra 13, situado no loteamento "Jardim Superior", 1º distrito deste município, a fim de fazer ligação da Rua W. Pedro II com Rua Conceição.

Art. 2º — Os despesas decorrentes com a referida desapropriação, correrão por conta da verba especial, a qual, fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir na importância necessária a indenização.

Art. 3º — A presente resolução entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 10 de agosto de 1964.

(os). — Flávio Paulo de Barros — Prefeito



Resolução nº 1591

"Considera de Utilidade Pública o Grêmio Recreativo Escola de Samba Independentes de Mesquita."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º — Fica considerado de utilidade pública o Grêmio Recreativo Escola de Samba Independentes de Mesquita, com sede em Mesquita, 5º distrito deste município, fundado em 27 de março de 1956.

Art. 2º — A presente resolução entrará em vigor a partir da data da sua publicação.

Art. 3º — Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 10 de agosto de 1964.

(os). — Flávio Paulo de Barros —  
Prefeito



Resolução nº 1592

"Autoriza contrato com a Caixa Econômica."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º — Fica o Senhor Prefeito Municipal autorizado a celebrar contrato com a Caixa Econômica de-



ral, no sentido de obter financiamento para construção de casas populares, nos áreas de terra da municipalidade, situadas fora dos centros urbanos da sede e dos distritos.

§ Único — Nos pedidos de inscrição para compra ou locação de imóveis, terão prioridade aqueles firmados por servidores da Câmara e Prefeitura de Nova Iguaçu.

Art. 2º — As casas citadas no artigo 1º serão vendidas aos munícipes que provem não possuir casa própria, ou nenhuma propriedade imobiliária, e a eles aproveitará o financiamento, ou serem locadas pela Prefeitura, a preços populares.

Art. 3º — fica o Executivo autorizado a regular as condições de financiamento e locação.

Art. 4º — Dentro de cada núcleo residencial deverá ser reservado local para uma escola, que será também construída pela Prefeitura.

Art. 5º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu,  
10 de agosto de 1964.

(os). — Fluzio Pinto de Barros —  
Prefeito

Resolução nº 1593

"Institui uma pensão mensal para as viúvas dos servidores municipais e das outras providências.

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução: —

Art. 1º — fica instituída uma pensão mensal e um terço do valor do salário mínimo da região, para as viúvas dos servidores municipais.

§ Único — O valor da pensão instituída neste artigo será revisado sempre que se alterar o valor do salário mínimo desta região.

Art. 2º — Todas as pensões concedidas até a presente data passarão a reger-se pela forma estabelecida na presente Resolução.

Art. 3º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 10 de agosto de 1964.

(os). — Fluzio Pinto de Barros — Prefeito



Resolução nº 1.594

"Autoriza o Prefeito Municipal a construir um anexo à Associação de Beneficência Hospital de Iguaçu."

A Câmara Municipal de Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sanciona e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal autorizado a construir anexo a Associação de Beneficência Hospital de Iguaçu, (6) seis quartos, para atendimento de particulares, cuja renda se destina, exclusivamente, a auxiliar na aquisição de medicamentos para os indigentes que ali são recolhidos, nos enfermarios.

Art. 2º — Concluída a obra, será esta incorporada ao patrimônio da referida Associação, para o que se promoverá o respectivo expediente de doação dos quartos construídos.

§ Único — Dois (2) dos citados quartos ficarão à disposição, à título gratuito, quando necessário, dos funcionários municipais, funcionários do legislativo municipal e Vereadores.

Art. 3º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Iguaçu,  
10 de agosto de 1964.

(as). — Aluizio Pinto de Barros —  
Prefeito

Resolução nº 1.595

"Concede pensão à viúva do funcionário Municipal Francisco Alves."

A Câmara Municipal de Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sanciona e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica concedida à Sra. Maria Rita Alves, viúva do servidor municipal Francisco Alves, a pensão mensal de R\$ 12.000,00 (doze mil cruzeiros).

Art. 2º — Os despesas decorrentes da presente Resolução correrão por conta da verba própria do orçamento vigente.

Art. 3º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Iguaçu, 10 de agosto de 1964.

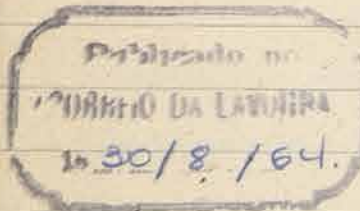
(as). — Aluizio Pinto de Barros — Prefeito

Resolução nº 1.596

"Concede pensão à viúva do ex-servidor da Prefeitura Municipal, Ary Soares de Souza e Filho."

A Câmara Municipal de Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sanciona e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica concedida a pensão de, digo, mensal de R\$ 12.000,00 (doze mil cruzeiros), à viúva





va do ex-servidor da Prefeitura Municipal, Sr. Soares de Souza e Afello, Sra. Carmem Silva de Souza e Afello.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu,  
10 de agosto de 1964.

(as) — Ilmario Pinto de Barros —  
Prefeito

### Resolução nº 1.597

"Concede pensão à viúva do ex-servidor da Prefeitura Municipal Amaro Gomes.

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica concedida à Sra. Lúcia da Azeiteira Gomes, viúva do ex-servidor da Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, Amaro Gomes, a pensão mensal de R\$ 2.000,00 (doze mil cruzeiros).

Art. 2º — As despesas decorrentes da presente Resolução correrão pela conta própria do orçamento vigente.

Art. 3º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 10 de agosto de 1964.

(as) — Ilmario Pinto de Barros —  
Prefeito

### Resolução nº 1.598

"Autoriza o Prefeito Municipal de Nova Iguaçu a instalar postação e iluminação na Rua Cabral, no Bairro São Leopoldo, 4º distrito deste município."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal, autorizado a instalar a postação e iluminação na Rua Cabral, no Bairro São Leopoldo, 4º distrito deste município.

Art. 2º — Os recursos para fazer face às despesas decorrentes desta Resolução, correrão por conta das verbas próprias.

Art. 3º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 24 de agosto de 1964.

(as) — Ilmario Pinto de Barros —  
Prefeito



Resolução nº 1599

"Autoriza iluminação pública."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º — Vica. e Senhor Prefeito Municipal autorizado a proceder a iluminação pública da antiga Estrada Rio do Ouro, atual Sr. Dr. Pedro Jorge, em Quimadas, até o Grupo Escolar Don João VI.

Art. 2º — As despesas com a presente Resolução correrão por conta da verba própria.

Art. 3º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 24 de agosto de 1964.

(as). — Jânio Pinto de Barros — Prefeito

Resolução nº 1600

"Autoriza a construção de um muro no Cemitério de Quimadas."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º — Vica. e Senhor Prefeito Municipal autorizado a murar o Cemitério de Quimadas, em toda a sua volta.

27

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 24 de agosto de 1964.

(as). — Jânio Pinto de Barros — Prefeito

Resolução nº 1601

"Permite a legalização de prédios construídos sem a respectiva licença e dá outras providências."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º — Os prédios construídos no perímetro urbano deste Município, sem a respectiva licença desta Prefeitura, pagarão a taxa única, desde que tenham ocupado as áreas abaixo descritas:

a) — Até 60 m<sup>2</sup> (sessenta metros quadrados) até 2.000,00

b) — De 60 m<sup>2</sup> (sessenta metros quadrados) até 80 m<sup>2</sup> (oitenta metros quadrados) até 4.500,00

c) — De 80 m<sup>2</sup> (oitenta metros quadrados) até 100 m<sup>2</sup> (cem metros quadrados) até 7.000,00

d) — acima de 100 m<sup>2</sup> (cem metros quadrados) pagarão a taxa prevista na lei que regula o assunto.

Art. 2º — Os prédios construídos na zona rural, perímetro de 55 e regulamentados pela Resolução nº 1.119, que para efeito de sua legalização, pagarão a taxa única de até 500,00, até 11/10/64, por força do



que estabeleceu a Resolução nº 1.539, a partir dessa data 11/10/64, passará a pagar, pela referida taxa, a quantia de Cr\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos cruzeiros).

Art. 3º — A presente lei, nos seus artigos 1º e 2º, terá vigência até 31/3/1965.

Art. 4º — Fica estipulada a multa de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) para as construções efetuadas sem a devida licença desta Prefeitura, após a vigência desta Resolução.

Art. 5º — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu,  
24 de agosto de 1964.

(os). — Flávio Pinto de Barros —  
Prefeito

Tribuna  
2/9/64

Publicado no  
JORNAL DA LAVOURA  
26/9/64

### Resolução nº 1.602

"Autoriza o Prefeito Municipal a instalar um Grupo Escolar no Parque Santa Amélia, 4º distrito deste Município e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu por seus representantes legais decreta e em sancionou e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal autorizado a instalar um Grupo Escolar no Parque Santa Amélia, 4º distrito deste Município.

Art. 2º — As despesas decorrentes da presente Resolução correrão por conta da verba própria.

Art. 3º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 24 de agosto de 1964.

(os). — Flávio Pinto de Barros —  
Prefeito

### Resolução nº 1.603

"Olva a subvenção anual concedida à Liga Iguaçuana de Desportos, pela Resolução nº 510 de 1-4-56."

Publicado no  
JORNAL DA LAVOURA  
16/11/64

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu por seus representantes legais decreta e em sancionou e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica elevada de Cr\$ 36.000,00 (trinta e seis mil cruzeiros), para Cr\$ 120.000,00 (cento e vinte mil cruzeiros) a partir do exercício de 1964, a subvenção concedida à Liga Iguaçuana de Desportos, através da Resolução nº 510 de 1 de abril de 1956.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu,  
24 de agosto de 1964.

(os). — Flávio Pinto de Barros —  
Prefeito



Resolução nº 1604

"Autoriza o reajustamento dos pro-  
ventos de aposentadoria de Maria  
de Lourdes Cunha Riana."

O Câmara Municipal de Nova Igua-  
çu por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e  
promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal auto-  
rizado a reajustar os proventos de aposentadoria  
de Maria de Lourdes Cunha Riana, com base no  
padrão G, tendo em vista o disposto no art.º 188 da  
Resolução nº 642, de 26 de agosto de 1958.

§ Único — Todo o servidor da Prefeit-  
ura Municipal, aposentado em idêntica situação ao  
beneficiário por esta Resolução, deverá, por igual, ter  
os seus proventos reajustados.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em  
vigor na data de sua publicação, revogadas as dis-  
posições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 24  
de agosto 1964.

(as). — Amílrio Pinto de Barros —  
Prefeito

Resolução nº 1605

"Doa ao Estado uma área de terra  
e dá outras providências."

O Câmara Municipal de Nova Igua-  
çu por seus representantes legais decreta e eu sanciono e  
promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal auto-  
rizado a doar ao Estado do Rio de Janeiro uma á-  
rea de terra com 3.000 m<sup>2</sup> de superfície, com 54,00 m<sup>2</sup>  
para a Estrada Cabuçu — Marapicú, 27,40 ms em  
linha quebrada, para a rua Sagé e 4,60 ms fazendo  
divisa com os lotes 1 e 6 da quadra H D, do loteamen-  
to Jardim Cabuçu, em Cabuçu, 2º distrito deste Município.

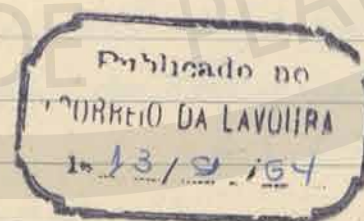
§ Único — O objetivo da presente doação  
é uma escola primária que, construída pelo Governo  
do Estado, ficará sob a sua inteira responsabilidade  
quanto à manutenção, funcionamento e conservação.

Art. 2º — A área em questão reverterá à  
município, caso não seja iniciada a construção no  
período de 2 anos.

Art. 3º — Esta Resolução entrará em vi-  
gor na data de sua publicação revogando-se as dispo-  
sições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 24 de  
agosto de 1964.

(as). — Amílrio Pinto de Barros — Prefeito







### Resolução nº 1606

"Doa ao Governo Estadual, para a construção de um Grupo Escolar, área do patrimônio municipal, situada no Bairro Santa Eugênia.

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal autorizado a doar, ao Governo Estadual, a área medindo 6.440 m<sup>2</sup>, situada à rua dos Deputados, no Bairro Santa Eugênia, para a construção de um Grupo Escolar.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 24 de agosto de 1964.

(os). — Fluzio Pinto de Barros — Prefeito

### Resolução nº 1607

"Considera de utilidade pública a Associação de Caridade Hospital de Iguaçu.

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:

100

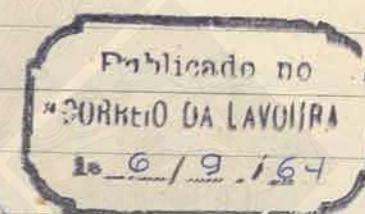
Art. 1º — Fica considerado de utilidade pública municipal a Associação de Caridade Hospital de Iguaçu.

Art. 2º — Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 24 de agosto de 1964.

(os). — Fluzio Pinto de Barros — Prefeito



### Resolução nº 1608

"Concede pensão mensal à viúva do funcionário Alfredo Vieira das Chagas.

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:

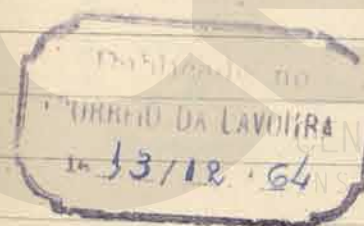
Art. 1º — Fica concedida a pensão mensal de cr\$ 12.000,00 (doze mil cruzeiros), à viúva do funcionário Alfredo Vieira das Chagas.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 24 de agosto de 1964.

(os). — Fluzio Pinto de Barros — Prefeito





Resolução nº 1609

"muda denominação do logradouro"

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte resolução:

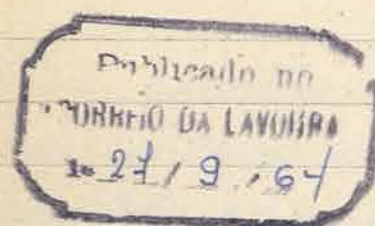
Art. 1º — Passa a denominar-se "Rua Paulo Perceira", a atual rua Nair situada em Fudrade Frainço, 1º distrito deste município.

Art. 2º — A presente resolução entrará em vigor a partir da data da sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu,  
24 de agosto de 1964.

(Ass.) Fluzio Pauto de Barros — Prefeito



1833 1891

NOVA IGUAÇU

Resolução nº 1610

"Abre crédito especial para pagamento de diferenças de vencimentos e gratificação especial."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º — Fica aberto o crédito especial de R\$ 425.403,00 (quatrocentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e três cruzeiros), para ocorrer ao pagamento

101

de gratificação adicional instituída pela Resolução nº 1.215, de 30 de janeiro de 1963, conforme a folha de pagamento constante do processo nº 11.834, de 17 de julho de 1964, e correspondente ao exercício de 1963.

Art. 2º — Fica aberto o crédito especial na quantia de R\$ 4.200,00 (quatro mil e oitocentos cruzeiros), para atender ao pagamento da diferença de vencimentos do servidor Rômulo Rodrigues Campos, relativamente ao período de 1 de julho a 31 de dezembro de 1963, conforme consta do processo nº 11.834, de 1964.

Art. 3º — A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu,  
24 de agosto de 1964.

(Ass.) — Fluzio Pauto de Barros —  
Prefeito



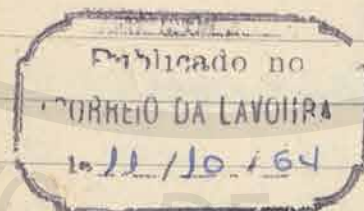
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM  
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR DE PESQUISA

Resolução nº 1611

"Doa área de terra ao Governo do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal autorizada a doar ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, a a-





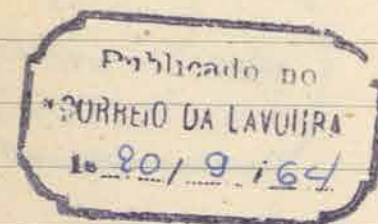
rea de terra com a superfície total de 5.039,27 m<sup>2</sup>, com as seguintes características e confrontações: rede; digo; mede 93 metros pela rua Guaporé, 60 metros confrontado com os lotes 48, 44, 45, 46 e 47, pertencente a Manoel de Sá, 118 metros e sessenta centímetros pela rua Iparanga, e finalmente, 65 metros pela linha divisória com o Sr. Francisco Lopes da Silva, situada na quadra 5, do Bairro "Boa Ventura", em Belford-Roxo, 4º distrito deste município.

Art. 2º — A área objeto desta doação destina-se a construção de um estabelecimento de ensino.

Art. 3º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 24 de agosto de 1964.

(ass.) — Alcides Pinto de Barros — Prefeito



### Resolução nº 1.612

"Sobre crédito especial para pagamento judicial."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais reunida, e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:

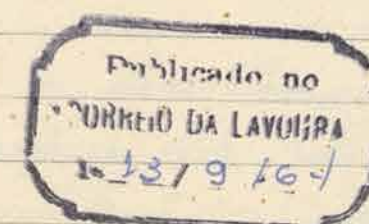
Art. 1º — Fica aberto o crédito especial de R\$ 20.253,00 (vinte mil duzentos e cinquenta e três cruzeiros), para atender aos termos da ação judicial que transita pelo Cartório do 5º Ofício desta Co-

marca, feito nº 5.046/64, na qual figura como ré a Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 10 de setembro de 1964.

(ass.) João Luiz do Nascimento — Prefeito



### Resolução nº 1.613

Denomina sua Sr. Nilo Souza Bastos a atual rua H, em Ourémados — Distrito de Nova Iguaçu.

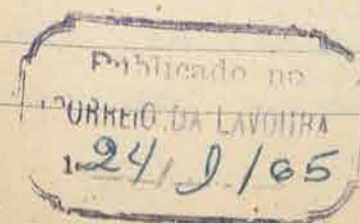
A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais reunida, e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º — A atual rua H, situada em Ourémados distrito de Nova Iguaçu, passa a denominar-se sua Sr. Nilo Souza Bastos.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 22 de setembro de 1964.

(ass.) — João Luiz do Nascimento — Prefeito





## Resolução nº 1614

"Autoriza a construção de uma ponte sobre o Rio Abel, na estrada Baraunto."

A Câmara Municipal de Mora Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sancionamento e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal autorizado a construir, sobre o Rio Abel, na Estrada Baraunto, em limitados 2º Distrito deste município, uma ponte de cimento armado.

Art. 2º — As despesas com a realização da obra a que se refere o Art. 1º, deverá correr por conta da verba própria.

Art. 3º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Mora Iguaçu, 25 de setembro de 1964.

(os). — João Luiz do Nascimento —  
Prefeito

1108

## Resolução nº 1615

"Altera parte da redação do art. 1º da Resolução nº 1553."

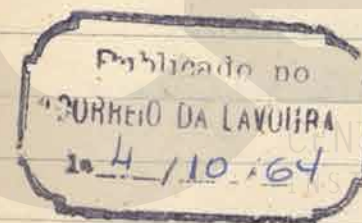
A Câmara Municipal de Mora Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sancionamento e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — O preleito, cuja isenção de pagamento de imposto trata o art. 1º, da Resolução nº 1553, publicada no Correio da Lavoura de 14 de junho de 1964, é de propriedade de Lara Machado Silva, e não como dele consta.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Mora Iguaçu, 25 de setembro de 1964.

(os). — João Luiz do Nascimento —  
Prefeito



RO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM  
TUTO MULTIDISCIPLINAR - UFRJ

## Resolução nº 1616

"Concede perpetuidade à sepultura do Sr. João André."

A Câmara Municipal de Mora Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sancionamento e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica concedido, no Cemitério de Mora Iguaçu, perpetuidade à sepultura onde se encontram inumados os restos mortais do Sr. João André, ex-servidor da Prefeitura Municipal e progenitor de atuais servidores da aludida Prefeitura.

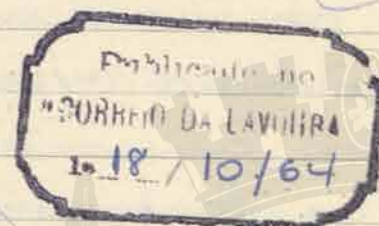


Art. 2º — Jo concessão a que se refere o art. 1º, isenta a aludida sepultura, do pagamento de quaisquer emolumentos municipais, ficando ainda assegurada à família do sardoso estulto.

Art. 3º — A presente Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu,  
25 de setembro de 1964.

(as). — João Luiz do Nascimento —  
Prefeito



Resolução nº 1617

"Dá nova denominação à av. da Luz, no bairro da Luz, neste município."

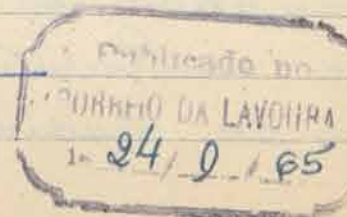
A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º — Passa a denominar-se "Sr. Luis Lódio Domingos Barreira", a atual Avenida da Luz, situada no Bairro da Luz, neste município.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 25 de setembro de 1964.

(as). — João Luiz do Nascimento  
Prefeito



Resolução nº 1618

"Dá nova denominação de rua no 4º distrito."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu por seus representantes legais decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º — Passa a denominar-se Avenida Capitão Pedro Henrique Vêzaro a atual Avenida Central, no Bairro da Luz, 4º distrito deste município.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

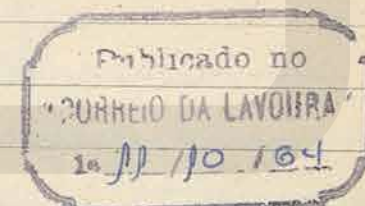
Art. 3º — Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 28 de setembro de 1964.

(as). — João Luiz do Nascimento  
Prefeito

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM  
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR DE PESQUISA

Resolução nº 1619



"Autoriza o Prefeito a adquirir uma pá carregadeira dando como garantia de pagamento a coleta parte dos impostos de renda ou de consumo."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu por seus representantes legais decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica o Prefeito autorizado a adquirir, mediante consenso com a Associação Brasileira de Municípios, uma pá carregadeira modelo "Boon-050", até o

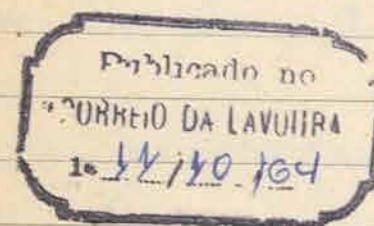


limite de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), oferecendo, como garantia de pagamento, uma cota-parte dos impostos de renda de consumo, proveniente do Art. 15, parágrafo 2º, da Constituição Federal.

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 28 de setembro de 1964.

(ass). — João Luiz do Nascimento —  
Prefeito



Resolução nº 1620

"Define os beneficiários da Resolução nº 1593/64."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu por seus representantes legais decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º — A Resolução nº 1593 de 10 de agosto de 1964, aplicar-se-á apenas aos servidores municipais não amparados pela legislação da Previdência Social.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 28 de setembro de 1964.

(ass). — João Luiz do Nascimento — Prefeito

105

Resolução nº 1621

"Concede perpétuidade a sepultura."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu por seus representantes legais decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º — É concedida perpétuidade à sepultura de nº 559-A, da quadra 3, do cemitério da cidade, onde se encontram inumados os restos mortais da Sra. Florisbela Ferreira Duarte, esposa e mãe dos servidores Manoel Duarte dos Santos (fa. leido), Osme, Fluzio, Nelson e Cristovão Duarte dos Santos, respectivamente.

Art. 2º — A concessão a que se refere o artigo precedente, isenta do pagamento de quaisquer emolumentos municipais que recaiam sobre a sepultura, que se estende à família da extinta.

Art. 3º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 29 de setembro de 1964.

(ass). — João Luiz do Nascimento —  
Prefeito

l. Luana,  
31.1.65.



Resolução nº 1622

"Eleva o valor da função gratificada instituída pelo art. 3º da Resolução 534, de 4 de dezembro de 1956 e dá outras providências."

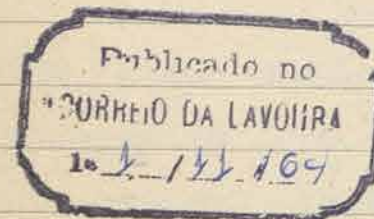
A Câmara Municipal de Nova Iguaçu por seus representantes legais decreta, e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução: —

Art. 1º — A gratificação mensal, instituída pelo art. 3º da Resolução nº 534, de 4 de dezembro de 1956, alterada pela Resolução nº 1.234, de 14 de novembro de 1962, fica elevada para cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros). O nível da função gratificada de "Chefe da Seção de Topografia" passará a ser 6 de G.B. — 2. A gratificação instituída pelo art. 2º da Resolução nº 1.160, de 29.12.61, publicada no "Barrio da Lavoura" de 21 de janeiro de 1962, passará a ser de cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros).

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 6 de outubro de 1964.

(Ass.) — João Luiz do Nascimento —  
Prefeito



1964

Resolução nº 1623

"Da denominação a um logradouro público."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu por seus representantes legais decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução: —

Art. 1º — Para a denominar-se Estrada Jay Schiavo, todo o trecho de estrada compreendido entre a Praça de Engenheiro Pedreira e a localidade de Japeri.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Iguaçu, 5 de outubro de 1964.

(Ass.) — João Luiz do Nascimento —  
Prefeito

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM  
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR DE PESQUISA

Resolução nº 1624

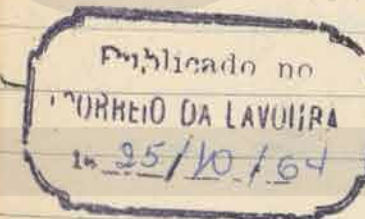
"Da denominação de logradouro."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu por seus representantes legais decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução: —

Art. 1º — Para a denominar-se Rua Pastor Antônio Martins, a atual Estrada da Olaria, situada em Quilômetros 2º distrito deste município.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 8 de





outubro de 1964.

(os). — João Luiz do Nascimento —  
Prefeito

### Resolução nº 1625

Considera de utilidade pública a Sociedade dos Amigos do Bairro de Santa Emília e Adjacências.

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu por seus representantes legais decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:—

Art. 1º — fica considerado de utilidade pública a Sociedade dos Amigos do Bairro de Santa Emília e Adjacências.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 8 de outubro de 1964.

(os). — João Luiz do Nascimento —  
Prefeito

Bairro da Summa  
25.12.64

### Resolução nº 1626

Autoriza o Sr. Prefeito Municipal a doar área de terra ao Governo do Estado e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu por seus representantes legais decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:—

Art. 1º — fica o Prefeito Municipal autorizado a doar uma área de terra com 1569 metros quadrados com frente para as ruas Dr. Walmir e Jida, todas no Bairro Anzeiro do Sul, em Fudrade Irampo; 1º distrito deste Município.

Art. 2º — A área acima citada se destina a construção de um Grupo Escolar por conta da verba do Estado no Plano de Jfuda aos municípios.

Art. 3º — A presente Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 8 de outubro de 1964.

(os). — João Luiz do Nascimento —  
Prefeito

Bairro Summa,  
9.1.65



## Resolução nº 1627

"Cria cargo de Escrivão padrão E e dá outras providências."

A Câmara Municipal de Nova-Iguacu por seus representantes legais decida e em sanção e promulga a seguinte resolução:

Art. 1º — Fica criado, no Quadro Suplementar da Prefeitura, um cargo de Escrivão padrão, E, destinado a atender aos termos do acordo judicial, pelo qual deverá ser reintegrado o servidor Aureliano Gomes Pereira.

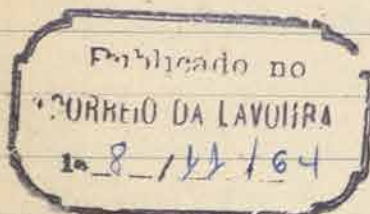
Art. 2º — O cálculo da indenização a que tem direito o servidor referido no art. 1º far-se-á tomando por base a variação salarial e a reestruturação constante da Resolução nº 441, de 22 de setembro de 1959.

Art. 3º — Fica o Prefeito autorizado a abrir o necessário crédito especial para atender às despesas desta Resolução.

Art. 4º — Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova-Iguacu, 8 de outubro de 1964.

João Luiz do Nascimento —  
Prefeito



108

## Resolução nº 1628

"Transforma em cargos em comissão, funções qualificadas e dá outras providências."

A Câmara Municipal de Nova-Iguacu por seus representantes legais decida e em sanção e promulga a seguinte resolução:

Art. 1º — As funções qualificadas de Secretário de Ginásio, perfis G.P. 1.º e G.P. 2.º, do Quadro IV, criadas pelas Resoluções nºs 441 de 22 de setembro de 1959 e 1535, de 8 de abril de 1964, ficam transformadas em cargos em comissão, padrão CC-1, do Quadro I.

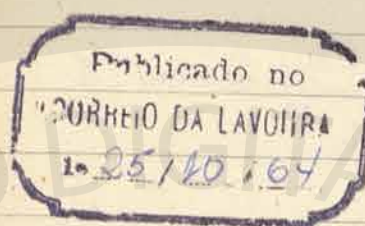
Art. 2º — O cargo em comissão de Diretor de Ginásio, padrão CC-4 do Quadro I, criado pela mesma Resolução nº 1535/64, passa a ter o padrão CC-2.

Art. 3º — Os cargos transformados pela presente Resolução, serão providos de acordo com as exigências do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 4º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova-Iguacu, 8 de outubro de 1964.

(ass) — João Luiz do Nascimento —  
Prefeito





Resolução nº 1629

"Considera de Utilidade Pública o  
"Duze Unidos Atlético Club."

A Câmara Municipal de Nova-Iguacu por seus representantes legais decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução: —

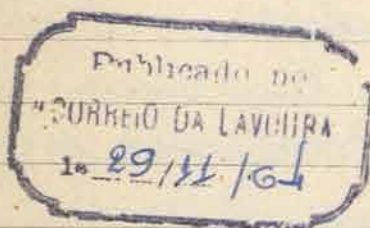
Art. 1º — Fica considerado de Utilidade Pública o "Duze Unidos Atlético Club."

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova-Iguacu,  
8 de outubro de 1964.

(as). — João Luiz do Nascimento —  
Prefeito



1833

1891

NOVA IGUAÇU

ARQUIVO DE PLANTAS

109

Resolução nº 1630

"Revoga a Resolução nº 985 de 24/11/60."

A Câmara Municipal de Nova-Iguacu por seus representantes legais decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica revogada a Resolução nº 985, de 24/11/60, publicada no "Correio da Lanchira" de 11/12/60.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos a partir de 15 de agosto do corrente ano.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova-Iguacu, 8 de outubro de 1964.

(as). — João Luiz do Nascimento —  
Prefeito

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM  
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR DE PESQUISA



Resolução nº 1631

"Autoriza o Prefeito a proceder iluminação pública em uma rua do 1º distrito."

O Câmara Municipal de Nova Iguaçu por seus representantes legais, decreta, e eu sanciono e promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal autorizado a proceder iluminação pública na rua Baíque, no Bairro Maria da Luz, 1º distrito deste Município.

Art. 2º — As despesas decorrentes com o artigo anterior, correrão por conta da verba própria.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 5 de outubro de 1964.

(ass). — João Luiz do Nascimento —  
Prefeito

Resolução nº 1632

"Suplida a rede elétrica da rua Cordura, em Mesquita, 5º distrito deste Município, e dá outras providências."

O Câmara Municipal de Nova Iguaçu por seus representantes legais, decreta, e eu sanciono e promulgo a seguinte resolução.

Art. 1º — Os serviços de ampliação da rede elétrica da rua Cordura, 5º distrito deste Município, deverão ser procurados no exercício em curso.

Art. 2º — As despesas decorrentes do artigo precedente correrão pela verba própria do orçamento vigente.

Art. 3º — A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em sentido contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 5 de outubro de 1964.

(ass). — João Luiz do Nascimento —  
Prefeito

Borrão da  
Sumária,  
23.1.65



Resolução nº 1633

"Considera de utilidade pública o Centro Pró Melhoramento do Bairro de Fátima e Adfascências."

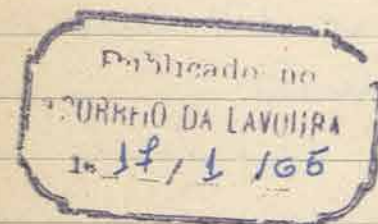
A Câmara Municipal de Nova Iguaçu por seus representantes legais decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica considerado de Utilidade Pública o Centro Pró Melhoramento do Bairro de Fátima e Adfascências.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 5 de outubro de 1964.

(as). — João Luiz do Nascimento.  
Prefeito



Resolução nº 1634

Leisão."

"Autoriza prolongamento de rede de baixa

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica o Senhor Prefeito Municipal autorizado a prolongar a rede de baixa tensão à rua Coronel Monteiro de Barros, até a esquina da rua Irunda Negreiros, em Justim.

Art. 2º — Os despesas com a presente Resolução correrão por conta da verba própria.

Art. 3º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 5 de outubro de 1964.

(as). — João Luiz do Nascimento. Prefeito

Boleto da Semana

25.12.64

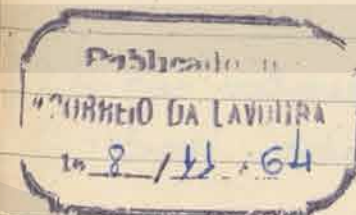
Resolução nº 1635

"Concede anistia de multa de mora e de outras providências."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica concedida anistia de multa de mora até o dia quinze (15) do mês em curso, relativa aos impostos municipais em atraso.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições





em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 4  
de novembro de 1964.

(os). — João Luiz do Nascimento.  
Prefeito

### Resolução nº 1636

"Autoriza ao Sr. Prefeito Municipal de Nova Iguaçu a proceder os serviços para iluminação e postação pública na rua São Sebastião, situada em Queimados."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta, e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução.

Art. 1º — Fica o Sr. Prefeito Municipal autorizado a proceder os serviços para iluminação e postação pública na rua São Sebastião, situada no distrito de Queimados.

Art. 2º — Os despesas decorrentes com a presente Resolução correrão por conta da verba própria.

Art. 3º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu,  
24 de novembro de 1964.

(os). — João Luiz do Nascimento.  
Prefeito

112

### Resolução nº 1637

"Abre crédito especial para pagamento de diferença de proventos e gratificação."

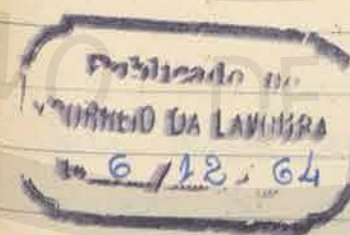
A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aberto o crédito especial de R\$ 324.169,20 (trezentos e vinte e sete mil, cento e sessenta e nove cruzeiros e vinte centavos) para ocorrer ao pagamento da diferença de proventos do servidor aposentado Nicolau Rodrigues da Silva, relativamente ao período de 25 de novembro de 1962 a 31 de dezembro de 1963 e gratificação de função de regente de escola, dos servidores Elba Velasco e Elba Maria de Vasconcelos Willem, referente aos períodos de 1 de março a 31 de dezembro de 1963 e 13 de março a 31 de dezembro de 1963, respectivamente, conforme consta do processo nº 15.467, de 1964.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu,  
24 de novembro de 1964.

(os). — João Luiz do Nascimento.  
Prefeito





Resolução nº 1638

"Declara de Utilidade Pública a Igreja do Evangelho Quadrangular."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sancionou e promulga a seguinte Resolução: —

Art. 1º — Fica reconhecida de utilidade pública a "Igreja do Evangelho Quadrangular", situada nesta cidade.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 27 de novembro de 1964.

(ass). — João Luiz do Nascimento.  
Prefeito

1833

1891

NOVA IGUAÇU

113

Resolução nº 1639

"Autoriza o Prefeito Municipal a construir uma Escola Municipal no distrito de Emmeimados e dá outras providências."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sancionou e promulga a seguinte Resolução: —

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal autorizado a construir uma escola no distrito de Emmeimados no — Bairro Riachão.

Art. 2º — As despesas decorrentes com a presente Resolução, correrão por conta da verba própria.

Art. 3º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 27 de novembro de 1964.

(ass). — João Luiz do Nascimento.  
Prefeito

Resolução nº 1640

"Autoriza o Prefeito Municipal a construir uma ponte no 6º distrito."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sancionou e promulga a seguinte Resolução: —

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal autorizado a construir uma ponte de amento arreado, no 6º distrito deste município, sobre o rio Santana, na Vila Central.



Art. 2º — Os despesas decorrentes do artigo 1º, correrão por conta da verba própria.

Art. 3º — A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 27 de novembro de 1964.

(ass.) — João Luiz do Nascimento —  
Prefeito

Resolução nº 1641

"Dão lotes de terreno ao Governo Estadual."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu por seus representantes legais decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal autorizado a doar ao Governo Estadual, os lotes de terreno de nºs 12 e 14, medindo cada um 300 m<sup>2</sup>, situados à rua Gravatá, em Miguel Couto, 4º distrito deste Município, do patrimônio da municipalidade e que integram o loteamento Parque Glória, do espólio de José Passio de Carvalho.

Art. 2º — Os terrenos doados se destinam a construção de um imóvel para a instalação da sub-estação da mencionada localidade de Miguel Couto.

Art. 3º — A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 27 de no-

vembro de 1964.

(ass.) — João Luiz do Nascimento.  
Prefeito.

Resolução nº 1642

"Abre crédito Especial para desapropriação do imóvel que menciona."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu por seus representantes legais decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º — Fica aberto o crédito especial da importância de R\$ 264.000,00 (duzentos e sessenta e quatro mil cruzeiros), para atender ao pagamento da desapropriação amigável dos lotes de terrenos números 251 (duzentos e cinquenta e um) e 252 (duzentos e cinquenta e dois) e do prédio número 308 (trezentos e oito) da rua Luiz Alves, nesta cidade, autorizada pela Resolução nº 917, de 25 de novembro de 1960.

Art. 2º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 27 de novembro de 1964.

(ass.) — João Luiz do Nascimento.  
Prefeito

So. Leuana,  
30.1.65



Resolução nº 1.643

"Autoriza o Prefeito Municipal a instalar bicos de luz nos postes existentes no trecho compreendido entre o Bairro Santa Eugênia e o Jardim Santa Eugênia, e dá outras providências."

O Câmara Municipal de Nova Iguaçu por seus representantes legais decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal autorizado a instalar bicos de luz, nos postes existentes no trecho compreendido entre o Bairro Santa Eugênia e o Jardim Santa Eugênia, no 1º distrito deste Município.

Art. 2º — As despesas decorrentes com a execução da presente Resolução, correrão por conta da verba própria do orçamento vigente.

Art. 3º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 27 de novembro de 1964.

(Ass.) — João Luiz do Nascimento - Prefeito

Boxiro

Lauro,  
24.1.65

Resolução nº 1644

"Doa ao Estado do Rio de Janeiro áreas de terra e dá outras providências."

O Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal de Nova Iguaçu autorizado a doar ao Estado do Rio de Janeiro áreas de terra para a construção de sedes das Delegacias de Polícia de Quinimados, 2º distrito, e Mesquita, 5º distrito, com as seguintes características, e respectivamente:

a) área com 440,00 m<sup>2</sup> de superfície, medindo 18,40 metros de frente para a rua da Bandeira, 26,00 metros de fundos para a rua Itatiaia, 34,60 metros pelo lado direito, onde confronta com terreno da P. M. N. I., 10,50 metros na curva de concordância, formada pelas ruas da Bandeira e Itatiaia, situada em Quinimados, 2º distrito deste Município;

b) área com 548,50 m<sup>2</sup> de superfície, medindo 19,00 metros de frente para a rua Santa Catarina, 20,00 metros nos fundos, onde confronta com área pertencente à P. M. N. I., por 30,00 metros pelo lado direito, onde confronta com área pertencente à P. M. N. I., por 20,00 metros pelo lado esquerdo pela rua Goiás, 15,40 metros na curva de concordância, formada pelas ruas Santa Catarina e Goiás, situada em Mesquita, 5º distrito deste Município.

Art. 2º — As áreas descritas no artigo precedente reverterão ao patrimônio da Municipalidade, caso não sejam iniciadas as construções especificadas no prazo de três anos.

Art. 3º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.



Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 27 de novembro de 1964.

(as) — João Luiz do Nascimento — Prefeito

Resolução nº 1645

"Autoriza o Prefeito Municipal a desapropriar área de terra."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu por seus representantes legais devida e em sancionou e promulga a seguinte Resolução: —

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal de Nova Iguaçu autorizado a desapropriar, por conta da municipalidade, um terreno desmembrado do lote nº 1 da Quadra B, da rua Itacurussá, nesta cidade, dentro do perímetro urbano do 1º distrito, medindo 30,00 metros em uma das linhas, 41,00 metros na segunda linha e 31,00 metros na terceira linha, confrontando com a área remanescente, de propriedade de Gallério Martins Fabelo Filho, conforme escritura de compra e venda de 4 de maio de 1962, lavrada nas notas do Tabelião do 4º Ofício desta cidade, à fls. 128 do livro 288, devidamente transcrita no Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição desta Comarca, à fls. 210 livro 3 — C.F., sob o número de ordem 39.664.

Art. 2º — A expropriação autorizada nesta Resolução é declarada de urgência, para os efeitos do que dispõe o art. 15 do Decreto-Lei nº 3365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei Federal nº 2786, de 11 de maio de 1956.

Art. 3º — A Divisão de Viação e Obras da Prefeitura executará a planta do imóvel a que alude o art. 1º, para conhecimento dos interessados e demais efeitos legais.

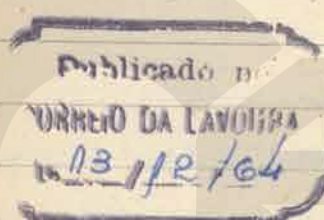
Art. 4º — A expropriação de que trata a presente Resolução, tem por finalidade a retificação do alinhamento da rua Coronel Carlos Afonso.

Art. 5º — Fica o Prefeito autorizado a abrir, oportunamente, crédito especial necessário ao atendimento das despesas com a execução da presente Resolução.

Art. 6º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 27 de novembro de 1964.

(as) — João Luiz do Nascimento — Prefeito



CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM  
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR DE PESQUISA

Resolução nº 1646

"Concede perpetuidade à sepultura onde fazem os restos mortais do cidadão Antônio Schiavo."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu por seus representantes legais devida e em sancionou e promulga a seguinte Resolução: —

Art. 1º — Fica concedida, no cemitério de Japeri, perpetuidade à sepultura onde se encontram inumados os restos mortais do cidadão Antônio Schiavo.

Art. 2º — Retado

Art. 3º — Retado

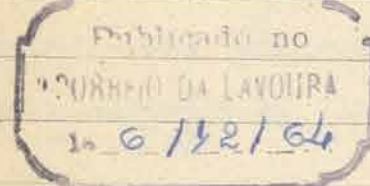


Art. 4º — Retido

Art. 5º — A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 24 de novembro de 1964.

(as). — João Luiz do Nascimento — Prefeito



Resolução nº 1647

"Estima a receita e fixa a despesa da municipalidade para o exercício de 1965."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e sanciona e promulga a seguinte resolução:

Art. 1º — A receita Orçamentária do Município, para o exercício de 1965, é fixada em R\$ 1.750.000.000,00 (um bilhão, setecentos e cinquenta milhões de cruzeiros), e será arrecadada de acordo com a seguinte discriminação:

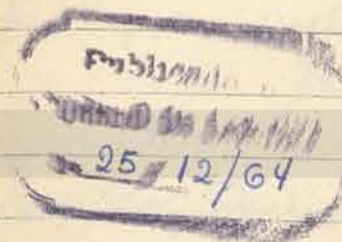
Art. 2º — A despesa fixada da municipalidade para o exercício de 1965, é de R\$ 1.750.000.000,00 (um bilhão, setecentos e cinquenta milhões de cruzeiros) e será efetuada de acordo com a seguinte classificação:

Art. 3º — Fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir crédito suplementar, até o montante de 10% (dez por cento) do valor do presente orçamento.

Art. 4º — Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Nova Iguaçu; digo, Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, novembro de 1964.

(as). João Luiz do Nascimento — Prefeito



Publicado no Boletim da Câmara, 25.12.64

Resolução nº 1649

"Cria o Serviço de Dívida Ativa e dá outras providências."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e sanciona e promulga a seguinte resolução:

### Capítulo I

#### do Serviço de Dívida Ativa

Art. 1º — Fica criado o Serviço de Dívida Ativa, subordinado à Divisão de Fazenda, ao qual incumbe realizar a inscrição, controle e cobrança da dívida ativa da Prefeitura, de acordo com as normas estabelecidas nesta resolução, e, com as leis federais que regulam a cobrança dos executivos fiscais.

Art. 2º — Ficam criados no Quadro Permanente da Prefeitura:

1 — Um cargo de "Chefe do Serviço de Dívida Ativa", padrão "G.B. 2", no Quadro 1 (Cargos em Comissão), observado o disposto no artigo 4º da Resolução nº 111, de 22 de setembro de 1959;

11 — Uma função qualificada do "Chefe do Expediente da Dívida Ativa", padrão G.B. 1.2, no Qua-



dos 1º (Inscrições Qualificadas) ao qual incumbem as atribuições constantes do Artigo 13, do Regulamento Interno dos Serviços Municipais, aprovado pela Resolução nº 113, de 22 de setembro de 1959.

## Capítulo II

### Da Dívida Ativa

#### Seção I

#### Da Inscrição da Dívida

Art. 3º — Constituem Dívida Ativa os créditos provenientes de impostos, taxas, contribuições e multas de qualquer natureza, depois de esgotado o prazo fixado, para o respectivo pagamento, por lei municipal por decisão final proferida em processo regular.

Parágrafo Único — Incluído o prazo a que alude este artigo a Divisão Geral de Rendas encaminhara ao Serviço de Dívida Ativa expediente contendo o nome do devedor, se possível com o respectivo endereço, e indicando o valor da dívida, inclusive a multa de mora calculada até a data, a natureza do débito e, se for o caso, o número do processo que lhe deu origem.

Art. 4º — Recebida a relação de débitos, e Serviços procederá à respectiva inscrição, em livro próprio, de que, imediatamente, se extrairá certidão para cobrança.

§ 1º — O termo de inscrição da dívida Ativa será autenticado pelo chefe do Serviço, e conterá, obrigatoriamente;

I — o nome do devedor e, se possível, o domicílio ou a residência;

II — a quantia devida e a maneira de calcular a multa de mora;

III — a origem e natureza do crédito, mencionando a lei tributária, ou a norma legal infringida, no caso de multa por infração;

IV — a data da inscrição da dívida;

V — o número do processo que deu origem ao crédito.

§ 2º — A autenticidade da dívida será atestada pelo chefe do Serviço e conterá, além dos requisitos do § 1º, a indicação do livro e folha da inscrição.

Art. 5º — A omissão de qualquer dos requisitos previstos no art. 4º, ou o erro a eles relativo, será causa de nulidade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente.

Parágrafo Único — A nulidade poderá ser sanada mediante substituição da certidão nula, devolvendo-se, neste caso, ao contribuinte, acusado ou interessado, o prazo para a defesa, a qual, porém somente poderá versar sobre a parte modificada.

Art. 6º — Com o encaminhamento dos créditos fiscais ao Serviço da dívida Ativa, cessará a competência da Divisão Geral de Rendas para decidir sobre a matéria, cumprindo-lhe, porém, obrigatoriamente, prestar as informações que lhe forem solicitadas pelo referido Serviço.

#### Seção II

#### Da correção do valor da Dívida

Art. 7º — Os créditos fiscais da dívida Ativa referente a tributos, multas e contribuições, terão os respectivos valores corrigidos de acordo com as tabelas de coeficiente de atualização baixadas pelo Conselho Nacional de Economia, em obediência à lei federal nº 1.357, de 16 de julho de 1964.

Parágrafo Único — Não estarão sujeitos à atualização os créditos cujo montante tenha sido depositado, na Tesouraria da Prefeitura, para efeito de recursos administrativos.

Art. 8º — Os créditos fiscais apurados até 31 de dezembro de 1963, ficarão sujeitos à correção de



que trata o art. 4º, se não forem pagos ou depositados até 31 de dezembro do corrente exercício.

Art. 9º — A correção da dívida ativa, nos termos do artigo 4º, não implica na esconderação da multa de mora.

### Seção III

#### Da cobrança da dívida

Art. 10 — A dívida ativa será cobrada por procedimento amigável ou por via judicial.

Art. 11 — Licitada a dívida, os devedores serão nominalmente convidados a saldar o seu débito dentro do prazo de 30 (trinta) dias, findo o qual serão as respectivas extensões encaminhadas à cobrança judicial.

Parágrafo único — O convite aos devedores deverá ser feito por meio de edital publicado no órgão oficial e na imprensa local e, sempre que possível, em memorando por via postal.

Art. 12 — O pagamento da dívida ativa não apurada far-se-á por meio de guia expedida pelo Serviço da Dívida Ativa da Prefeitura.

Parágrafo único — O Prefeito, se o julgar conveniente, poderá autorizar o recebimento dos créditos no recinto do próprio Serviço da Dívida Ativa, determinando, para isso, a lotação de um recebedor no referido órgão, devendo, entretanto, por recolhido, diariamente, à Tesouraria da Prefeitura, o produto da arrecadação diária.

Art. 13 — Para a cobrança judicial, a ação executiva poderá ser proposta contra:

- I — o devedor;
- II — os sucessores do devedor, seus herdeiros ou legatários "in solidum", dentro das forças da

herança ou do legado;

- III — a massa falida;
- IV — o fiador;
- V — o responsável, na forma da lei por dívida da firma ou sociedade;
- VI — o sucessor no negócio por dívida do antecessor, quando a ela obrigado;
- VII — o devedor do devedor, quando no ato da penhora confessar a dívida e assinar o ato;
- VIII — o adquirente quando a dívida gravar a coisa adquirida;
- IX — o comprador ou possuidor de bens alienados em fraude de execução;

Parágrafo único — As dívidas relativas ao mesmo devedor, desde que consecras ou consequentes, serão acumuladas em uma só ação, observadas as normas constantes do Decreto Lei nº 960, de 11 de novembro de 1938.

Art. 14 — Para acompanhar os executivos fiscais, o chefe do Serviço da Dívida Ativa solicitará à Procuradoria Municipal a designação de um ou mais procuradores, conforme a necessidade e volume do serviço.

Art. 15 — O pagamento da dívida apurada somente poderá ser admitido mediante guia expedida pelo Cartório do fato, em duas vias, e com o visto do chefe do Serviço da Dívida Ativa.

Art. 16 — As guias de que tratam os artigos 12 e 15 deverão conter:

- I — o nome do devedor;
- II — a natureza do débito (tributos, contribuições ou multas por infração);
- III — o exercício ou período a que se refere a dívida;
- IV — a importância total a recolher;



- I - o número da inscrição da dívida;  
II - a assinatura do chefe do Serviço da Dívida Ativa, quando se tratar de débito não apurado;  
III - a assinatura do Escrivão do Cartório do feito e o respectivo carimbo, bem assim o visto e assinatura do chefe do Serviço da Dívida Ativa, quando se tratar de cobrança apurada.

#### Seção

#### Das certidões negativas

Art. 17 - A certidão negativa de dívida ativa só poderá ser fornecida pelo Serviço da Dívida Ativa, cabendo à Divisão Geral de Rendas e fornecimento de certidões que se referam apenas ao exercício em curso.

Art. 18 - A certidão negativa de dívida ativa, regularmente expedida, tem efeito liberatório quanto a todos os créditos relativos ao tributo e ao período a que a mesma se refere.

Parágrafo único - Exatam-se do disposto neste artigo a certidão obtida por meio de dolo, fraude ou simulação do requerente ou de terceiros a quem aproveite.

Art. 19 - A certidão negativa expedida com erro contra a Fazenda Municipal, ainda que sem dolo nem fraude, responsabiliza pessoalmente o servidor que a expedir e solidariamente com o contribuinte, pelo débito emitido, independentemente da responsabilidade criminal e funcional que no caso couber.

#### Capítulo III

#### Disposições finais

Art. 20 - Nenhum requerimento poderá ser processado no Protocolo Geral sem nada consta previamente aposto pelo Serviço de Dívida Ativa, para efeito do disposto no artigo 307 de vigente Código Tributário, aprovado pela Resolução nº 805, de 3 de de-

zembro de 1959.

Parágrafo único - Exatam-se dessa obrigatoriedade os requerimentos formulados pelos Servidores Municipais, versando sobre assunto alinente à sua vida funcional.

Art. 21 - Ficam revogados os art. 82, 83 e 85 do Código Tributário aprovado pela Resolução nº 805, de 3 de dezembro de 1959.

Art. 22 - A presente Resolução fará parte integrante do Regulamento Interno dos Serviços Municipais, aprovado pela Resolução nº 413, de 22 de setembro de 1959, e entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Mora Iguaçu, 1 de dezembro de 1964.

(as). — João Luiz do Nascimento —  
Prefeito

Resolução nº 648

"altera dispositivo do Código Tributário Municipal e dá outras providências."

A Câmara Municipal de Mora Iguaçu por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º - Nos artigos 5º, 4º, 6º, 7º, 8º e 85 do Código Tributário, fica substituída a expressão "Divisão de Fazenda" por "Divisão Geral de Rendas."

Art. 2º - Nos artigos 3º alínea d, 43 § 1º, 55, 57 § 1º, 209 e 218 do Código Tributário fica substituída a expressão "Diretor da Fazenda Municipal," por



"Divisão Geral de Rendos."

Art. 3º — No artigo 18 § 1º do Código Tributário, fica substituída a expressão "Diretor da Divisão Geral de Rendos."

Art. 4º — Nos artigos 20 parágrafo único, 43 § 2º 59, 133, 137, 140 inciso I, 153, 172, 175, 193, 204 § 2º, 206 inciso 1º letra b e inciso 4º, 211, 210, 217, 280 e 301, todos do Código Tributário, fica substituída a expressão "Inspeção Geral de Rendos", por "Divisão Geral de Rendos."

Art. 5º — Os artigos 59, 66, 40 alínea c, 204 § 2º e 210 § 1º, do Código Tributário, fica substituída a expressão "Diretor de Fazenda" por "Diretor da Divisão Geral de Rendos" e nos artigos 58 e 64 inciso II do mesmo Código, "Chefe da Inspeção Geral de Rendos", por "Diretor da Divisão Geral de Rendos."

Art. 6º — Fica revogada a expressão "reservadas as exceções expressas neste Código, constante do parágrafo 3º do artigo 31 do Código Tributário."

Art. 7º — As alíneas do artigo 86 do Código Tributário passam a vigorar com a seguinte redação:

a) — Os terrenos existentes nas zonas urbanas, suburbanas e rural e os que vierem a resultar do desmembramento dos atuais;

b) — Os prédios existentes e os que vierem a ser construídos nas zonas mencionadas na alínea anterior;

c) — Os estabelecimentos industriais e comerciais, as atividades profissionais, bem como quaisquer outras, lucrativas localizadas no município.

Art. 8º — O artigo 87, do Código

Tributário, mantidas as suas alíneas, passa a ter a seguinte redação:

"A inscrição dos imóveis urbanos, suburbanos e rurais, prevista no capítulo anterior, será promovida:

Art. 9º — O artigo 88, do Código Tributário, mantidos os seus parágrafos, passa a ter a seguinte redação:

"Para efetuar a inscrição, no cadastro fiscal dos terrenos e prédios urbanos, suburbanos e rurais, são os responsáveis obrigados a preencher e entregar, na repartição competente, uma ficha de inscrição correspondente a cada imóvel, em modelo fornecido pela Prefeitura."

Art. 10 — O art. 95, do Código Tributário, mantidos os seus parágrafos e incisos, passa a vigorar assim:

"Todas as atividades comerciais, industriais e profissionais no Município, ainda que imunes ou isentas de impostos, serão obrigatoriamente inscritas no cadastro fiscal da Prefeitura."

Art. 11 — O artigo 100 do Código Tributário, passa a ter a seguinte redação:

Art. 100 — Estão sujeitos ao imposto territorial:

a) — nas zonas urbanas e suburbanas, os terrenos não edificados e os edificados que tenham área superior a 600 metros quadrados;

b) — na zona rural, os terrenos não edificados e os edificados que tenham área superior a 1.000 m<sup>2</sup>.

§ 1º — no caso de terreno edificado, tendo área excedente, sobre esta recairá o imposto.

§ 2º — Quando a área edificada ultrapassar os limites estabelecidos neste artigo, inclusive as por-



ções de terrenos comprovadamente necessárias à utilização do prédio, tendo em vista os fins a que se destina, o imposto recairá apenas sobre a área excedente ao dobro da área edificada.

Art. 102 — O artigo 102 do Código Tributário, passa a ter a redação seguinte:

Art. 102 — O imposto territorial será calculado sobre o valor venal do terreno, apurado pela divisão Geral de Terrenos.

§ 1º — Quando a sua incidência se verificar sobre terrenos situados em quaisquer dos perímetros urbanos municipais, o imposto será progressivo e calculado na conformidade tributária seguinte:

a) — para os terrenos situados em logradouros públicos dotados de calçamento, água e luz: no primeiro ano 3% sobre o valor venal, acrescido de 1% por ano que se seguir;

b) — para os terrenos situados em logradouros providos de qualquer dos melhoramentos referidos na letra a: no primeiro ano 2% sobre o valor venal, acrescido de 0,5% por ano que se seguir;

c) — para os terrenos situados em logradouros públicos desprovidos de qualquer dos citados melhoramentos: no primeiro ano 1% sobre o valor venal, acrescido de 0,25% por ano que se seguir.

§ 2º — Nos demais casos, quando os terrenos forem situados nos perímetros suburbanos ou quando pela sua localização topográfica não façam frente para logradouros públicos, ainda que enquadrados em qualquer dos perímetros urbanos, o imposto será uniformemente, de 1% sobre o valor venal, abrida a progressividade estabelecida nas letras a, b e c do parágrafo anterior.

§ 3º — Para os terrenos situados na zona rural cobrar-se-á:

a) — 1,5% (um e meio por cento) do valor venal, quando localizados à margem do logradouro público pavimentado;

b) — 1% (um por cento) do valor venal, quando localizados à margem de logradouro público não pavimentado;

c) — 0,5% (meio por cento), do valor venal, quando localizados à margem de caminhos ou estradas vicinais.

§ 4º — as propriedades rurais improdutivas, de área igual ou superior a dez (10) hectares, ficam sujeitas a um acréscimo atual de 50% (cinquenta por cento) no valor do respectivo imposto.

§ 5º — para efeito do disposto no parágrafo anterior consideram-se improdutivas as terras que não estejam sendo utilizadas em permanente atividade agrícola, pecuária ou industrial, ou em culturas florestais pelo menos em 60% (sessenta por cento), de sua área total.

§ 6º — as propriedades rurais de área superior a cinco (5) hectares, quando cultivadas, pelo menos, em 60% (sessenta por cento), de sua área total, terão o respectivo imposto reduzido de 50% (cinquenta por cento).

Art. 103 — O art. 105 do Código Tributário, passa a vigorar assim:

Art. 105 — Serão isentos do imposto territorial:

a) — nas zonas urbanas e suburbanas os terrenos edificados, de área até 600 m<sup>2</sup>;

b) — na zona rural, os terrenos edificados, de área até 1.000 m<sup>2</sup>;

c) — o terreno de superfície até o dobro da área construída, em que estejam instaladas quaisquer indústrias, licenciadas e cuja área seja utilizada para o funcionamento das mesmas.



§ 1º — serão também isentos, pelo prazo de 5 (cinco) anos, os terrenos legalmente loteados, enquanto não forem vendidos ou prometidos vender e quando o proprietário do loteamento houver executado e concluído, à sua custa, os serviços não obrigatórios de calçamento e meios fios dos logradouros públicos, fâleiros de esgotos, redes de abastecimento de água e de iluminação elétrica pública, tendo de acordo com as especificações técnicas do Código de Obras.

§ 2º — As isenções serão reconhecidas por ato do Prefeito, mediante requerimento do interessado, acompanhado dos necessários comprovantes e depois de ouvidos os órgãos competentes.

Art. 14 — O art. 113 do Código Tributário, passa a ter a seguinte redação:

Art. 113 — Juntamente com o imposto territorial serão cobradas as seguintes taxas, englobadamente denominadas "Taxas de Serviços Municipais":

- a) Taxa de expediente;
- b) Taxa de limpeza pública;
- c) Taxa de consumo d'água;
- d) Taxa de iluminação pública;
- e) Taxa hospitalar;
- f) Taxa de assistência social;
- g) Taxa de saneamento;
- h) Taxa de conservação de calçamento;
- i) Taxa destinada ao Fundo de Educação e Cultura.

Art. 15 — O art. 116 do Código Tributário, passa a vigorar com a redação que se segue:

Art. 116 — O imposto é anual e será cobrado, semestralmente, na base de 15% (quinze por cento), sobre o valor tributário do prédio, que será arbitrado tendo em vista a área de construção, categoria, localização e destinação, observados os valores unitários padrões,

fiscados anualmente pelo Prefeito.

Art. 16 — O art. 128 do Código Tributário, passa a ter a seguinte redação:

Art. 128 — Juntamente com o imposto predial serão cobradas as seguintes taxas, englobadamente denominadas "Taxas de Serviços Municipais":

- a) Taxa de expediente;
- b) Taxa de limpeza pública;
- c) Taxa de consumo d'água;
- d) Taxa de iluminação pública;
- e) Taxa hospitalar;
- f) Taxa de assistência social;
- g) Taxa de saneamento;
- h) Taxa de conservação de calçamento;
- i) Taxa destinada ao Fundo de Educação e Cultura.

Art. 17 — O art. 132 do Código Tributário, passa a ter a seguinte redação:

Art. 132 — As pessoas físicas ou jurídicas, sujeitas ao pagamento do imposto de indústrias e profissões, serão inscritas como contribuintes, no cadastro fiscal da Prefeitura, de conformidade com o disposto nos artigos 86 letra "e", 95 e seguintes e 141 e seguintes, deste Código.

Art. 18 — O art. 136 do Código Tributário, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 136 — Quando se tratar de cobrança de imposto de indústrias e profissões com base no movimento econômico, o imposto será recolhido pela primeira e no prazo referido no artigo 141 e seus parágrafos deste Código.

Art. 19 — O parágrafo único do art. 134 do Código Tributário fica assim redigido:

Parágrafo único — O disposto neste artigo se aplica aos casos em que o contribuinte se recusa a facilitar o exame de seus livros e demais de-



mentos necessários à comprovação de suas declarações e também as filiais das firmas ou estabelecimentos, comerciais ou industriais, que tenham suas sedes fora do município.

Art. 20 — O artigo 141 do Código Tributário, fica acrescido dos seguintes parágrafos:

§ 1º — O imposto será recolhido mensalmente, na primeira quinzena que se seguir ao mês vencido, mediante guias em triplicata, assinadas pelo contribuinte ou seus prepostos, conforme modelo aprovado pelo Prefeito.

§ 2º — Se o contribuinte não efetuar o pagamento do imposto de que aqui se trata, no prazo estipulado no parágrafo anterior, ficará sujeito às seguintes multas:

a) — 10% (dez por cento), se efetuar o pagamento na primeira quinzena após o vencimento;

b) — 20% (vinte por cento), se efetuar o mesmo pagamento dentro de 30 (trinta dias, após o vencimento;

c) — 30% (trinta por cento), se o prazo no pagamento do imposto for superior a 30 (trinta dias).

§ 3º — Não se aplicam as imposições de indústrias e profissões, as multas referidas no artigo 22 deste Código.

§ 4º — Se o contribuinte não efetuar o pagamento do imposto até sofrer fiscalização, será autuado pela infração e ficará sujeito a multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o imposto, salvo se for pago no prazo de 15 dias a partir da autuação fiscal, hipótese em que a multa será reduzida à metade, sem prejuízo, em qualquer caso, da multa prevista no § 2º deste artigo.

Art. 21 — O art. 146 do Código Tributário passa a ter a seguinte redação:

Art. 146 — Juntamente com o imposto de indústrias e profissões, será cobrado o adicional de 10% (dez por cento), incidente sobre o respectivo imposto.

Art. 22 — O artigo 147 do Código Tributário, fica acrescido do seguinte parágrafo único:

Parágrafo único — Nos casos previstos nos incisos I, II, IV, V e VI, do artigo 148, o imposto será pago anualmente, de uma só vez, durante o mês de janeiro, quando do pedido de renovação do alvará de licença de localização, obrigatório em todas as hipóteses acima referidas.

Art. 23 — O artigo 152 do Código Tributário, passa a vigorar com esta redação:

Art. 152 — A concessão ou renovação do alvará de localização fica subordinada à inspeção prévia do estabelecimento pelo Órgão municipal competente.

Art. 24 — O artigo 154 do Código Tributário, mantidas as suas alíneas e parágrafos, passa a ter a seguinte redação:

Art. 154 — O alvará concedido anteriormente não importa no direito de renovação, especialmente:

Art. 25 — As multas previstas no Código Tributário, sofrem as seguintes alterações:

I — As do artigo 51 ficam fixados em R\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) e R\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros), respectivamente;

II — As constantes do inciso III do artigo 53 ficam elevadas para R\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), e R\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros), respectivamente;

III — a do art. 151 fica elevada para R\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros);

IV — a do art. 156 passa a ser de R\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros);

V — as do art. 147 parágrafo único ficam



125

elevadas para Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) e  
Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), respectivamente;

VI — a do parágrafo único do art.  
181 fica fixada em Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros);

VII — a do art. 185 fica fixado em  
Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros);

VIII — a do artigo 201 fica fixada em  
Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros);

IX — a do parágrafo único do art.  
206 fica fixada em Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros);

X — a do parágrafo 4º do art. 210 fi-  
ca fixada em Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros);

XI — a do parágrafo único do art.  
211 fica fixada em Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros);

XII — os do artigo 213 ficam elevadas  
para Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) e Cr\$ 50.000,00  
(cinquenta mil cruzeiros), respectivamente;

XIII — os do art. 218 ficam elevadas  
para Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros), e Cr\$ 10.000,00  
(dez mil cruzeiros), respectivamente;

XIV — os do art. 224 passam a ser de  
Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), e Cr\$ 10.000,00 (dez mil  
cruzeiros), respectivamente;

XV — os do art. 231 ficam elevadas  
para Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros), e Cr\$ 5.000,00 (cin-  
co mil cruzeiros), respectivamente, e a do art. 310 para  
Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros), respectivamente, e a do  
art. 310 para Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros).

Art. 26 — As taxas previstas no bo-  
digo tributário sofrem as seguintes alterações:

I — as das alíneas a e b do artigo  
229 ficam elevadas para Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzei-  
ros), e Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), respectivamente;

II — a taxa de limpeza pública pre-  
vista no artigo 228 fica elevada para 7% (sete por  
cento), e a taxa hospitalar prevista no artigo 248 in-

do 1º, fica elevada para 5% (cinco por cento);

III — a do artigo 239 passa a ser de Cr\$...  
Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), e a do art. 240 fica elevada  
para Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros);

IV — os do art. 244, parágrafo único, in-  
cisos I e II ficam elevadas para Cr\$ 500,00 (quinhentos  
cruzeiros) e Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), respectivamen-  
te;

V — a do art. 248 incisos I, II, III e IV ficam  
elevadas para Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), Cr\$ 600,00  
(seiscentos cruzeiros), Cr\$ 400,00 (quatrocentos cruzeiros), e  
Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), respectivamente;

VI — os do art. 282, incisos III e IV passa  
a ser de 4% (quatro por cento), e de Cr\$ 100,00 (cem cru-  
zeiros), respectivamente;

VII — a do artigo 283 fica elevada para  
Cr\$ 6,00 (seis cruzeiros);

VIII — os do art. 284, inciso I, II, e III, ficam  
elevadas para Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros), Cr\$ 60,00  
(sessenta cruzeiros), e Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), respectiva-  
mente;

IX — a do art. 286 passa a ser de  
Cr\$ 60,00 (sessenta cruzeiros);

X — a do art. 305 passa a ser de Cr\$...  
Cr\$ 2,00 (dois cruzeiros);

Art. 27 — Nas Tabelas A, B, C, e D do Im-  
posto de Transmissão de Localização, anexas à Resolução nº  
1.444, de 26 novembro de 1963, ficam renovadas as refe-  
rências às zonas suburbanas e rural, passando-se o im-  
posto a ser cobrado unicamente, pelo valor referido  
para a zona urbana, qualquer que seja a localização  
do estabelecimento ou que se exerça a atividade tribu-  
tada.

Art. 28 — As agências bancárias situa-  
das no município, pagaram, cada uma, de imposto de



industriais e profissões, a quantia de R\$ 6.000,00 (seis mil (seiscentos)), mensalmente, para cada ônibus ou lotação que possua.

Art. 30 — As tabelas anexas à Resolução nº 1.444 de 26 de novembro de 1963, aprovada em substituição as suas correspondentes no vigente Código Tributário, passam a vigorar com as alterações constantes desta Resolução e assim enumeradas:

I — Tabelas do Imposto de Rendas e Profissões:

I — Para atividades sujeitas ao giro econômico — Tabela constante do anexo 1º;

II — Para atividades não sujeitas ao giro econômico — Tabela constante do anexo nº II;

IIa — Para exploração de pedreiras — revogada;

III — Para o comércio ambulante — mantida a atual, com o acréscimo de 100% (cem por cento);

IV — Para o comércio eventual — mantida a atual, com o acréscimo de 100% (cem por cento).

b) — Tabelas do Imposto de Licença:

1) — Imposto de licença de localização:

a) — Para estabelecimentos comerciais a atual;

b) para atividades auxiliares do comércio — mantida a atual;

c) para atividades de prestação de serviços — mantida a atual;

d) para estabelecimentos industriais — mantida a atual;

II — Imposto de licença de publicidade — Tabela constante do anexo nº 3.

III — Imposto de licença de veículos — mantida a atual, com o acréscimo de cem por cento (100%).

IV — Imposto de licença para ocupação do solo — mantida a atual, com o acréscimo de 100% (cem por cento).

c) — Tabelas de Taxas de Serviços:  
I — Taxa de expediente — mantida a atual, com o acréscimo de cem por cento (100%).

II — Taxa de aferição de pesos e medidas — mantida a atual, com o acréscimo de 100% (cem por cento).

III — Taxa de numeração e emplacamento — mantida a atual, com o acréscimo de cem por cento (100%).

IV — Taxa de cemitérios — mantida a atual.

I — Taxa de Depósito Público — mantida a atual, com o acréscimo de 100% (cem por cento).

II — Taxa de averbação e transferência — mantida a atual, com o acréscimo de 100% (cem por cento).

III — Taxa de loteario e reloteamento — Tabela constante do anexo nº 4.

IV — Taxa de matrícula de animais — mantida a atual, com o acréscimo de 100% (cem por cento);

V — Taxa de conservação de Estradas — mantidas as alíneas (a) e (b).

VI — Taxa de vitória — mantida a atual, com o acréscimo de 100% (cem por cento).

VII — Taxa de feiras e mercados — Tabela constante do anexo nº 5.

VIII — Taxas de água — mantida a atual.

Art. 31 — Ficam revogados os artigos 1º, 11º e 119, 18º e 219, da Resolução nº 805 de 3 de dezembro de 1959, (Código Tributário do Município de



Nova Iguaçu), bem como os adicionais criados pelo artigo 3º da Resolução nº 1.313, de 22 de maio de 1963 e pela Resolução nº 101 de 1964.

Art. 32 — Esta Resolução entrará em vigor no dia 1º de janeiro de mil novecentos e sessenta e cinco (1965), reafirmadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 28 de novembro de 1964.

(Ass.) João Luiz do Nascimento —  
Prefeito

### Anexo nº 1

#### Tabela do Imposto de Indústrias e Profissões

I — Para atividades sujeitas ao giro econômico.

Até R. 2.000.000,00	0,8%
com o mínimo de R. 4.000,00 por mês...	
De R. 2.000.000,00 a R. 20.000,00	0,7%
De R. 20.000.000,00 a R. 100.000,00	0,6%
Mais de 100.000.000,00	0,5%

### Anexo nº 2

#### Tabelas do Imposto de Indústrias e Profissões

II — Para atividades não sujeitas ao giro econômico.

Especificação	Imposto Anual
Agência de loterias e semelhantes	24.000,00
Agência de transportes e mudanços	20.000,00
Almoxarifado (oficina)	1.000,00
Balnearia — (por cadeira)	2.000,00
Bicicletas — (alugados)	1.000,00
Bilhares e semelhantes — por mesa	2.000,00
Caldeirão de Sushoras — por cadeira	2.000,00

127

Calista, manicure, Pedicure — por cadeira...	2.000,00
Consulor — Empiteiro (V. art. 139 "c" § único).	
Corretor de Sinólios...	20.000,00
Corretor de Mercadorias em Geral...	20.000,00
Corretor de Sorteios, "Cartões" e semelhantes...	24.000,00
Corretor de Récursos...	20.000,00
Costureira (oficina)...	1.000,00
Cutileiro...	1.000,00
Danças (Escola de)...	12.000,00
Depósito de mercadorias (sem venda)...	20.000,00
Encadernador (oficina)	2.000,00
Engrascate — por cadeira...	1.200,00
Estábulo (na zona urbana)...	1.000,00
Escritório comercial (comissão e consignação)	16.000,00
Escritório de datilografia, cópias em geral...	12.000,00
Escritório de contabilidade, guarda-livros, pagamento de impostos, etc...	12.000,00
Ferreira (oficina)...	10.000,00
Ferro Selho (compra e venda)...	60.000,00
Logos de artifício (depósito sem venda)...	120.000,00
Fotógrafos em geral	12.000,00
Fotógrafo (somente oficina)...	12.000,00
Fotógrafo e Artigos de Fotografia...	20.000,00
Garagem (cobrando estadia de veículos)...	20.000,00
Hotel ou semelhantes com refeição	60.000,00
Hotel ou semelhantes sem refeição...	50.000,00
Jornais, livros, e revistas (em lojas)...	1.000,00
Jornais, livros e revistas (em quiosque)...	20.000,00
Laboratório de análises em geral...	16.000,00
Lavanderia mecânica...	8.000,00
Lavanderia manual...	1.000,00
Oficina de cartões de visita...	2.000,00
Oficina de chaveiro...	2.000,00
Oficina de consertos de automóveis...	20.000,00
Oficina de funileiros...	1.000,00
Oficina de pequenas gravações...	2.000,00



Oficina de pequenos consertos	4.000,00
Oficina de relógios	4.000,00
Oficina gráfica	4.000,00
Oficina mecânica	20.000,00
Oficina de pinturas	4.000,00
Profissões liberais	12.000,00
Serviços de alto-falantes	24.000,00

Anexo nº 3  
Tabelas do Suposto de Dívida  
 II — Suposto de Dívida de Publicidade  
Especificação

Suposto	anúncio
anúncio afixado no interior dos transportes coletivos: por anúncio e por mês	100,00
anúncio em bancos públicos doados pelo anunciante	isento
anúncio em quadros protetores de árvores: por anúncio e por mês	100,00
anúncio em painéis ou tabuletas afixadas à margem das estradas: por m <sup>2</sup> ou fração, por mês	300,00
anúncios em painéis ou tabuletas afixadas em local público permitido: por m <sup>2</sup> ou fração, por mês	400,00
anúncio em painéis ou tabuletas afixadas em marquises, fachadas ou sobre prédios particulares: por m <sup>2</sup> ou fração, por mês	300,00
anúncio em painéis ou tabuletas conduzidos por pessoas ou animais: por tabuleta ou painel e por dia	100,00
anúncio em pano de boca de palco: por m <sup>2</sup> ou fração e por mês	100,00
anúncio luminoso instalado em local público permitido: por m <sup>2</sup> ou fração e por mês	300,00
anúncio luminoso instalado em marquises, fa-	

chadas ou sobre edifício: por m <sup>2</sup> ou fração, por mês	200,00
anúncio luminoso instalado à margem das estradas: por m <sup>2</sup> ou fração e por mês	100,00
anúncio por meio de viatura destinadas a propaganda: por viatura e por mês	2.000,00
anúncio projetado ao ar livre, quando permitido: por hora de projeção	100,00
anúncio projetado entre sessões cinematográficas: por mês	1.000,00
propaganda exposta em vitrine externa, de artigos estranhos à atividade do prédio: por m <sup>2</sup> ou fração e por mês	500,00
propaganda sonora:	
— alto-falante ambulante: por unidade e por dia	200,00
— alto-falante fixo, em local permitido: por unidade e por mês	1.000,00
— alto-falante instalado em viaturas: por unidade e por mês	2.000,00
megafone: por unidade e por dia	300,00
uso de instrumentos de sopro ou de percussão: por unidade e por dia	100,00
supercios (papel colado), por anúncio, por m <sup>2</sup> ou fração e por mês	100,00

Anexo nº 4  
Tabelas de Taxas de Serviços  
 III — Taxa de Documentação e Registro  
Especificação

Taxas	taxas
Taxas de Documentação:	
Aprovação de plantas:	
— Até 100 lotes	50.000,00
— De 101 a 500 lotes	100.000,00
— De 501 a 1.000 lotes	150.000,00
— De mais de 1.000 lotes, por lote excedente, mais	200,00



Tabaxas de lotearamento:

Aprovação de plantar:

Até 10 lotes	4.500,00
De 11 a 20 lotes	4.800,00
De 21 a 30 lotes	5.100,00
De 31 a 40 lotes	5.400,00
De 41 a 50 lotes	6.000,00
De 51 a 60 lotes	6.500,00
De 61 a 70 lotes	7.000,00
De 71 a 80 lotes	10.500,00
De 81 a 90 lotes	12.000,00
De 91 a 100 lotes	15.000,00
De mais de 100 lotes, por lote excedente, mais	100,00

Annexo nº 5

Tabaxas de lotear de serviços

Tabaxas de feiras e mercados

Especificação	Feiras por dia	Mercados por mês
Animais abatidos	1.500,00	1.000,00
Animais vivos (leitões, cabritos e outros)...	1.500,00	1.000,00
Artigos de escritório e escolares	500,00	800,00
Artigos de toucador e de higiene pessoal...	400,00	1.000,00
Artigos de uso pessoal, adornos e adereços...	400,00	1.000,00
Artigos de uso doméstico	400,00	1.000,00
Alvos e ovos	200,00	200,00
Biscoitos	400,00	1.000,00
Brinquedos, quinquilharias e artigos de amarelinho	400,00	1.000,00
Calçados, chinelos e similares	400,00	1.000,00
Carnes verdes	600,00	2.000,00
Carnes salgadas, salames, linguiças e similares	600,00	1.600,00
Chapéus e sombrinhas	400,00	1.000,00
Doces e gulosimias	200,00	800,00
Fazendas, roupas feitas	600,00	1.600,00

Generos, artigos de armazém de secos e mo-	Dia	Mês
Madros	1.000,00	1.500,00
Diários e publicações em geral	200,00	400,00
Docas, ferragens e aluminios	800,00	1.200,00
Massas alimenticias, queijo, manteiga e do-	600,00	1.000,00
ces	200,00	800,00
Sartais, empadas, sanduiches e similares	400,00	600,00
Produtos de laticínios		
Produtos hortali-granjeiros:		
Feirante ou mercante produtor	Isento	Isento
Feirante ou mercante revendedor	400,00	1.000,00
Quinquilharias, artigos de amarelinho, ade-	400,00	1.000,00
reços, dentifricios, perfumes e similares		
Sarrosos, espanadores, esteiras, artefatos,	600,00	1.600,00
de palha e madeira em geral		
Artigos não especificados	600,00	1.600,00

Publicado

Correio da Manhã

25.12.64

Resolução nº 1650

cria o Corpo de Bombeiros de Muni-  
cipio de Nova Iguaçu.

O Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e pro-mulgo a seguinte Resolução:—

Art. 1º — Fica criado o Corpo de Bombeiros do Município de Nova Iguaçu, constituído de todo o efetivo da Sociedade Civil Corpo de Bombeiros de Nova Iguaçu, num total de 38 (trinta e oito), constante de dois (2) capitães, um (1) 1º Tenente, 2 (dois) 2º Tenentes, dois (2) Sargentos e cinco (5) 3º Sargentos, além de oito (8) ca-



dos e dezoito (18) soldados de 1ª classe.

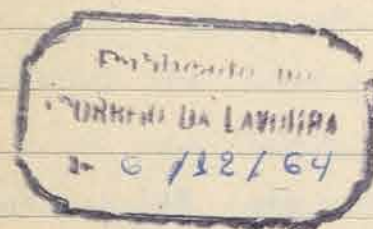
Art. 2º — Fica criada a Banda de Música do Corpo de Bombeiros do Município de Nova Iguaçu, com o efetivo de 30 (trinta) homens que serão admitidos como soldados e submetidos a prova de capacidade profissional, reatando as graduações segundo as colocações obtidas, além das exigências normais.

Art. 3º — A presente Resolução em hipótese alguma acarretará ônus para a Prefeitura, ficando o Prefeito Municipal autorizado a celebrar convênio com o Estado do Rio de Janeiro, para execução desta Resolução, nos termos dos arts. 1º, parágrafo único e 4º, da Lei 5.265 de 26 de novembro de 1963.

Art. 4º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 4 de dezembro de 1964.

(ass). — João Luiz do Nascimento —  
Prefeito



## Resolução nº 1651

"Sobre crédito suplementar e especial."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução: —

Art. 1º — Fica aberto o crédito suplementar de R\$ 270.000.000,00 (duzentos e setenta milhões de cruzeiros), às seguintes dotações orçamentárias:

Governo do Município  
— Poder Executivo

Verba 994 — sub. consignação 2...	164.692.000,00
Serviço de Expediente Geral	
Verba 021 — Consignação 3 — sub. consig 9	6.200.000,00
Divisão de Educação e Cultura	
— Inspeção de Instrução Primária	
Verba 331 — Consig 3 — sub. consig. 9	6.087.000,00
Divisão de Viação e Obras	
— Serviços de Obras Públicas	
Verba 891 — Consig 4 — sub. consig 9	13.010.000,00
Limpeza Pública	
Verba 851 — Consig 1 — sub. consig 9	30.011.000,00
Garagem e Oficina Mecânica	
Verba 693 —	20.000.000,00
Total	270.000.000,00

Art. 2º — Fica aberto o Crédito Especial, na importância de R\$ 156.351,00 (cento e cinquenta e seis mil, trezentos e cinquenta e um cruzeiros), para ocorrer ao pagamento de contas não empenhadas nos exercícios anteriores, de conformidade com o disposto no art. 116 da Lei nº 109 de 16 de fevereiro de 1948.

Art. 3º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 4



de dezembro de 1964.

(os). — João Luiz do Nascimento —  
Prefeito

### Resolução nº 1652

"Prorroga prazo para pagamento, sem multa, de todos os impostos municipais."



A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sancionando e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica prorrogado, até 30 (trinta) de dezembro do corrente ano, o prazo para pagamento, sem multa, de todos os impostos municipais, cuja anistia foi concedida pela Resolução nº 1635, de 11/11/64, publicada no Jornal da Lavoura, de 2/11/64.

Art. 2º — Fica proibido, tão logo cessem os efeitos desta Resolução, qualquer anistia de multa de mora, pelo prazo de 5 (cinco) anos.

Art. 3º — A presente Resolução produzirá efeitos a partir da data de sua aprovação (30/11/64).

Art. 4º — Revogam-se as disposições em contrário.

Assinatura Municipal de Nova Iguaçu,  
4 de dezembro de 1964.

(os). — João Luiz do Nascimento —  
Prefeito

### Resolução nº 1653

"Autoriza o Prefeito Municipal a desapropriar área de terra."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sancionando e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal de Nova Iguaçu, autorizado a desapropriar, por conta da municipalidade e a favor do Estado do Rio de Janeiro, os lotes de terreno de números 42 e 43 da Avenida Francisco Sá, em Belford-Roxo, 5º distrito deste Município, e que assim se descrevem: lote de terreno de número 42, medindo 10,00 metros de frente para a Avenida Francisco Sá, igual largura na linha dos fundos, onde dá para a travessa Dona Joaquina, por 31,00 metros pelo lado direito, onde confronta com o lote número 41, 32,00 metros pelo lado esquerdo, onde confronta com o lote 43; lote de terreno de número 43, medindo 10,00 metros de frente para a Avenida Francisco Sá, igual largura na linha dos fundos, onde dá para a travessa Dona Joaquina, por 32,00 metros pelo lado direito, onde confronta com o lote 42, objeto também desta desapropriação, 33,00 metros pelo lado esquerdo, onde confronta com o lote 44, ambos situados em Belford-Roxo, de propriedade de Noemia Reis ou Noemia Maria Quintela e seu marido Duopre Reis conforme transcrição do livro 3 B, fls. 246 número 3.112, da 2ª Circunscrição desta Comarca.

Art. 2º — A desapropriação autorizada nesta Resolução é declarada de urgência, para os efeitos do que dispõe o art. 15 do Decreto-Lei nº 3365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei Federal nº 2.186, de 11 de maio de 1956.

Art. 3º — A Divisão de Viação e Obras



da Prefeitura exhibirá a planta dos imóveis a que alude o art. 1º, para conhecimento dos interessados e demais efeitos legais.

Art. 4º — A expropriação de que trata a presente Resolução, tem por finalidade a construção da sede da Delegacia de Polícia do Distrito de Relford. Fôro.

Art. 5º — Fica o Prefeito autorizado a abrir, oportunamente, crédito especial necessário ao atendimento das despesas com a execução da presente Resolução.

Art. 6º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 10 de dezembro de 1964.

(as). — João Luiz do Nascimento.  
Prefeito

Resolução nº 1654

“Revoga a Resolução 1549, de 23 de julho de 1964, publicada no Boletim da Javara de 16 de agosto do mesmo ano.”

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e sanciona e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica revogada a Resolução nº 1549 de 23 de julho de 1964, publicada no Boletim da Javara de 16 de agosto do mesmo ano e que

desapropria, por utilidade pública lotes de terreno da estrada de Arica Branca, na localidade do mesmo nome, neste município, para a construção de estação rodoviária.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando expressamente a Resolução 1549 e disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 10 de dezembro de 1964.

(as). — João Luiz do Nascimento.  
Prefeito

Resolução nº 1655

“Autoriza assinatura de convênio com o S.P.A.S.F.”

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e sanciona e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal autorizado, tudo em vista do que dispõe o art. 2º, do Decreto nº 8.450, de 26.12.45, publicado no Diário Oficial da União de 28.12.45. — 1ª Seção, a assinar convênio com o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (S.P.A.S.F.), a fim de que, por intermédio de mencionado Instituto, recebam os servidores da Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, bem como os seus dependentes, assistência médica e hospitalar.

Art. 2º — Os servidores regidos pelas leis trabalhistas, não estarão sujeitos aos benefícios da presente Resolução.



Art. 3º — A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

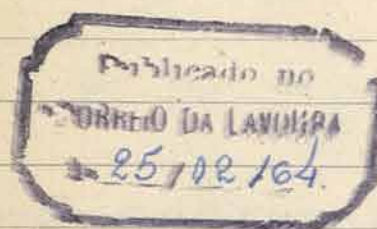
Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu,  
10 de dezembro de 1964.

(os). — João Luiz do Nascimento —  
Prefeito

Correio da Manhã,  
23.1.65

Resolução nº 1656

"Abre crédito especial para atender à desapropriação constante da Resolução nº 520/56."



A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sancionamento e promulga a seguinte resolução:

Art. 1º — Fica aberto o crédito especial, na importância de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil cruzeiros), para atender às despesas de desapropriação dos lotes de terreno números 235 (duzentos e trinta e cinco), 236 (duzentos e trinta e seis), 238 (duzentos e trinta e oito) e 239 (duzentos e trinta e nove) da rua Presidente Sodrê, nesta cidade, de acordo com a Resolução nº 520, de 6 de agosto de 1956.

Art. 2º — A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu,  
10 de dezembro de 1964.

(os). — João Luiz do Nascimento —  
Prefeito

Resolução nº 1657

"Retifica engano ocorrido na redação da Resolução nº 1293."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sancionamento e promulga a seguinte resolução:

Art. 1º — Fica retificado o engano ocorrido na redação final da Resolução nº 1293, onde consta 6.682,45 m<sup>2</sup>, quando a metragem é a de 10.909 m<sup>2</sup>.

§ Único — Ficam mantidos todos os demais termos da citada Resolução 1293.

Art. 2º — A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu,  
10 de dezembro de 1964.

(os). — João Luiz do Nascimento —  
Prefeito

Correio da Manhã,  
31.1.65



## Resolução nº 1658

"Considera oficial modelo de diploma que reconhece como de utilidade pública, as entidades que assim houver por bem considerar o Executivo Municipal."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais decreta, e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:—

Art. 1º — Fica considerado oficial, o diploma que a este acompanha, nos seus precisos termos, o qual será conferido às entidades que forem reconhecidas como de utilidade pública.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 10 de dezembro de 1964.

(os). — João Luiz do Nascimento, 1891  
Prefeito

## Resolução nº 1659

"Autoriza o Prefeito Municipal a adquirir veículos."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:—

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal autorizado a adquirir veículos para a municipalidade.

134

Art. 2º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Especial, para atender as despesas decorrentes do artigo 1º.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 10 de dezembro de 1964.

(os). — João Luiz do Nascimento —  
Prefeito.

## Resolução nº 1660

"Muda denominação de logradouro, na localidade de Vinquã."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º — Passa a denominar-se "Estrada Bento Barbosa de Carvalho", a antiga Estrada de Vinhas, situada em Vinquã, 3º distrito deste Município.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 10 de dezembro de 1964.

(os). — João Luiz do Nascimento —  
Prefeito



Resolução nº 1661

Autoriza o Prefeito Municipal a transferir ou ceder veículos.

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e sanciona e promulga a seguinte resolução:

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal autorizado a transferir ou ceder dois (2) caminhões T.N.M. — D. 11.000, tipo V-6, motor Diesel de 150 H.P., adquirido à Fábrica Nacional de Motores, conforme processo nº 11.312/64.

Art. 2º — O assessorário terá que pagar à Prefeitura, pelo menos, o quantitativo por ela dispendido com a aquisição dos aludidos caminhões, ficando com a responsabilidade de efetuar o pagamento do restante da dívida contraída pela Municipalidade.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 10 de dezembro de 1964.

(as). — João Luiz do Nascimento —  
Prefeito

Resolução nº 1662

"Fica reconhecida de utilidade pública a Associação Amigos do Florada e Idadeiras."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais decreta, e em sanciona e promulga a seguinte resolução: —

Art. 1º — Fica reconhecida de utilidade pública, a "Associação Amigos do Florada e Idadeiras, fundada em 6 de junho de 1964, com sua sede própria neste município.

Art. 2º — A presente resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 10 de dezembro de 1964.

(as). — João Luiz do Nascimento —  
Prefeito

Resolução nº 1.663

"Considera de utilidade pública a Associação dos Agentes e demais Servidores da Estação da E.F. Central do Brasil."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e sanciona e promulga a seguinte resolução:

Art. 1º — Fica considerado de utilidade pública municipal a "Associação dos Agentes e de-



mais servidores da Estação da E. F. Central do Brasil, sediada à Praça Júlia de Azevedo, 1933, 50 andares, sala 505, neste município.

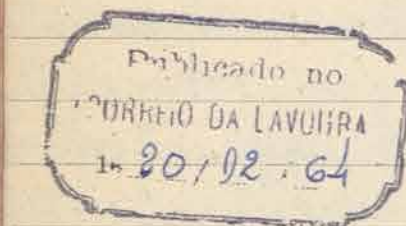
Art. 2º — A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 10 de dezembro de 1964.

(as). — João Luiz do Nascimento.  
Prefeito

### Resolução nº 1664.

"Autoriza permuta de área de terreno por construção de Escola e Posto Médico."



A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais decreta e em sanciona e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal autorizado a permutar com a Imobiliária Sander limitada as seguintes áreas, constantes da planta de loteamento "Jardim Nova Era, em Babugem, neste município, doadas a esta municipalidade, em troca da construção, por conta da referida Empresa, de dois prédios, em terreno da doadora, destinados ao funcionamento de um Posto Médico e uma unidade escolar, ambos a serem entregues com todas as instalações, móveis e utensílios, inclusive com um "Play Ground" para crianças, sem qualquer ônus para a Prefeitura.

a) — 1.980.000 m<sup>2</sup> (um mil novecentos e oitenta metros quadrados) com frente para a rua Nilton Vinoco;

b) — 16.224,00 m<sup>2</sup> (dezesseis mil duzentos e vinte e quatro metros quadrados), com frente as ruas José Benício, Carlos Afonso, Nilton Vinoco e Bela Vista;

c) — 10.940,95 m<sup>2</sup> (dez mil novecentos e quarenta metros e vinte e cinco centímetros quadrados), com frente para as ruas Jurek Benício e Lúcia Bain;

d) — 3.275,00 m<sup>2</sup> (três mil duzentos e setenta e cinco metros quadrados), com frente para a rua Sérgio Sander;

e) — 3.369,60 m<sup>2</sup> (três mil trezentos e sessenta e nove metros e sessenta centímetros quadrados), com frente para as ruas Flávia Brasil e Sérgio Sander;

f) — 5.912,60 m<sup>2</sup> (cinco mil novecentos e doze metros e sessenta centímetros quadrados), com frente para a rua Debora Fernandes.

Art. 2º — A Empresa permutante terá o prazo máximo de dez dias para a entrega à Prefeitura dos prédios e instalações referidas no Art. 1º, sob pena de revogação da presente autorização.

Parágrafo único — O prazo estabelecido neste artigo será contado da data da assinatura do instrumento de permuta.

Art. 3º — A escola, objeto da presente permuta, obedecerá a planta adotada pela Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 4º — Estado

Art. 5º — O valor das obras a serem executadas, em face da permuta, deverão corresponder ao quantum da avaliação das áreas permutadas.

Art. 6º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 10 de dezembro de 1964.

(as). — João Luiz do Nascimento.



Resolução nº 1665

"Salifica Termos de assinatura pública.

O Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sanciona e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — Salica ratificada, em todos os seus termos, a escritura pública de 4 de fevereiro de 1963, lavrada nas notas do Tabelião do 9º ofício desta Cidade, a fls. 32 do Livro 61.

Art. 2º — A escritura mencionada no artigo anterior é relativa à doação dos lotes de terrenos n. 50 e 51, da rua Irene, desmembrados de uma área de terra situada entre as Estradas das Lombucas e do Riachão, em Comendador Soares, no 1º distrito deste Município, bem como de construção, nos aludidos lotes, de um prédio para funcionamento de uma unidade escolar, em cujo instrumento figura esta Prefeitura como outorgada donatária, a Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro como outorgante doadora e Ilvoro Bonseca e outros intervenientes.

Art. 3º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 10 de dezembro de 1964.

(Ass). — João Luiz do Nascimento —  
Prefeito.

B. Linares,  
31.12.65

137

Resolução nº 1666

"Concede contribuição ao Gigante S. L., e dá outras providências.

O Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sanciona e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — É concedido ao "Gigante S. L." a título de contribuição, para as obras de sua sede e praça de esportes, a quantia de R\$ 200.000, (duzentos mil cruzeiros), a serem pagos em duodécimos, no exercício de 1965.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação e produzirá efeitos a partir do exercício de 1965.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 10 de dezembro de 1964.

(Ass). — João Luiz do Nascimento —  
Prefeito.

Resolução nº 1667

"Referenda o Decreto nº 587, de 5 de janeiro de 1965.

O Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sanciona e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — É referendado o Decreto nº

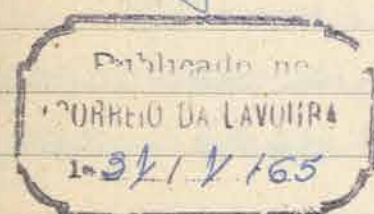


584, de 5 de Janeiro do corrente ano, que prorrogou, até 20 deste mês, o prazo previsto no art. 1º da Resolução nº 1.652, de 4 de dezembro de 1964, publicada no "Boletim da Câmara", de 6 do mesmo mês.

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu,  
28 de Janeiro de 1965.

(ass.) — João Luiz do Nascimento —  
Prefeito



### Resolução nº 1.668

"Estabelece normas e fixa despesa de custeio para manutenção do ensino médio e das outras providências."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução: —

Art. 1º — As taxas de matrícula e mensalidade dos estabelecimentos de ensino médio da Prefeitura, a que se referem os artigos 3º, da Resolução nº 1.12, de 11 de abril de 1950, passam a vigorar com os seguintes valores:

I — Taxa de matrícula anual de —  
cr\$ 1.000

II — Mensalidades:

a) — Para o curso ginasial:

1) — Primeira série de cr\$ 2.500

2) — Segunda série de cr\$ 2.500

3 — Terceira série de cr\$ 3.000

4 — Quarta série de cr\$ 3.000

b) — Para o curso colegial:

1 — Primeira série de cr\$ 3.500

2 — Segunda série de cr\$ 3.500

3 — Terceira série de cr\$ 4.000

Art. 2º — As taxas referidas no artigo 1º serão pagas na Tesouraria da Prefeitura, mediante guia expedida pela Secretaria do estabelecimento.

§ 1º — A matrícula somente poderá ser realizada com a apresentação de comprovante do pagamento da respectiva taxa.

§ 2º — Não será renovada a matrícula de aluno que estiver em atraso com as mensalidades do ano anterior.

§ 3º — O aluno não poderá participar das provas regulamentares do ano letivo, se estiver em atraso com as mensalidades vencidas.

Art. 3º — A mensalidade será devida a partir do primeiro dia do mês de matrícula e até o último dia de matrícula e até o último dia do mês de encerramento do ano letivo.

Parágrafo único — O pagamento antecipado das mensalidades sofrerá o desconto de 10% (dez por cento), se for realizado total e concomitantemente com a matrícula.

Art. 4º — Para cada série ginasial e colegial haverá dez por cento de matrículas gratuitas, inclusive as respectivas mensalidades, destinadas a carentes, digo, candidatos cujos responsáveis, ou eles próprios, não tenham, comprovadamente, condição financeira para custear os estudos.

§ 1º — A concessão das gratuidades dependerá sempre do despacho do Prefeito, a requerimento do interessado, após verificação e parecer.

138



fundamentado da Divisão de Educação e Cultura.

§ 2º — A formalidade do parágrafo anterior se exigirá, obrigatoriamente, na renovação da matrícula gratuita.

§ 3º — Omitida, em qualquer tempo, a falsidade das alegações ou provas apresentadas pelo interessado, ou das informações ou pareceres favoráveis à gratuidade concedida, far-se-á o imediato cancelamento da matrícula, encaminhando-se os responsáveis a Justiça para as sanções penais cabíveis, independentemente das penas administrativas aplicáveis ao funcionário faltoso, quando for o caso.

Art. 5º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando as disposições, digo; revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu,  
29 de Janeiro de 1965.

(as) — João Luiz do Nascimento —  
Prefeito

Resolução nº 1.669

"Dispõe sobre a gratificação adicional e dá outras providências."

João Câmara Municipal de Nova Iguaçu.

quais, por seus representantes legais, decrete e em sancionamento e promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º — O parágrafo único do artigo 142 do Estatuto dos Funcionários da Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu (Resolução nº 642 de 26 de agosto de 1952), fica revogada com a seguinte redação:

"A gratificação adicional é devida a partir do dia imediato àquele em que o servidor completar 5, 10, 15, 20, 25 e 30 anos de serviço prestado à Municipalidade, na razão, respectivamente, de 5%, 10%, 15%, 20%, 25% e 30% do valor mensal do vencimento ou salário.

Art. 2º — O disposto no artigo 142 do Estatuto dos Funcionários da Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, bem como o que estabelece o parágrafo único do mesmo artigo, não se aplica aos servidores sujeitos ao regime jurídico da consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 3º — Ficam desincorporados dos vencimentos, proventos e salários e revogados, as gratificações adicionais por tempo de serviço concedidas com base no artigo 1º da Resolução nº 112, de 1959 e nos subsequentes, que elevaram o valor dos grupos de que tratavam os artigos 4º, 5º, e 6º da Resolução nº 111, também de 1959, estes últimos revogados pela Resolução nº 1.556, de 21 de maio de 1964.

Parágrafo único — A desincorporação e revogação cogitada neste artigo, resulta da substituição do sistema de gratificação adicional de grupos, variável em face do tempo de serviço prestado à Municipalidade, pelo processo de cálculo percentual, quinzenal, adotado pelo artigo 1º da Resolução nº 1.556.

Art. 4º — Fica revogado o artigo

139



115 do Estatuto dos Funcionários da Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu (Resolução nº 642, de 26 de agosto de 1958), com a seguinte redação:

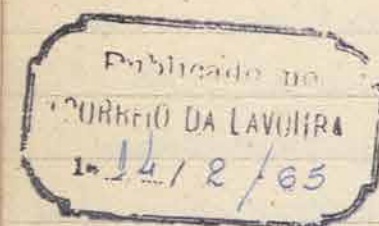
“A qualificação adicional por tempo de serviço não será, em caso algum e nem para nenhum efeito, incorporada ao vencimento, provento ou remuneração do servidor.”

ficam revogados o artigo 1º e seus parágrafos, da Resolução nº 1.556, de 21 de maio de 1964, o artigo 1º da Resolução nº 1.234, de 14 de novembro de 1962 e demais disposições em contrário.

Art. 6º — Esta Resolução entrará em vigor a partir de 1º de fevereiro do corrente ano.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 9 de fevereiro de 1965.

(Ass.) — João Luiz do Nascimento  
Prefeito



Resolução nº 1.610

“Reconhece de utilidade pública a Associação dos Moradores do Parque Rudolf, e dá outras providências.”

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sanciona

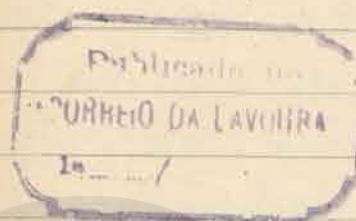
no e promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica considerado de utilidade pública a Associação dos Moradores do Parque Rudolf (A.M.P.), situado em Ufquita, 5º distrito deste município.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 9 de fevereiro de 1965.

(Ass.) — João Luiz do Nascimento  
Prefeito



Resolução nº 1.611

Regulamenta o pagamento de pensão às viúvas dos funcionários e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sanciona no e promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º — A pensão das viúvas dos funcionários municipais passa a ser fixada em R\$ 12.000 (doze mil cruzeiros) mensais.

Parágrafo único — O benefício de que trata este artigo será concedido a partir do mês seguinte ao da ocorrência do óbito do funcionário, dependendo a concessão de requerimento dirigido ao



1. Refúgio; acompanhado de certidão de casamento e de óbito do funcionário.

Art. 2º — Não terá direito à pensão o cônjuge desquitado, a que não tenha sido assegurada a percepção de alimentos, nem a mulher que se encontre na situação prevista no artigo 234 do Código Civil, ou que tenha meios próprios de subsistência.

Art. 3º — O direito a pensão cessará:

- a) se a pensionista convolar novas núpcias;
- b) se vier a participar de união concubinária;
- c) se vier a possuir meios próprios de subsistência.

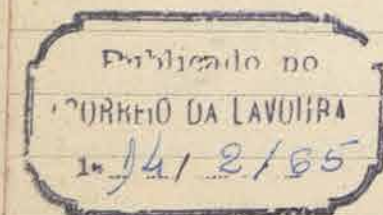
Art. 4º — Semestralmente, deverá a pensionista apresentar ao Diretor da Divisão de Administração atestado negativo das condições suspensivas expressas no artigo 3º, passado pela autoridade policial da jurisdição de seu domicílio ou por duas pessoas idôneas, à juízo do Prefeito.

Parágrafo Único — A falta de atestado semestral importará na suspensão imediata do benefício.

Art. 5º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu,  
12 de fevereiro de 1965.

(ass.) — João Luiz do Nascimento —  
Prefeito



Resolução nº 1642

"Altera artigos do Código Tributário e dá outras providências."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução: —

Art. 1º — Isenção do pagamento do imposto predial a que têm direito os servidores municipais fica limitada ao prédio residencial de sua propriedade e condicionada ao fato de encontrar-se o mesmo habitado pelo próprio servidor.

Art. 2º — A habilitação ao benefício da isenção far-se-á mediante requerimento ao Prefeito, acompanhado de atestado de residência firmado pela autoridade policial da jurisdição do domicílio do servidor.

Art. 3º — O benefício de que trata esta Resolução cessará quando o servidor deixar de residir no prédio objeto da isenção.

Art. 4º — A falsidade dos meios empregados para obter o benefício da isenção, devidamente apurada em processo administrativo, importará na aplicação das sanções previstas no Capítulo V do Título IV da Resolução nº 642, de 26 de agosto de 1958 (Estatuto dos Funcionários Municipais).

Art. 5º — O artigo 1º da Resolução nº 111, de 22 de setembro de 1959, passa a vigorar com a seguinte redação:

Os cargos de provimento em comissão (Quadro I), quando o, digo, e enquanto exercidos por servidores públicos, poderão ser transformados, temporariamente, em função qualificada, por meio de decreto executivo que fixará a respectiva gratificação, a qual não poderá exceder ao valor do padrão do cargo



transformado.

Art. 6º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu,  
12 de fevereiro de 1965.

(as) — João Luiz do Nascimento —  
Prefeito

Correio Jomana,  
20.2.65.

Resolução nº 1642.

"Folheia artigos do Código Tributário e dá outras providências."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução: —

Art. 1º — A isenção do pagamento do imposto predial a que tem direito os servidores municipais fica limitada ao prédio residencial de sua propriedade e condicionada ao fato de encontrar-se o mesmo habitado pelo próprio servidor.

Art. 2º — A habilitação ao benefício da isenção far-se-á mediante requerimento ao Prefeito, acompanhado de atestado de residência firmado pela autoridade policial da jurisdição do domicílio do servidor.

Art. 3º — O benefício de que trata esta Resolução cessará quando o servidor deixar de residir no prédio objeto da isenção.

Art. 4º — A falsidade dos meios emprega-

dos para obter o benefício da isenção, devidamente apurada em processo administrativo, importará na aplicação das sanções previstas no Capítulo I do Título IV da Resolução nº 642, de 20 de agosto de 1958 (Estatuto dos Funcionários Municipais).

Art. 5º — O artigo 1º da Resolução nº 111, de 22 de setembro de 1959, passa a vigorar com a seguinte redação: —

Os cargos de provimento em comissão (Quadro 1), quando e enquanto exercidos por servidores públicos, poderão ser transformados, temporariamente, em função gratificada por meio de decreto executivo que fixará a respectiva gratificação, a qual não poderá exceder ao valor do padrão do cargo transformado."

Art. 6º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu,  
12 de fevereiro de 1965.

(as) — João Luiz do Nascimento —  
Prefeito

C. Jomana,  
20.2.65



## Resolução nº 1.613.

"Prorroga a Resolução nº 1.601/64."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sancionamento e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica prorrogada até 30 de julho de 1965, a que trata a Resolução nº 1.601/64.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 29 de março de 1965.

(as). — João Luiz do Nascimento.  
Prefeito

6. Semana,  
3-4-65

## Resolução nº 1614.

"Muda denominação de logradouro, na localidade de Mesquita."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sancionamento e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — Para a denominar-se "Rua Wistler Watkins", a atual rua da Bachoeira, situada em Mesquita, 5º distrito deste município.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu,  
29 de março de 1965.

(as). — João Luiz do Nascimento.  
Prefeito

6. Semana,  
4-4-65.

## Resolução nº 1615

Autoriza o Prefeito Municipal a adquirir veículos para uso da Municipalidade.

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sancionamento e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal autorizado a adquirir, diretamente na fábrica produtora, três (3) Kombis Volkswagen, para os serviços da Municipalidade.

Art. 2º — Não havendo recursos nas verbas próprias do orçamento vigente, fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir necessário crédito especial, para cobrir as despesas com a aquisição dos mencionados veículos.

Art. 3º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 2 de abril de 1965.

(as). — João Luiz do Nascimento.  
Prefeito

6. Semana,  
10-4-65.



Resolução nº 1646

"Autoriza o Prefeito a locar ou comprar prédios."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e sanciona e promulga a seguinte Resolução: —

Art. 1º — Fica o Senhor Prefeito Municipal autorizado a locar ou comprar prédio em Bel. Ford. Roxo, para instalação de Posto ou Agência de arrecadação naquele distrito.

Art. 2º — Fica o Senhor Prefeito Municipal autorizado a suplementar verba para atendimento ao disposto no artigo 1º.

Art. 3º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 2 de abril de 1965.

(as). João Luiz do Nascimento.

Prefeito

b. Simana,  
10.4.65

Resolução nº 1647

"Altera a redação da Resolução nº 1504 e dá outras providências."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais decreta e sanciona

e promulga a seguinte Resolução.

Art. 1º — A Resolução nº 1504, no seu artigo 1º passa a ter a seguinte redação: Fica o Prefeito Municipal autorizado a doar ao Estado do Rio de Janeiro, para a construção e administração de uma escola, uma área de terra com 400 m<sup>2</sup>, consistida pelos lotes de números 1 (um) e 2 (dois), medindo, em conjunto, trinta metros de frente pela Estrada de Uadeveira, igual largura na linha dos fundos, confrontando com o lote número 3 (três) da referida quadra, e vinte e quatro metros de extensão da frente aos fundos, de ambos os lados, fazendo divisa a esquerda com a rua 1º de Maio e à direita com terras de propriedade de Francisco Silveira.

Parágrafo Único — Fica sem efeito o artigo 2º da referida Resolução.

Art. 2º — Fica estipulado o prazo de 2 (dois) anos ao Governo do Estado, para que satisfaça o objetivo desta Resolução, sem o que a área em questão reverterá ao patrimônio municipal.

Art. 3º — Fica revogada a Resolução nº 1318, de 8 de junho de 1963, publicada no "Boletim da Câmara", de 30 do mesmo mês e ano.

Art. 4º — A presente Resolução, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Iguaçu, 6 de abril de 1965.

(as) — João Luiz do Nascimento  
Prefeito

b. Simana,  
10.4.65.



Resolução nº 1.678

6. Semana,  
10. 4. 65.

Doa áreas de Terra a entidade esportiva "Filhos de Santa Clara S.C.", situada neste município.

O Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e sanciona e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — Doam doadas a entidade esportiva "Filhos de Santa Clara S.C.", situada neste município, duas áreas de Terra, medindo 2.800.000 m<sup>2</sup> (dois mil e oitocentos metros quadrados), situadas respectivamente, no Jardim Império e Vila Esperança, no Bairro Vila Nova, 1º distrito deste município, pertencente ao patrimônio municipal.

Art. 2º — A doação de que trata o artigo precedente, destina-se à construção da sede social da aludida entidade, dentro do prazo de cinco anos, contados a partir da data da assinatura do respectivo termo de doação.

Parágrafo único — O termo de doação será transcrito na escritura que for outorgada aos Filhos de Santa Clara S.C.

Art. 3º — No caso de não ser levada a efeito a obra a que se refere o artigo 2º, no prazo mencionado, voltarão os imóveis a integrar o patrimônio da municipalidade, que ficará desobrigada de quaisquer indenizações por benfeitorias introduzidas nas referidas áreas.

Art. 4º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu,  
6 de abril de 1965.

(as). — João Luiz do Nascimento — Prefeito

Resolução nº 1.679

"Autoriza contratação de serviços."

O Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais decorda, e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal autorizado a efetuar contrato com firmas particulares, para levar a efeito os serviços de limpeza de calos e capina de ruas, até o montante de R\$ 500.000, (quinhentos mil cruzeiros), sem abertura de concorrência pública.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu,  
6 de abril de 1965.

(as). — João Luiz do Nascimento

Prefeito

6. Semana,

10. 4. 65.

Resolução nº 1.680

"Institui o Troféu denominado 'Copa Joaquim Ramos de Lima', para ser disputado entre os clubes locais."

O Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais decorda, e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica instituído o Troféu denominado "Copa Joaquim Ramos de Lima", para a dispen-



ta do campeonato de futebol de campo, na categoria de juvenis entre os Clubes filiados à 1ª divisão da Liga Iguaçuana de Desportos.

Art. 2º — Será a posse definitiva da "Copa Lourenço Ramos de Lima", o Clube da 1ª divisão que obtiver por três (3) anos consecutivos ou cinco (5) anos alternados, o campeonato de futebol de campo juvenil.

§ 1º — O Troféu a que se refere o artigo 1º, ficará sob a guarda e responsabilidade do Clube que em cada ano levantar o título de campeão da Liga Iguaçuana de Desportos.

§ 2º — A L.D.D. invocará para si a guarda do Troféu desde quando, a seu critério, fique constatado que o Clube esportivo detentor transitório do mesmo, não esteja oferecendo suficientes garantias para o normal cumprimento dessa responsabilidade.

Art. 3º — Fica o cargo do poder competente da L.D.D., regulamentar a forma de entrega dos prêmios.

Art. 4º — Anualmente, a L.D.D., fará inscrever na "Copa Lourenço Ramos de Lima", o nome do quadro que for proclamado campeão.

Art. 5º — Fica o Poder Executivo autorizado a dispor a quantia de R\$ 50.000, (cinquenta mil cruzeiros), para aquisição do Troféu referido no artigo primeiro.

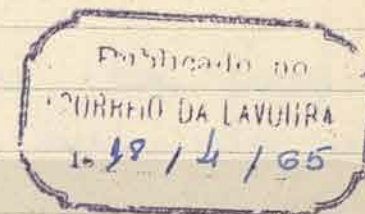
Art. 6º — As despesas decorrentes desta Resolução, correrão por conta da verba própria do orçamento vigente.

Art. 7º — A presente Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu

em, 4 de abril de 1965.

(as) — João Luiz do Nascimento —  
Prefeito



Resolução nº 1.681

"Reconhece de utilidade pública o Grupo Espírita Cristo Rei."

O Bomara, Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em promulga e sanciona a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica reconhecido de utilidade pública o "Grupo Espírita Cristo Rei", situado neste município, à rua Silvana, 262, em Ladoiro Novo, 1º distrito deste município.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 12 de abril de 1965.

(as) — João Luiz do Nascimento —  
Prefeito



Resolução nº 1.682

"Doa área de Terra ao Governo Estadual e dá outras providências."

O Câmara Municipal de Jora-Iguacu, por seus representantes legais, decreta e em sancionamento e promulga a seguinte resolução:

Art. 1º — Dica doada ao Governo Estadual, uma área de patrimônio municipal, medindo 1.200 m<sup>2</sup> (mil e duzentos metros quadrados) sendo 30,00 metros para a rua Triunfo e 10,00 metros para a rua União, no bairro Califórnia, 1º distrito deste município.

Art. 2º — A doação de que trata o artigo precedente destina-se à construção de um Grupo Escolar.

Art. 3º — A obra em questão, deverá estar concluída dentro do prazo de dois (2) anos, findos os quais, se não for levada a efeito, voltará o imóvel à integrar o patrimônio da municipalidade.

Art. 4º — A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Jora-Iguacu, 12 de abril de 1965.

(as) João Luiz do Nascimento.

Prefeito

Resolução nº 1683

"Declaração de utilidade pública e Instituto Pio Branco e dá outras providências."

O Câmara Municipal de Jora-Iguacu, por seus representantes legais, decreta e em sancionamento e promulga a seguinte resolução:

Art. 1º — Dica reconhecido de utilidade pública o "Instituto Pio Branco", situado neste município, à rua Clara de Triunfo, nº 30 no bairro Jardim da Prata, 1º distrito deste município.

Art. 2º — A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Jora-Iguacu, 12 de abril de 1965.

(as) João Luiz do Nascimento —  
Prefeito

Resolução nº 1684

"Declaração de utilidade pública e Educandário Ponte Preta."

O Câmara Municipal de Jora-Iguacu, por seus representantes legais, decreta e em sancionamento e promulga a seguinte resolução:

Art. 1º — Dica considerado de utilidade pública o "Educandário Ponte Preta", situado à Avenida Boa Viagem 222 Bairro Ponte Preta, Queimados 2º



distrito deste município.

Art. 2º — A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu,  
12 de abril de 1965.

(ass). — João Luiz do Nascimento —  
Prefeito

Resolução nº 1685

Reconhece de Utilidade Pública o  
Instituto Luso-Brasileiro. 1891

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sancionando e promulga a seguinte resolução:

Art. 1º — Fica considerado de Utilidade Pública o "Instituto Luso-Brasileiro", situado à rua do México, 236 Bairro Urupema, 1º distrito deste município.

Art. 2º — A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 12 de abril de 1965.

(ass). — João Luiz do Nascimento —  
Prefeito

Resolução nº 1686

"Reconhece de Utilidade Pública a Associação dos Amigos de Jacutinga."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sancionando e promulga a seguinte resolução:

Art. 1º — Fica considerado de Utilidade Pública a "Associação dos Amigos de Jacutinga", situada à rua Delfina Borges, s/n, neste município.

Art. 2º — A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em sentido contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 12 de abril de 1965.

(ass). — João Luiz do Nascimento —  
Prefeito

Resolução nº 1687

"Altera redação do art. 1º, da Resolução nº 1.462 de 2.12.63."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sancionando e promulga a seguinte resolução:

Art. 1º — O art. 1º da Resolução nº 1.462, de 2.12.63, publicada no "Diário da Manhã", de 4.6.64, passa a ser a seguinte redação:

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal autorizado a conceder isenção de Imposto de Transmissão de Imóveis, a adquirente 2ª (segunda) Igreja Presbiteriana-



na Independente do rio de Janeiro, dos lotes nos 492 e 501, da quadra 22, da rua Barão de Salusse, Vila Santa Verônica, em Mesquita, 5º distrito deste município.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Iora-Iguacu, 13 de abril de 1965.

(as). — João Luiz do Nascimento.  
Prefeito

Resolução nº 1.688

"Considera de utilidade pública o Centro Espírita Jesus, Maria e José."

A Câmara Municipal de Iora-Iguacu, por seus representantes legais, decreta e em sancionamento e promulga a seguinte Resolução: —

Art. 1º — Fica considerado de utilidade pública o Centro Espírita Jesus, Maria e José, com sede à rua Luiz Lima nº 1, em Iora-Iguacu, para todos os efeitos previstos em lei.

Art. 2º — A presente Resolução produzirá efeitos a partir da data de sua publicação.

Art. 3º — Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Iora-Iguacu,

15 de abril de 1965.

(as). — João Luiz do Nascimento.  
Prefeito

Resolução nº 1.689

"Reconhece de Utilidade Pública o Yacapi Esporte Clube."

A Câmara Municipal de Iora-Iguacu, por seus representantes legais, decreta e em sancionamento e promulga a seguinte Resolução: —

Art. 1º — Fica reconhecido de utilidade pública municipal o Yacapi Esporte Clube, sito na localidade de Engenheiro Pedreira, 6º distrito deste município.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Iora-Iguacu, 15 de abril de 1965.

(as). — João Luiz do Nascimento.  
Prefeito



Resolução nº 1690

"Concede isenção do pagamento do imposto de transmissão Inter-Vivos à ultra diocesana de Nova-Iguacu."

O Câmara Municipal de Nova-Iguacu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:—

Art. 1º — fica concedida isenção do pagamento do imposto de transmissão Inter-Vivos à ultra diocesana de Nova-Iguacu, na doação da área de terra que lhe faz Friederike Helena Jurgens, situada no Jardim Marapara, em Japeri, 6º distrito deste Município, constituída pelos lotes 31 e 32, plano D, localizados à rua Cinquê; e lotes 1 e 2, do plano D, da rua Carolina, com a metragem aproximada de 1.400 m².

Art. 2º — O texto desta Resolução deverá ser transcrito na escritura de doação.

Art. 3º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal, de Nova-Iguacu,  
15 de abril de 1965.

(as). — João Luiz do Nascimento  
Prefeito

6. de maio, 5.6.65

7. de maio, 13.6.65.

150

Resolução nº 1691

"Declara de utilidade pública municipal."

O Câmara Municipal de Nova-Iguacu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:—

Art. 1º — fica considerada de utilidade pública municipal a "Assistência Judiciária dos fotistas do Brasil — Sucursal de Nova-Iguacu, com sede à rua Bernardino de Melo, 1.919, 2º andar, sala 11, no 1º distrito.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova-Iguacu, 3 de junho de 1965.

(as). — João Luiz do Nascimento  
Prefeito.

Resolução nº 1692

"Declara de utilidade pública o Centro Espírita Ali de Orem e dá outras providências."

O Câmara Municipal de Nova-Iguacu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:—

Art. 1º — fica considerado de utilidade pública o Centro Espírita Ali de Orem, situado na rua Gracioso, quadra 10, lote 1, Vila Nova, Nova-Iguacu.



Art. 2º — A presente Resolução, entra-  
rá em vigor na data de sua publicação, revogadas as  
disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 3  
de junho de 1965.

(as). — João Luiz do Nascimento —  
Prefeito

### Resolução nº 1693

"Concede bonificação de 40% (quaranta por cento) aos contribuintes do imposto de Indústria e Profissões."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:

Considerando que o País atravessa séria crise econômica-financeira, motivada por restrições impostas aos setores empresariais;

Considerando que o comércio e a indústria, de um modo geral, sofrem dificuldades de toda espécie, face à diminuição do poder aquisitivo da moeda;

Considerando que a retração bancária é fato evidente, estorvando a atividade empresarial;

Considerando que o Município de Nova Iguaçu experimenta surto de inegável desenvolvimento industrial e comercial;

Considerando que cumpre aos poderes públicos amparar e incentivar a iniciativa privada, proporcionando-lhe meios e facilidades de desenvolvi-

mento;

Considerando que o desenvolvimento industrial e comercial é fator de progresso e paz social, porque cria maiores possibilidades de emprego de mão-de-obra, impedindo, consequentemente, o desemprego;

Considerando que a nova tributação adotada a partir do mês de janeiro do corrente ano provocou sério desequilíbrio orçamentário nas empresas, tendo em vista a nova política financeira nacional;

Considerando que governo, povo e classe produtoras devem estar unidos, visando o bem-estar do município e sua valorização;

Considerando que é propósito o atual governo municipal manter perfeita harmonia entre os diversos representantes da vida econômica e social do município;

Considerando, finalmente, os demais fatores supervenientes ao estabelecimento da nova tributação e a atual conjuntura nacional.

Resolve —

Art. 1º — Fica concedido, aos contribuintes do imposto de Indústria e Profissões, cujos estabelecimentos estejam sujeitos ao giro econômico, uma bonificação mensal de quarenta por cento (40%).

Parágrafo único — A bonificação de que trata este artigo só será concedida ao contribuinte que efetuar o pagamento do referido imposto na data prevista na Resolução nº 1.648, de 28 de novembro de 1964.

Art. 2º — Aos contribuintes que, no presente exercício, não tiverem efetuado, até o mês de maio, o pagamento do imposto de Indústria e Profissões, é facultada sua liquidação em seis (6) parcelas mensais e consecutivas, sem quaisquer outros ônus fiscais.

Parágrafo único — O pagamento a que se refere este artigo será efetuado juntamente com o im-

151



posto, nos dados do recolhimento deste.

Art. 3.º — O contribuinte que não se valer da bonificação a que se refere o artigo 1.º desta Resolução, ficará sujeito às penalidades previstas na legislação em vigor, perdendo, inclusive, o direito à bonificação prevista no artigo 1.º.

Art. 4.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzirá efeitos a partir do mês de junho e terá vigência até o dia 31 de dezembro do corrente ano, prorrogavelmente.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 3 de junho de 1965.

(as). — João Luiz do Nascimento —  
Prefeito

Barreiro da Luanã, 5.6.65.33

Resolução nº 1694

"Dá nova denominação a uma rua deste município."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sancionamento e promulga a seguinte Resolução:

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sancionamento e

promulga a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Para a denominar-se rua Nômia Rodrigues de Azevedo, a atual rua Eloise, no lote Quinze, 4.º Distrito deste município.

Art. 2.º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 8 de junho de 1965.

(as). — João Luiz do Nascimento —  
Prefeito

6. Semana,

19.6.65

Resolução nº 1695

"Desapropria uma faixa de terra destinada à ligação da rua Maria Mendes Beechi à Praça Manoel Duarte, em Mesquita, 5.º Distrito deste município."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sancionamento e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Fica o Prefeito Municipal autorizado a desapropriar, por utilidade pública, por conta e a favor do município de Nova Iguaçu, uma faixa de terra, com a largura de 5,10 m e a extensão de 20 ms, faixa essa integrante dos lotes nºs 3050



e 3051, da Quadra 124, com frente para a rua Maria Mendes Vecchi, em Mesquita 5º distrito deste município.

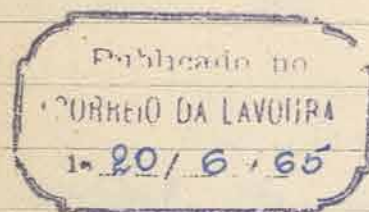
Art. 2º — A faixa de terreno de que trata o artigo precedente destina-se a abertura de uma travessa ligando a Praça Manoel Duarte a rua Maria Mendes Vecchi, em Mesquita, 5º distrito municipal.

Art. 3º — fica aberto o necessário Crédito Especial para ocorrer as despesas decorrentes da aludida desapropriação.

Art. 4º — A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu,  
7 de junho de 1965.

(as). — João Luiz do Nascimento —  
Prefeito



### Resolução nº 1696

"Concede subvenção à Associação dos Cronistas Esportivos de Nova Iguaçu."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, e eu, sanciono e promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º — fica concedida à "Associação dos Cronistas Esportivos" de Nova Iguaçu, a subvenção anual de R\$ 18.000 (quarenta e oito mil cruzeiros),

a serem pagos em duodécimos.

Art. 2º — A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos a partir do exercício de 1965.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu,  
9 de junho de 1965.

(as). — João Luiz do Nascimento —  
Prefeito

### Resolução nº 1697

"Concede subvenção anual ao Conselho Municipal de Desportos."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, e eu sanciono e promulgo a seguinte resolução: —

Art. 1º — fica concedido ao "Conselho Municipal de Desportos" a subvenção anual de R\$ 240.000 (duzentos e quarenta mil cruzeiros), a serem pagos em duodécimos.

Art. 2º — A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos a partir do exercício de 1965.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 9 de junho de 1965.

(as). — João Luiz do Nascimento —  
Prefeito



Resolução nº 1.698.

"Autoriza desapropriação de área de terra em Morro Agudo."

O Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal autorizado a desapropriar, por conta da Prefeitura, e a favor do Estado do Rio de Janeiro, uma área de terra situada à rua Luiz Silva, medindo 29 metros de frente para a referida rua; 27,80 metros na linha dos fundos; 32,30 metros do lado esquerdo e 44 metros do lado direito, confrontando-se em ambos os lados com terrenos pertencentes à Santa Casa, num total de 1.385,90 m<sup>2</sup>, de propriedade da Santa Casa.

§ 1º — O valor da desapropriação não poderá ultrapassar a quantia de R\$ 10.000 (dez mil cruzeiros).

§ 2º — A desapropriação objeto do presente artigo se destina à construção de um Grupo Escolar.

Art. 2º — A presente resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º — Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 15 de junho de 1965.

(as). — João Luiz do Nascimento —  
Prefeito

l. L. L. L.  
26.6.65

154

Resolução nº 1.699

"Modifica o padrão de vencimentos dos cargos em comissão e dá outras providências."

O Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte resolução.

Art. 1º — Os padrões de vencimentos dos cargos integrantes do Quadro 1 (Cargos em Comissão) da Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu passam a ter os seguintes valores:

CC-1 ..... R\$ 132.000

CC-2 ..... R\$ 264.000

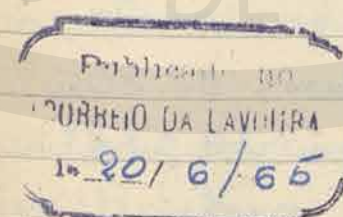
CC-4 ..... R\$ 294.000

Art. 2º — Fica o Prefeito autorizado a complementar as verbas orçamentárias no que for necessário para atender às despesas decorrentes desta resolução e do reajustamento geral a que está autorizada pela norma contida no § 1º do art. 8º da Resolução nº 441, de 1959.

Art. 3º — A presente resolução produzirá efeitos a partir do dia 1º de junho do corrente ano, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 18 de junho de 1965.

(as). João Luiz do Nascimento —  
Prefeito





Resolução nº 100

"Autoriza permuta de área de terra, com doação de outra ao Estado do Rio de Janeiro."

O Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decretou e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal autorizado a permutar uma área de terra, com 420 m<sup>2</sup> (quatrocentos e vinte metros quadrados), constituída pelos lotes de números (1) um e (2) dois, da quadra 2 (dois) pertencente à Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, por doação, conforme escritura respectiva, de 21 de junho de 1951, lavrada nas notas do Tabelião do 1º Ofício desta Comarca, à fls. 121, do livro 4/E, situada no perímetro urbano, nesta cidade, medindo, em conjunto, 30,00 m (trinta metros) de frente para a Estrada de Madureira, igual largura na linha dos fundos, onde confronta com o lote número 3 (três) da referida quadra, e 24 m (vinte e quatro metros) de extensão da frente aos fundos, de ambos os lados, fazendo divisa à esquerda, com a rua Primeiro de Maio e, à direita, com terras de propriedade de Francisco Silvestre, ou sucessores, por uma área de terra, com 436 m<sup>2</sup> (quatrocentos e trinta e seis metros quadrados), constituída pelos lotes de números 9 (nove) e 10 (dez), da quadra 2 (dois), da rua do Bauau, pertencente a Cirineia Gouveia Biscuira, conforme títulos de propriedade devidamente transcritos no Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição desta Comarca, no Livro 3 — Q.P., fls. 189, sob número de ordem 32.206, e Livro 3 — Q.D., fls. 43, sob o número de ordem 19.042, situada no perímetro urbano, nesta cidade, medindo, o primeiro lote, 13,00 (treze metros) de frente e de fundos, por 29,50 m (vinte e oito metros e cinquenta cen-

timetros) de extensão de ambos os lados, confrontando, pelo lado direito, com o lote 10 (dez), adiante descrito e objeto da permuta, pelo lado esquerdo, com o lote 8 (oito), e nos fundos com o lote 11 (onze), ambos da citada Cirineia Gouveia Biscuira, os seus sucessores, com a área de 340,50 m<sup>2</sup> (trezentos e quarenta metros e cinquenta centímetros quadrados), distante 8 metros (oito metros) do início da curva de concordância da rua Barão de Bauau, com a travessa do Bauau, à esquerda, e, o segundo lote, 8 (oito metros) de frente, 4,00 (quatro) metros em curva na confluência da rua Barão de Bauau com a travessa do Bauau, 13,00 (treze) metros nos fundos, por 22,00 (vinte e dois) metros pelo lado direito e 28,50 (vinte e oito metros e cinquenta centímetros) pelo lado esquerdo confrontando pelo lado direito com a travessa do Bauau, com a qual faz esquina, pelo esquerdo com o lote 9 (nove), antes descrito e objeto da permuta, e nos fundos com o lote 11 (onze), de Cirineia Gouveia Biscuira, ou sucessores, com a área de 365,50 m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta e cinco metros e cinquenta centímetros quadrados).

§ Único — A permuta de que se trata visa atender a conveniência dos sítios de ensino, posto que a área primariamente descrita não é de molde a satisfazer a finalidade contida no artigo 3º desta Resolução, finalidade que é atendida com vantagens pela outra área, de maior metragem e melhor situação, principalmente no que se refere à tranquilidade e segurança que se faz mister no funcionamento de unidade escolar.

Art. 2º — Fica o Prefeito Municipal autorizado a doar ao Estado do Rio de Janeiro a área de terra por último descrita quando a mesma, por força do artigo 1º desta Resolução, passar a pertencer à Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu.



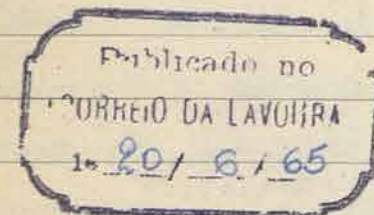
Art. 3º — A área de terra, objeto da doação, destinar-se-á, exclusivamente, a construção de uma escola, as inteiras despesas do Estado do Rio de Janeiro, devendo tal finalidade ser atendida no prazo máximo de 5 (cinco) anos, a contar da data em que se efetivar a doação.

Art. 4º — No caso de o aludido estado passar a Escola à administração municipal ou a doação não atender as suas finalidades, ou no de inexecução da obrigação relativa ao prazo previsto, ou, ainda, nas demais hipóteses previstas na legislação civil aplicável, ainda, nas demais hipóteses previstas na legislação; digo, a espécie, reverterá o imóvel ao patrimônio da municipalidade, que ficará desobrigada de indenização por quaisquer benfeitorias nele introduzidas, as quais, de imediato, passarão também a lhe pertencer, independente de qualquer formalidade.

Art. 5º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu,  
18 de junho de 1965.

(as). — João Luiz do Nascimento -  
Prefeito



156

Resolução nº 1401

"Autoriza regulamentação sobre horário de comércio."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal autorizado a estabelecer horário para funcionamento do comércio.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 18 de junho de 1965.

(as). — João Luiz do Nascimento -  
Prefeito

Resolução nº 1402

Concede isenção de pagamento de licença de construção e dá outras providências."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º — Concede isenção do pagamento de licença de construção para o imóvel a ser edificado no lote n. 3, quadra 7, da rua Pequitinhonha, em Rocha Lobinho, neste município, que se destina à instalação do "Instituto Fluminense", já reconhecido de utilidade pública através da Resolução n. 1019, de sua sede própria.



Art. 2º — Se concluída, outro destino lhe for dado, pagará o seu responsável o imposto correspondente, acrescido de multa de um salário mínimo vigente na região.

Art. 3º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Nova Iguaçu, em 8 de julho de 1965.

Geraldo Albuquerque — Presidente

Ademar Lourenço — 1º Secretário

Otávio da Silveira Andrade — 2º Secretário

Resolução nº 1103

Art. 1º — Autoriza ao Senhor Prefeito Municipal a abrir Crédito Especial, para calçamento.

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sancionamento e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir o "Crédito Especial", na importância de — R\$ 48.000.000 (quarenta e oito milhões de cruzeiros), para atender as despesas do calçamento das ruas Luiz de Almeida, Governador Portela e João Paulo Bandeira, nesta cidade.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

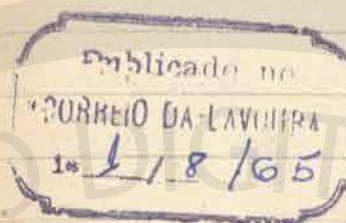
Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 13 de julho de 1965.

(as). — João Luiz do Nascimento.

Prefeito

6. Luana, 17.7.65.

Resolução nº 1104



Art. 1º — Dão área de terra à Associação dos Vereadores de Nova Iguaçu e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sancionamento e promulga a seguinte Resolução: —

Art. 1º — Fica doada à Associação dos Vereadores de Nova Iguaçu, uma área de terra situada nesta cidade, medindo 360 m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta metros quadrados), com frente para a rua Luiz de Almeida, por onde mede 12,00 m (doze metros), igual metragem nos fundos e 30,00 m (trinta metros) de ambos os lados.

Art. 2º — A área de terra objeto da doação destinar-se-á, exclusivamente, à construção da sede da aludida Associação, a qual terá o prazo de cinco anos para a sua conclusão, findos os quais, se não for esta levada a efeito, reverterá o imóvel ao patrimônio da municipalidade, que ficará desobrigada de indenização por quaisquer benfeitorias introduzidas no terreno.

Art. 3º — Para efeito do disposto no artigo anterior, a Associação dos Vereadores de Nova Iguaçu, assinará Termo de doação em que se obrigar ao cumprimento das exigências nela formuladas.

Art. 4º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 16 de julho de 1965.

(as). — João Luiz do Nascimento.

Prefeito



Resolução nº 105

"Concede subvenção anual à Sociedade de Iguaçu dos amigos de Arte e Ciências."

O Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º — fica concedida à "Sociedade dos Amigos de Arte e Ciências", de Nova Iguaçu, a subvenção anual de R\$ 48.000. (quarenta e oito mil cruzeiros) a serem pagos em duodécimos.

Art. 2º — a presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos a partir do exercício de 1965.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu,  
16 de julho de 1965.

(as). — João Luiz do Nascimento -  
Prefeito

Resolução nº 106

"Autoriza o Prefeito Municipal a fazer convênio com o Governo do Estado."

O Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º — fica o Prefeito Municipal autorizado a fazer convênio com o Governo do Estado, para proceder postação e iluminação da Rua Franca em Queimados, 2º distrito deste município.

Art. 2º — a verba decorrente com as despesas correrá por conta das cotas devidas à Municipalidade.

Art. 3º — a presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 16 de julho de 1965.

(as). — João Luiz do Nascimento -  
Prefeito.



## Resolução nº 1104

“Autoriza abertura de Crédito Suple-  
mentar, na importância de R\$ 4.306.000.000  
(quatro bilhões, trezentos e sessenta e seis mil-  
hões de cruzeiros).

fo Câmara Municipal de Nova Iguaçu,  
por seus representantes legais, lida e em sessão e pro-  
mulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — Lida o Prefeito Municipal, auto-  
rizado a suplementar as dotações orçamentárias, como  
abaixo se discrimina:

### Câmara Municipal

01.3.1.1.1 — Pessoal Civil	Ord 65.000.000
Governo do Município	
03.3.1.1.1 — Pessoal Civil	Ord 20.000.000
3.1.4.0 — Encargos Diversos	Ord 10.000.000
Divisão de Administração	
00.3.1.1.1.1 — Pessoal Civil	Ord 20.000.000
3.1.2.0 — Material de Consumo	Ord 5.000.000
4.1.3.0 — Equipamentos e Instalações	Ord 2.000.000
Divisão de Fazenda	
09.3.1.1.1 — Pessoal Civil	Ord 6.000.000
3.1.2.0 — Material de Consumo	Ord 4.000.000
3.1.4.0 — Encargos Diversos	Ord 30.000.000
3.1.5.0 — Despesas de Exercícios Anteriores	Ord 10.000.000
3.2.3.0 — Luatios	Ord 20.000.000
3.2.4.0 — Pensionistas	Ord 5.000.000
3.2.5.0 — Salário-família	Ord 15.000.000
3.2.8.0 — Contribuição para Previdên- cia Social	Ord 30.000.000
4.1.3.0 — Equipamentos e Instalações	Ord 30.000.000
Divisão de Educação e Cultura	
62.3.1.1.1 — Pessoal Civil	Ord 30.000.000
62.3.1.1.1 — Pessoal Civil	Ord 10.000.000

3.1.2.0 — Material de Consumo	Ord 2.000.000
Divisão de Viação e Obras	
00.3.1.1.1 — Pessoal Civil	Ord 15.000.000
92.3.1.1.1 — Pessoal Civil	Ord 25.000.000
3.1.2.0 — Material de Consumo	Ord 1.000.000
93.3.1.1.1 — Pessoal Civil	Ord 14.000.000
3.1.2.0 — Material de Consumo	Ord 3.000.000
94.3.1.1.1 — Pessoal Civil	Ord 30.000.000
3.1.2.0 — Material de Consumo	Ord 1.000.000
3.1.4.0 — Encargos Diversos	Ord 10.000.000
4.1.1.3 — Prossuqimento e Conclusão de Obras	Ord 100.000.000
42.3.1.1.1 — Pessoal Civil	Ord 10.000.000
3.1.2.0 — Material de Consumo	Ord 10.000.000
3.1.3.0 — Serviços de Terceiros	Ord 5.000.000
4.1.1.3 — Prossuqimento e Conclusão de Obras	Ord 10.000.000
99.3.1.1.1 — Pessoal Civil	Ord 90.000.000
3.1.2.0 — Material de Consumo	Ord 30.000.000
4.1.1.2 — Início de Obras	Ord 20.000.000
4.1.1.3 — Prossuqimento e Conclusão de Obras	Ord 250.000.000
59.3.1.1.1 — Pessoal Civil	Ord 35.000.000
3.1.2.0 — Material de Consumo	Ord 10.000.000
3.1.3.0 — Serviços de Terceiros	Ord 3.000.000
Divisão Geral de Fndas	
09.3.1.1.1 — Pessoal Civil	Ord 15.000.000
3.1.2.0 — Material de Consumo	Ord 30.000.000
4.1.4.0 — Material Permanente	Ord 5.000.000
Procuradoria Municipal	
09.3.1.1.1 — Pessoal Civil	Ord 10.000.000
Fomento	
29.3.1.1.1 — Pessoal Civil	Ord 20.000.000
Saúde Pública	
19.3.1.1.1 — Pessoal Civil	Ord 30.000.000

159



3.2.2.4. Empresas Privadas

Até 60.000.000

Total

1.366.000.000

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 21 de julho de 1965.

(as) — João Luiz do Nascimento —  
Prefeito

C. Semana,  
24.7.65.

Resolução nº 1408

Estende até 31 de dezembro do corrente ano o que estabeleceu o art. 1º da Resolução nº 1643/65.

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução.

Art. 1º — Se estende até 31 de dezembro deste ano, o que estabeleceu o art. 1º, da Resolução nº 1.643/65.

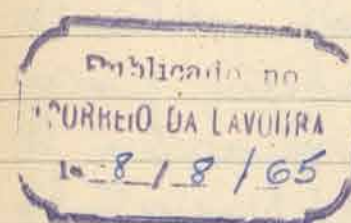
Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 24 de julho de 1965.

(as) — João Luiz do Nascimento —  
Prefeito

Resolução nº 1409

Autoriza o Prefeito a doar área de terra ao Estado do Rio de Janeiro, para construção de um Ginásio Industrial.



A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica o Prefeito do município autorizado a doar ao Estado do Rio de Janeiro, uma área de terra com 3.345,84 m², com frente para a avenida São Paulo e para a Praça Porto Alegre, em Mesquita, 5º distrito deste município, na "Serra Santa Virgínia".

Art. 2º — A área de terra acima referida, tem as características constantes da planta de modificação aprovada pelo processo nº 13.999/65.

Art. 3º — A área de terra a ser doada, se destina à construção de um Ginásio Industrial pelo Estado do Rio de Janeiro.

Art. 4º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 5 de agosto de 1965.

(as) — João Luiz do Nascimento —  
Prefeito



Resolução nº 1710

"Autoriza instalação de 4 postes e respectiva ligação, na rua Amine, neste município."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sancionamento e promulga a seguinte resolução.

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal autorizando a proceder a instalação de 4 (quatro) postes, para iluminação pública, procedendo, bem como, a sua respectiva ligação, na rua Amine, situada no 1º distrito deste município.

Art. 2º — As despesas de execução desta resolução correrá a conta da verba própria do orçamento em vigor.

Art. 3º — A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Iguaçu, 1 de agosto de 1965.

(as). — João Luiz do Nascimento —  
Prefeito

Resolução nº 1711

"Concede sepultura perpétua."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sancionamento e promulga a seguinte resolução.

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder sepultura perpétua às abrigadas do Ior de Jesus, no Cemitério do 1º distrito.

Art. 2º — Na sepultura que se refere o art. 1º encontram-se os restos mortais da menor Sonia Maria de Freitas, falecida em 13 de abril do corrente, abrigada do Ior de Jesus.

Art. 3º — A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º — Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Iguaçu, 1 de agosto de 1965.

(as). João Luiz do Nascimento —  
Prefeito



Resolução nº 1.112

Autoriza construção de Boxes para venda de pescado em "Mesquita".

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sanciona e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal autorizado a construir "boxes" para venda de pescado na Estrada Feliciano Sodré, a 80 ms da escada da Estação Ferroviária em "Mesquita", e na Estação de Juscelino Kubstchek, em frente à saída da estação, no local denominado Tabo de Itacu.

Parágrafo Único — Os referidos boxes deverão fazer os mesmos requisitos de higiene, sendo azulejados nas partes internas e externas, e tendo bastante água corrente.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 4 de agosto de 1965.

(as) — José Luiz do Nascimento.  
Prefeito

Resolução nº 1.113

Autoriza manilhamento de ruas situadas em Faria Branca, neste Município.

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sanciona e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal autorizado a instalar manilhas, para rede de esgotos, nas ruas José Carlos, Estrada Mineira, Barros Gonçalves e Pibalta, situadas em Faria Branca, 5º distrito deste Município.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 4 de agosto de 1965.

(as) — José Luiz do Nascimento.  
Prefeito.

Resolução nº 1.114

Doa área de terra ao Estado do Rio de Janeiro para construção de Grupo Escolar.

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sanciona e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal de Nova Iguaçu autorizado a doar, ao Estado do Rio de Janeiro, para a construção de um Grupo Escolar, por conta do Estado, uma área de terra, de propriedade



de da Prefeitura de Nova-Iguacu, situada em Omeimados, 2º distrito deste município, Parque São Francisco, conforme escritura de 1º de julho de 1964, lavrada no Cartório do 2º Ofício desta Comarca, livro 124, fls. 57, e que assim se descreve: área de terra com 2.160,00 m<sup>2</sup>, desmembrada da área de maior porção pertencente à Prefeitura, medindo 48,00 m de frente para a rua Santa Elzabeta, 9,42 ms. na curva de concordância formada com a Travessa São José; 30,00 ms. pela Travessa São José, pelo lado direito; 9,42 ms na curva de concordância formada com a Travessa Santa Anna; 30,00 ms pela Travessa Santa Anna, pelo lado esquerdo; 60,00 ms. pelos fundos, onde confronta com a área remanescente de propriedade da Prefeitura municipal de Nova-Iguacu.

Art. 2º — A área descrita no artigo precedente reverterá ao patrimônio municipal, caso não seja iniciada a construção do Grupo Escolar no prazo de três (3) anos.

Art. 3º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura municipal de Nova-Iguacu,  
4 de agosto de 1965.

(as). João Luiz do Nascimento.  
Prefeito

Resolução nº 1415

"autoriza permuta de área de terra e dá outras providências."

O Câmara municipal de Nova-Iguacu, por seus representantes legais, decreta e sanciona e promulga a seguinte Resolução.

Art. 1º — Fica o Prefeito municipal autorizado a permutar a área de terra pertencente à Prefeitura, localizada no loteamento denominado Jardim Dona Antônia, em Justim, 1º distrito deste município, por outra localizada no mesmo loteamento que melhor se adapte à construção de uma escola.

Art. 2º — Fica a permuta, fica o melhor Prefeito autorizado a doar a nova área ao Governo do Estado.

Art. 3º — A doação se destinará à construção, pelo Estado, em convênio com a Prefeitura, de uma unidade escolar.

Art. 4º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura municipal de Nova-Iguacu, 4 de agosto de 1965.

(as). — João Luiz do Nascimento —  
Prefeito



### Resolução nº 116

"Dá nova denominação a logradouro público."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º — Passa a denominar-se Professora Ernestina V. Hauguerin, a atual Rua Góitacazes, no 4º distrito deste município.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 4 de agosto de 1965.

(as). — João Luiz do Nascimento  
Prefeito.

### Resolução nº 117

"Autoriza calçamento e dá outras providências."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal autorizado a proceder ao calçamento da Rua Barros Gonçalves, partindo da Estrada Mineira, no 4º distrito deste município.

184

Art. 2º — As despesas decorrentes da presente Resolução correrão por conta da verba própria.

Art. 3º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 4 de agosto de 1965.

(as). — João Luiz do Nascimento  
Prefeito.

### Resolução nº 118

"Autoriza convênio com o Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal autorizado a celebrar convênio com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Minas e Energia Elétrica, para a instalação de iluminação a vapor de mercúrio, nas Praças e principais ruas do centro da cidade de Nova Iguaçu.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 5 de agosto de 1965.

(as). — João Luiz do Nascimento  
Prefeito.



Resolução nº 1119

"Doa área de terra da municipalidade ao Esporte Clube Villa São Luiz, no 1º distrito."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal autorizado a doar uma área de terra da municipalidade ao Esporte Clube Villa São Luiz, no 1º distrito, com as seguintes dimensões: 97 metros pela rua dos Padres; 116 metros pela rua dos Agremiadores e 158 metros pela Av. do Galão, conforme croqui anexo.

Art. 2º — O referido Clube foi reconhecido de utilidade pública pela Resolução nº 1081, publicada no Correio da Manhã, em 29/4/62, e junta ao presente cópia de seu Estatuto.

Art. 3º — A área acima citada, destinar-se-á a construção da praça de esportes do aludido Clube.

Art. 4º — Se, dentro do prazo de cinco (5) anos, não for construída, na área a ser doada, a mesma retornará ao patrimônio municipal.

Art. 5º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 4 de agosto de 1965.

(Ass.) — João Luiz do Nascimento  
Prefeito

Resolução nº 1120

"Concede isenção de todos os tributos e taxas à Congregação Santa Isabel, quanto ao imóvel de sua propriedade, sito em Heliópolis, neste município."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica isenta de todos os tributos e taxas municipais, a Congregação Santa Isabel, com sede à rua Mariz e Barros, nº 612, no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, quanto ao imóvel de sua propriedade, sede do Colégio São Judas Tadeu, orphanato para meninas situado em Heliópolis, 4º distrito deste município, e constante de um terreno medindo 60,00 m de frente a Av. Guarani, igual largura na linha dos fundos, confinando com a rua Tamoio, por 100,00 m de extensão da frente aos fundos e de ambos os lados, confrontando, pela direita, com imóvel de João Uribe, pela esquerda, com imóvel de Ernesto Sales Cunha, distante, aproximadamente, 40,00 m da esquina da Avenida Timorís, lado ímpar, e todas as benfeitorias nele introduzidas, representadas, no momento, por três (3) prédios, dos quais, o maior, de um andar, com sobrado na parte posterior, e os dois outros, o primeiro de sala, três quartos e demais dependências e o segundo, ao lado, com dois quartos, sala e dependências, e, ao fundo, uma meia-lua (sala, banheiro e mais benfeitorias).

Art. 2º — A isenção é concedida por destinar-se o imóvel a obras de assistência social.

Art. 3º — Ficará revogada a isenção concedida por força da presente Resolução.

a) — Se o imóvel descrito for utilizado



para fins diferentes dos estabelecidos no artigo anterior.

b) — Se o imóvel for, total ou parcialmente, alienado a qualquer título.

Art. 4º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 4 de agosto de 1965.

(as) — João Luiz do Nascimento — Prefeito

Resolução nº 121

"Declara de utilidade pública a venda Espírita Pai Fula."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e promulga a seguinte Resolução: —

Art. 1º — Fica reconhecida de utilidade pública a venda Espírita Pai Fula, situada neste município.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu

em, 5 de agosto de 1965.

(as) — João Luiz do Nascimento — Prefeito

Resolução nº 122

"Isenta do imposto 'Inter-Vivos' a Sociedade Patrimonial."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e promulga a seguinte Resolução: —

Art. 1º — Fica a Sociedade Patrimonial Catista, com sede em Mesquita, Município de Nova Iguaçu, isenta do pagamento do imposto de transmissão de propriedade inter-vivos, na aquisição que fez do lote nº 80 da quadra 8, situado na Rua Pio Grande do Sul, adquirido de Manoel Castilho e sua mulher.

Art. 2º — A presente isenção é concedida, por se destinar o terreno adquirido à construção de um prédio para prestar cultos, assistência religiosa, educacional e evangélica.

Art. 3º — Cobrar-se-á em dobro o tributo se o terreno adquirido tiver fins diferentes ao estabelecido na presente lei, ou se for em todo ou em parte alienado a qualquer título.

Art. 4º — É obrigatória a transcrição literal do texto desta Lei em todos os atos e transmissões por ela beneficiados.



Art. 5º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 5 de agosto de 1965.

(as). — João Luiz do Nascimento  
Prefeito

### Resolução nº 1123

"Muda denominação de logradouro público."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sancionamento e promulga a seguinte resolução:

Art. 1º — Passa a denominar-se Rua Senadora Carmelita Brasil, a atual Rua Jacob, em Mesquita, 5º distrito deste município.

Art. 2º — A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 5 de agosto de 1965.

(as). — João Luiz do Nascimento

### Resolução nº 1124

"Concede perpetuidade à sepultura."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sancionamento e promulga a seguinte resolução:

Art. 1º — Fica concedida perpetuidade à sepultura do cadáver do senhor Basílio Meirelles, no cemitério de Bedford-Box.

Art. 2º — O artigo 1º da presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 5 de agosto de 1965.

(as). — João Luiz do Nascimento  
Prefeito

### Resolução nº 1125

"Autoriza a re-qualificação da escritura de doação que menciona, e dá outras providências."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sancionamento e promulga a seguinte resolução:

Art. 1º — Fica o Prefeito autorizado a re-qualificar a cláusula décima da escritura de doação feita pela Companhia Materiais de Construção à esta Municipalidade, lavrada a fls. 59 v do livro 20 C do



do Cartório do 8º Ofício desta Comarca, que passará a ser a seguinte redação:

Cláusula Vítima — 165 (cento e sessenta e cinco) metros de frente para a fincada Baronesa de Mesquita, com igual largura na linha dos fundos, onde limita com terreno da outorgante, por 62,50 m (sessenta e dois metros e cinquenta centímetros) de extensão, da frente aos fundos, em ambos os lados, confinando, à direita, com a rua Paulo, e, à esquerda, com a rua Paul, com a superfície de 10.312,50 m².

Art. 2º — É ratificação de que trata o artigo 1º ficará condicionada à execução e entrega, por parte da Companhia Matéria de Construção em sua suassora, e sem qualquer ônus para a Municipalidade, das obras de urbanização e embelezamento da área doada, bem como se obriga ainda a aludida Companhia, a doar à Municipalidade, outra área, de sua propriedade, com a superfície de 1.000 m² (mil metros quadrados), com frente para a Praça a ser construída.

Parágrafo Único — Para garantia da realização das obras e subsequente labratura da respectiva escritura de re-ratificação da área doada, será firmado um termo de compromisso, entre a Empresa lotadora e a Municipalidade, em que deverão constar, especificadamente, as obras projetadas e os materiais a serem empregados, bem assim as cláusulas condicionais da fiscalização e vistoria pela Prefeitura e do prazo fixado para a conclusão das referidas obras.

Art. 3º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova-

Iguacu, 6 de agosto de 1965.  
(as). — João Luiz do Nascimento.  
Prefeito

Resolução nº 126

"Concede perpetuidade à sepultura do Sr. Benjamim Pinto Dias."

O Câmara Municipal de Nova-Iguacu, por seus representantes legais, deuta e em sancionamento e promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º — É concedida, no cemitério de Belford-Rosso, perpetuidade à sepultura onde se encontram inumados os restos mortais do Sr. Benjamim Pinto Dias.

Art. 2º — É concessão a que se refere o artigo 1º resta a aludida sepultura do pagamento de quaisquer emolumentos municipais, vetado.

Art. 3º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova-Iguacu, 6 de agosto de 1965.

(as). — João Luiz do Nascimento  
Prefeito



Resolução nº 1427

"Doa área de terra ao governo do Estado e dá outras providências."

O Câmara Municipal de Nova-Iguacu, por seus representantes legais, decreta e em sanção e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica doada ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, a área de terra medindo 2.267 m<sup>2</sup>, situada no bairro do Imperador, com frente para as ruas Carlos Hart, família Rodrigues e dos Capuinhos, no 1º distrito deste município.

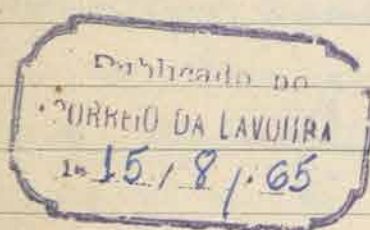
Art. 2º — A doação de que trata o artigo precedente destina-se à construção de um Grupo Escolar.

Art. 3º — Retado

Art. 4º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova-Iguacu, 6 de agosto de 1965.

(as) — João Luiz do Nascimento.  
Prefeito



169

Resolução nº 1428

"Fica considerado de Utilidade Pública e isento de impostos o Centro Espírita Trabalhadores de Israel."

O Câmara Municipal de Nova-Iguacu, por seus representantes legais decreta e em sua defesa promulga, na conformidade da Lei, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica considerado de utilidade pública e isento de impostos o Centro Espírita "Trabalhadores de Israel", situado à rua Engenheiro Rosa, nº 183 em Jundade de Traípe, 1º distrito.

Art. 2º — A presente Resolução, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Nova-Iguacu, 6 de agosto de 1965.

(as) Geraldo Miquelotti — Presidente  
Ricard Iguiar — 1º Secretário  
Octávio da Silveira Jundade — 2º Secretário

ARQUIVO DE PLANTAS



As Resoluções números, 1129, 1130, 1131, foram pedidas pela Câmara e não utilizadas.

(as). Maria Mansueta

### Resolução nº 1132.

"Dôa área de terra ao Serviço de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência (Saudu), e dá outras providências."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sancionando e promulga a seguinte Resolução:—

Art. 1º — Dêa o Prefeito Municipal autorizado a doar ao Serviço de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência (Saudu), órgão do Ministério do Trabalho, área de terra, a ser demonstrada de outra de maior porção, desapropriada pela Prefeitura, medindo 30,00 m<sup>2</sup> de frente para a rua Luiz de Lima, igual largura na linha dos fundos, onde confronta com terreno desapropriado pela Prefeitura, com 86,00 m<sup>2</sup> pelo lado direito, onde confronta com Joaquim Paz Martins ou sucessores, 86 m<sup>2</sup>, pelo lado esquerdo, onde confronta ainda com área desapropriada pela Municipalidade, com a superfície de 2.580 m<sup>2</sup>, área essa, objeto desta autorização, a ser demonstrada de outra de maior porção pertencente à Municipalidade, em razão de desapropria-

ção judicial.

§ Único — A área a que se refere o art. 1º desta Resolução, destinar-se-á, exclusivamente, à construção, pelo S.A.M.D.U., de dependências para instalação do Posto Médico para atendimento aos municípios.

Art. 2º — A área em questão reverterá ao patrimônio municipal, no caso de as obras não serem iniciadas no prazo de três (3) anos e concluídas no de cinco (5) anos, a contar da data da assinatura da escritura de doação, sem que assista ao órgão beneficiado qualquer direito a indenização ou retenção pelas benfeitorias.

Art. 3º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 10 de agosto de 1965.

(as). — João Luiz do Nascimento. Prefeito

Jo. Lavoura,

15.8.65

1170



Resolução nº 1.733.

"Reconhece de Utilidade Pública e dá outras providências."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução: —

Art. 1º — Fica reconhecida de Utilidade Pública a "Associação dos Juízes do Bairro Boa Esperança" situada à favela Antônio Leme, Quadra 9, lote 9, neste município.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 11 de agosto de 1965.

(as) — João Luiz do Nascimento.

Prefeito

6. Semana,  
4.9.65

Resolução nº 1.734

"Autoriza a doação de área de terra à Igreja Assembleia de Deus de Mesquita, 5º distrito e dá outras providências."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu,

por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal autorizado a doar à Igreja Assembleia de Deus, de Mesquita, 5º distrito, uma área de terra, pertencente à municipalidade, na esquina da rua Marcos com Oscar Gueno, em Ganko de Irira, medindo 820 m².

Art. 2º — Destina-se a presente doação à construção de um Patronato de menores.

Art. 3º — A obra em questão deverá estar concluída dentro do prazo de dois (2) anos, findos os quais, se não for levada a efeito, voltará o imóvel a integrar o patrimônio da municipalidade.

Art. 4º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 11 de agosto de 1965.

(as) — João Luiz do Nascimento.

Prefeito

6. Semana.

28.8.65



Resolução nº 1735

"Autoriza a revisão de proventos de inativos e dá outras providências."

O Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sancionou e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — O fim de dar cumprimento ao disposto no artigo 188, da Resolução nº 642, de 26 de agosto de 1958, fica o Prefeito autorizado a rever os proventos do pessoal Inativo, aposentado em data anterior à vigência da Resolução nº 771, de 22 de setembro de 1959, tomando-se por base, para essa revisão, o valor atual do padrão em que foram reestruturados os cargos ou funções idênticas ao ocupado pelo Inativo à época de sua aposentadoria.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu,  
9 de agosto de 1965.

(as) — João Luiz do Nascimento.

Prefeito

Resolução nº 1736

6. Sumara,  
21.8.65.

"Dá área de Terra à ultra diocesana de Nova Iguaçu e dá outras providências."

O Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sancionou e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica doada à ultra diocesana de Nova Iguaçu, uma área de Terra, do patrimônio municipal, medindo 363,50 m<sup>2</sup>, de forma irregular, situada no Bairro São Jorge, em Nova Iguaçu, com as seguintes características e confrontações: 20,00 ms, pelo alinhamento da rua D. Jua; 6,28 ms na curva de concordância desta rua com a rua Bocaiuva; 5,20 ms, na curva de concordância desta rua com a rua Alberto Cocozza; 20,00 ms, pela rua Alberto Cocozza; 6,21 ms na curva de concordância desta rua com a rua Dr. Valente; 11,00 ms, pela rua Dr. Valente e finalmente 5,20 ms na curva de concordância desta rua com a rua D. Ana.

§ único — A área supra descrita destina-se à construção de uma igreja e uma escola.

Art. 2º — O entidade beneficiada terá o prazo de dois anos para concluir as obras aludidas, findos os quais, se não tiver sido levada a efeito voltará o imóvel a integrar o patrimônio municipal, que ficará desobrigado de quaisquer indenizações por benfeitorias introduzidas no terreno.

Art. 3º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 13 de agosto de 1965.

(as) — João Luiz do Nascimento. Prefeito



### Resolução nº 1737

"Autoriza o Prefeito Municipal a proceder a iluminação da ponte na Jo. Olímpia Silva, em Duicimados, 2º distrito."

Jo Câmara Municipal de Nova Iguaçu, em, por seus representantes legais, decorda e em sancio-  
ão e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — Tica o Prefeito Municipal auto-  
rizado a proceder a iluminação na ponte em cons-  
trução, na Jornada Olímpia Silva, em Duicimados,  
2º distrito deste município.

Art. 2º — As despesas decorrentes do ar-  
tigo anterior correrão por conta da verba própria.

Art. 3º — A presente Resolução entrará  
em vigor na data de sua publicação, revogadas  
as disposições em contrário.

Nova Iguaçu, 13 de agosto de 1965.  
(as). — João Luiz do Nascimento.

### Resolução nº 1738

"Passa para o padrão EE-2, o cargo  
de "Chefe do Serviço de Estradas de Toda-  
guas."

Jo Câmara Municipal de Nova Iguaçu  
em, por seus representantes legais decorda e em sancio-  
ão e promulga a seguinte Resolução:—

Art. 1º — O cargo de Chefe do Serviço

de Estradas de Todagens, do Quadro 1 — Barges em  
comissão; passa a ser 6 padrão EE-2.

Art. 2º — A presente Resolução entrará  
em vigor na data de sua publicação, revogadas as dis-  
posições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu,  
13 de agosto de 1965.  
(as). — João Luiz do Nascimento.  
Prefeito

### Resolução nº 1739

"Considera de Utilidade Pública a Associação  
Educativa Evangélica de  
Mesquita (A. E. E. E.)."

Jo Câmara Municipal de Nova Iguaçu,  
por seus representantes legais, decorda e em sancio-  
ão e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — Tica considerada de utilidade  
pública a Associação Educativa Evangélica de Mes-  
quita (A. E. E. E.), situada na rua Florianoópolis, em Mes-  
quita, 5º distrito deste município.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em  
vigor na data de sua publicação, revogadas as  
disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 13  
de agosto de 1965.  
(as). — João Luiz do Nascimento —  
Prefeito  
6. Sumara, 16.10.65.



Resolução nº 140

"Autoriza o Senhor Prefeito a mandar confeccionar cavala para uso nos cemitérios."

A Câmara Municipal de Iporá-Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sancionamento e promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º — Fica o Senhor Prefeito Municipal autorizado a mandar construir cavitas para o transporte de corpos, nos principais cemitérios do município de Iporá-Iguaçu.

Art. 2º — A presente resolução produzirá seus efeitos a partir da data de sua publicação.

Art. 3º — Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Iporá-Iguaçu, 13 de agosto de 1965.

(as). — João Luiz do Nascimento.  
Prefeito

Resolução nº 141

"Autoriza o Senhor Prefeito a doar uma área de terra ao Ginásio Recreativo Real de Iguaçu."

A Câmara Municipal de Iporá-Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em san-

cionamento e promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º — Fica o Senhor Prefeito Municipal autorizado a doar de acordo com a Lei vigente, ao Ginásio Recreativo Real de Iguaçu, entidade de utilidade pública, uma faixa de terra medindo 29,50 metros de frente para a rua Professor Paris, igual largura na linha dos fundos 48,00 metros de fundos os lados, confrontando-se do lado com terreno pertencente ao Ginásio Monteiro Sobato e do lado esquerdo com terreno de propriedade da Bight, com a área total de 1.416,00 m<sup>2</sup>.

Art. 2º — A doação de que trata o artigo anterior tem como finalidade a construção da sede própria da entidade, que deverá servir para uma escola, quadra de basquete e play-ground.

Art. 3º — Se, dentro do prazo de cinco (5) anos não for utilizada a área de acordo com o que preceitua o artigo anterior, voltaria, digo, volta-  
rá o imóvel a pertencer a municipalidade sem que a mesma tenha que efetuar qualquer pagamento pelas benfeitorias nela introduzidas.

Art. 4º — A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Iporá-Iguaçu, 13 de agosto de 1965.

(as). — João Luiz do Nascimento.  
Prefeito

6. Lavouza,  
29.8.65.

174



Resolução nº 142

"Concede perpetuidade à sepultura."

A Câmara Municipal de Uva-Ituaçu, por seus representantes legais, decreta e em sancionamento e promulga a seguinte resolução:

Art. 1º — Fica concedida perpetuidade à sepultura nº 204, da quadra 8, do cemitério desta cidade, onde se encontram inumados os restos mortais do ex-servidor da Prefeitura Municipal Cezário Marciano Vilho.

Art. 2º — Fica revogado o que se refere o artigo precedente, isenta do pagamento de quaisquer emolumentos municipais que recaiam sobre a sepultura.

Art. 3º — A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Uva-Ituaçu, 13 de agosto de 1965.  
(as). — João Luiz do Nascimento. —  
Prefeito

175

Resolução nº 143

"Dando denominação e nova denominação a logradouros públicos em Japeri."

A Câmara Municipal de Uva-Ituaçu, por seus representantes legais, decreta e em sancionamento e promulga a seguinte resolução:

Art. 1º — Passa a denominar-se Rua Deputado José Baddad, o trecho compreendido entre as Ruas Sebastião Lacerda e Bacião, (Velado).

Art. 2º — A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Uva-Ituaçu, 17 de agosto de 1965.

(as). — João Luiz do Nascimento. —  
Prefeito.

6. Jernana,  
23-10-65.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM  
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR DE UFRJ

Resolução nº 144

"Autoriza doação de área de terra situada em Uva-Ituaçu ao Centro Pró-Melhoramentos de Presidente Juscelino, complementando a já doada através da Res. 1207/62."

A Câmara Municipal de Uva-Ituaçu, por seus representantes legais decreta e sua



Esta promulga na conformidade da Lei a seguinte  
Resolução: —

Art. 1º — Doa ao Centro Pro. Velho-ramentos de Presidente Juscelino, entidade com sede neste Município, a área remanescente situada em Resquita, 5º distrito deste Município, medindo 1.453,88 m<sup>2</sup>, de forma irregular, com frente para a rua Pracaçu, a qual anteriormente se integrava àquela doada à a- ludida entidade, através da Resolução nº 1.207, de 6 de agosto de 1962, publicada no Diário da Manhã de 29/9/1962.

Art. 2º — Destina-se a presente doa-ção possibilitar maiores amplitude à construção que está sendo levada a efeito e que se destina, inclusive, à instalação de uma escola primária, como determina o art. 2º da mencionada Resolução 1.207.

Art. 3º — Para o efeito do artigo prece- dente, a entidade beneficiada deverá assinar Termo de compromisso em que se obrigue ao cumprimento das exigências que lhe forem formuladas.

Art. 4º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Jora-Iguacu, 25 de agosto de 1965.

(as). — Gerardo Nogueira — Presidente  
Ricard Aguiar — 1º Secretário  
Octávio da Silveira Judrade —  
2º Secretário.

l. Javara, 29.8.65.

176

Resolução nº 1.445

"Este, por empréstimo, uma área de terra, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Jora-Iguacu, por seus representantes legais, direta e em sancionário e promulga a seguinte Resolução: —

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal auto- rizado a ceder, por empréstimo, à título gratuito, por prazo indeterminado, e sob condições, ao Conselho Munici- pal de Desportos e a Liga Iguaçuana de Despor- tos, uma área de terra, do patrimônio municipal, localizada à rua Paulo de Frontin, confrontando pe- lo lado esquerdo com Jônio Nunes de Almeida e pelos fundos com o lote nº 1, respectada a área que se encontra na caixa d'água, existente, conforme croquis anexo, aprovado pelo Poder Executivo confor- me processo nº 1.122/55.

Art. 2º — Os citados no artigo primeiro usarão a referida área para construção de suas se- des e manterão uma Escola de Futebol e em Curso para Diretores e Jovens.

Parágrafo único — O empréstimo prevalecerá enquanto forem cumpridas as condições do artigo 2º, e qualquer motivo que o faça cessar os benefícios pas- sarão ao patrimônio municipal, sem direito a quais- quer indenizações.

Art. 3º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as dispo- sições em contrário.

Prefeitura Municipal de Jora-Iguacu, 10 de setembro de 1965.

(as). — João Luiz do Nascimento,  
Prefeito



## Resolução nº 146

"Autoriza a abertura de crédito suplementar na importância de R\$ 325.000.000 (Trezentos e vinte e cinco milhões de cruzeiros).

A Câmara Municipal de Yora-Iguacu, por seus representantes legais, decreta e em sancionamento e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

Divisão de Locais e Obras		
59.4130	Equipamentos e Instalações	R\$ 17.400.000
94.4113	Prosseguimento e conclusão de obras	85.000.000
99.4113	Prosseguimento e conclusão de obras	216.754.950
Governo do Município		
03.3.1.4.0	Cargos Diversos	5.845.150
	<b>Total</b>	<b>325.000.000</b>

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Yora-Iguacu, 14 de setembro de 1965.

(as). — João Luiz do Nascimento  
Prefeito

le. Jemana,

18.9.65.

## Resolução nº 144

"Cria, no Quadro I (Cargos em Comissão), da Prefeitura Municipal de Yora-Iguacu, um cargo de Oficial de Gabinete, Padrão CC-1."

A Câmara Municipal de Yora-Iguacu, por seus representantes legais, decreta e em sancionamento e promulga a seguinte Resolução: —

Art. 1º — Fica criado, no Quadro I (Cargos em Comissão), da Prefeitura Municipal de Yora-Iguacu, um cargo de Oficial de Gabinete, Padrão CC-1.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Yora-Iguacu, 14 de setembro de 1965.

(as). — João Luiz do Nascimento  
Prefeito

A Tribuna

23.9.65



Resolução nº 148

"Sobre Crédito Especial e das outras providências.

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais decretada e em sessão pública e promulga a seguinte resolução: -

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Especial na importância de R\$ 120.000.000 (cento e vinte milhões de cruzeiros), para ocorrer as despesas com o calçamento dos seguintes logradouros - Rua Barão de Tingüá, no trecho compreendido entre as ruas Lopes Moreira e Sebastião Dacosta; e Rua Boa Vista.

Art. 2º - A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

14 de setembro de 1965.  
(as). - João Luiz do Nascimento. Prefeito  
b. Davanra, 26.9.65.

Resolução nº 149

"Dona uma área de terra ao Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários e Fretados de Nova Iguaçu, São João de Meriti e Nilópolis.

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu,

178  
Nova Iguaçu, por seus representantes legais decretada e sua sessão pública, na conformidade da lei, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica doada ao Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários e Fretados de Nova Iguaçu, São João de Meriti e Nilópolis, entidade sediada nesta cidade, uma área de terra situada neste município, com frente para a Rua Luiz de Lima, medindo 360 m (trezentos e sessenta metros quadrados), sendo 12,00 m de frente e de fundos por 30,00 m de ambos os lados.

Art. 2º - A área de terra objeto da doação destinar-se-á, exclusivamente à construção da sede do aludido Sindicato, no prazo de 5 (cinco) anos, a contar da data da efetivação da doação.

Art. 3º - Para efeito do disposto no artigo anterior, o Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários e Fretados de Nova Iguaçu, São João de Meriti e Nilópolis, assinará o Termo de Doação em que se oblique ao cumprimento das exigências nesta formuladas.

Art. 4º - No caso de inexecução, por parte do mencionado Sindicato, da obrigação de construir a sua sede, no prazo previsto, reverterá o imóvel ao patrimônio da Municipalidade, que ficará desobrigada de indenização por quaisquer benfeitorias introduzidas na referida área de terra.

Art. 5º - Fica revogada a Resolução nº 1246, de 5 de fevereiro de 1963.

Art. 6º - A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, 28 de setembro de 1965.



(as) — Geraldo Wiquilhti — Presidente  
Ricard Aguiar — 1º Secretário  
Octávio da Silveira Andrade  
2º Secretário

to. Davaura,  
10. 9. 65

Resolução nº 1750

"Queda perpetuidade de sepultura."

O Câmara Municipal de Nova-Iguacu, por seus representantes legais, decreta, e em sanciona e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica concedida perpetuidade de a sepultura dos irmãos Jua Maria Rodrigues Edurigos e Juiete Rodrigues Edurigos, a primeira falecida em 20/12/63 e a segunda em 28/12/63, contando com 15 e 13 anos respectivamente, filhas de Jilio Rodrigues Edurigos e Augusta Barrios Rodriguez, domiciliados a rua Visão nº 248 — Parque São Jorge, Engenheiro Pedreira, no município local.

Art. 2º — A perpetuidade se dará por falta de recursos da referida família e pelo curto lapso de tempo do ocorrido.

Art. 3º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova-Iguacu, 29 de setembro de 1965.

(as) — João Luiz do Nascimento —  
Prefeito

1799

Resolução nº 1751

"Queda isenção do imposto predial, à sede do Utilitários de Santa Eugênia Football Clube."

O Câmara Municipal de Nova-Iguacu, por seus representantes legais, decreta e em sanciona e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica concedido isenção do pagamento do imposto predial, à sede do Utilitários de Santa Eugênia Football Club, neste município, reconhecido de utilidade pública através da Resolução nº 1427 de 1963.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova-Iguacu, 29 de setembro de 1965.

(as) — João Luiz do Nascimento —  
Prefeito

Resolução nº 1752

"Doe área ao Governo do Estado."

O Câmara Municipal de Nova-Iguacu, por seus representantes legais, decreta e em sanciona e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica o Senhor Prefeito Municipal autorizado a doar a área, da municipalidade, de 3.300 metros quadrados, situada a 65-



trada de Madureira, no Jardim Ilorada, 1º distrito, com 70 ms, para rua O Artaguan Rodrigues; 30 ms p/ rua Galtier e 40 ms p/ rua Wiva uello, ao Governo Estadual para construção de uma Escola.

Art. 2º — A presente resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Mora-Iguacu,  
29 de setembro de 1965.

(as) — João Luiz do Nascimento —  
Prefeito

C. Lemaux, 23.10.65.

### Resolução nº 153

"Onede perpétuidade à sepultura a sepultura do Sr. Juy Soares de Souza e uello, e dá outras providências."

A Câmara Municipal de Mora-Iguacu por seus representantes legais, decreta e em sanção e promulga a seguinte resolução:

Art. 1º — Fica concedida, no cemitério de Mora-Iguacu, perpétuidade à sepultura onde se encontram inumados os restos mortais do Sr. Juy Soares de Souza e uello, ex. servidor da Prefeitura Municipal.

Art. 2º — A concessão a que se refere o

art. 1º, isenta a aludida sepultura, do pagamento de quaisquer emolumentos municipais, ficando ainda assegurada à família do saudoso extinto.

Art. 3º — A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Mora-Iguacu,  
29 de setembro de 1965.

(as) — João Luiz do Nascimento —  
Prefeito

### Resolução nº 154

"Cria o Departamento de Turismo e Divulgação do Município de Mora-Iguacu e dá outras providências."

A Câmara Municipal de Mora-Iguacu, por seus representantes legais, decreta e em sanção e promulga a seguinte resolução:

Art. 1º — Fica criado o Departamento de Turismo e Divulgação do Município de Mora-Iguacu, com a finalidade principal de promover o turismo por todos os meios, incrementando, assim, o turismo.

Art. 2º — Ficará, o aludido Departamento, subordinado diretamente ao Gabinete do Prefeito.

Art. 3º — Logo após a instalação do

180



Departamento, cuidará o mesmo de criar os recursos inerentes aos seus objetivos e propósitos, para a sua manutenção e expansão.

Art. 4º — Seu planejamento será feito por três membros, os quais serão escolhidos pelo Prefeito Municipal, recaiando estas escolhas, preferencialmente, em homens de Empresa do Município de Nova Iguaçu.

Art. 5º — O Prefeito Municipal deverá colocar à disposição do referido Departamento, todas as disponibilidades possíveis ao bom e fiel desempenho de missão para o qual está sendo instituído.

Art. 6º — Fica aberto o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) para atender às despesas de instalação do aludido Departamento de Turismo e Divulgação do Município de Nova Iguaçu.

Art. 7º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu,  
29 de setembro de 1965.

(as). — João Luiz do Nascimento.  
Prefeito

O. Lavoura, 24.10.65.

1811

### Resolução nº 1455

"Lei do pagamento de impostos e taxas municipais."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sanção e promulga a seguinte Resolução: —

Art. 1º — Fica isento de pagamento de todos os impostos e taxas municipais a "Associação dos Amigos de Shangrilá" situada em Salford. Roxo, 4º distrito deste Município.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 29 de setembro de 1965.

(as). — João Luiz do Nascimento.  
Prefeito

b. Semana,

23.10.65.

### Resolução nº 1456

"Abre o crédito Especial na importância de Cr\$ 25.000.000 (vinte e cinco milhões de cruzeiros), e dá outras providências."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sanção e promulga a seguinte Resolução:



Art. 1º — Fica aberto o Crédito Especial na importância de R\$ 25.000.000 (vinte e cinco milhões de cruzeiros), para fazer face ao pagamento da primeira prestação à Companhia Fluminense de Empreendimentos, dívida decorrente dos termos da Resolução nº 1245, de 13 de novembro de 1962, reduzida a importância total de R\$ 50.000.000 (cinquenta milhões de cruzeiros), daquela correspondente a avaliação procedida através do processo nº 8.435/65 conforme acordo firmado entre a Municipalidade e os representantes da aludida Companhia Fluminense de Empreendimentos.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova-Iguacu,  
30 de setembro de 1965.

(as). — João Luiz do Nascimento.  
Prefeito

b. Darouza

9.10.65.

1820  
Resolução nº 1454.

Altera a redação dos artigos 254 e 258 da Resolução nº 805/59, (Código Tributário Municipal).

A Câmara Municipal de Nova-Iguacu, por seus representantes legais, decreta e em sancionamento e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — Os artigos 254 e 258 da Resolução nº 805, de 3 de dezembro de 1959 (Código Tributário Municipal), passam a ter a seguinte redação: —

Art. 254 — O prazo de aluguel de sepultura para ou com carneiro, será de quatro (4) anos para adultos e de três (3) anos para infantes, e o prazo de aluguel de ossário de dez (10) anos.

Art. 258 — Uma vez esgotado o prazo de aluguel das sepulturas com carneiro, poderá o mesmo ser reformado por mais quatro (4) anos, findos os quais deverá ser feita a perpetuidade ou a exumação; o prazo de aluguel de ossário poderá ser reformado indefinidamente.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova-Iguacu, 5 de outubro de 1965.

(as). — João Luiz do Nascimento.  
Prefeito



Resolução nº 158

"Desapropria área de terra e dá outras providências."

A Câmara Municipal de Jora-Iguacu, por seus representantes legais, deuta e em sando- no e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal auto- rizado a desapropriar, por utilidade pública, por conta e favor do Município de Jora-Iguacu, o lote de terra nº 17, medindo 360 m<sup>2</sup>, com frente para a Praça do Jaime, do Bairro Meu Cantinho, em Itaipu, 3º distrito deste Município.

Art. 2º — A desapropriação de que tra- ta o artigo 1º, destina-se a posterior doação ao Gover- no do Estado, para ampliação do terreno onde se- rá edificado um prédio destinado ao funcionamen- to de um Grupo Escolar.

Art. 3º — Fica aberto o necessário Or- ção Especial para ocorrer os despesas decorrentes da aludida desapropriação.

Art. 4º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as dispo- sições em contrário.

Prefeitura Municipal de Jora-Iguacu,  
5 de outubro de 1965.

(as) — João Luiz do Nascimento —  
Prefeito

Resolução nº 159

"Dá área de terra à Associação Atléti- ca Flagana e dá outras providências."

A Câmara Municipal de Jora-Iguacu, por seus representantes legais, deuta e em sando- no e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica doada à Associação Atlética Flagana, entidade esportiva situada em Iperquita, 5º distrito deste Município, uma área de terra pa- trimônio municipal, medindo 20 m de frente pe- la Av. Níxia, igual largura nos fundos, por 30 m, da frente aos fundos, num total de 600,00 m<sup>2</sup>, desmembrados da área doada à Prefeitura Municipal através do loteamento de Horácio Leves da Silva.

Art. 2º — A doação de que trata o arti- go precedente, destina-se à construção da sede social da referida entidade, que por sua vez terá o prazo de dois anos, para a construção da aludida obra.

§ Único — No caso do não atendimento do que estabelece o artigo 2º, voltará o imóvel a in- tegrar o patrimônio municipal, que ficará desobriga- do de indenização por quaisquer benfeitorias introdu- zidas no terreno.

Art. 3º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as dispo- sições em contrário.

Prefeitura Municipal de Jora-Iguacu, 5 de outubro de 1965.

(as) — João Luiz do Nascimento —  
Prefeito

Jo. Senaia,

23.10.65



## Resolução nº 1460

Declara de utilidade pública o usufruto do Futebol Clube.

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e sanciona e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica reconhecido de utilidade pública o usufruto do Futebol Clube, com sede à rua Iguaçu, nº 160, no Bairro da Prata, 1º distrito deste Município.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu,  
5 de outubro de 1965.

(as). — João Luiz do Nascimento —  
Prefeito.

O. Lacerda,  
4. 11. 65

## Resolução nº 1461

"Dá ao Potyguare Futebol Clube as áreas de terra do patrimônio municipal e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e sanciona e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — Ficam doadas ao Potyguare Futebol Clube, entidade esportiva situada à Avenida Bra-

sil, s/nº, em Urquiza, 5º distrito deste Município, três áreas de terra, do Patrimônio Municipal, com as seguintes características e confrontações: — área com 4.508ms, com frente para a Avenida Brasil, por onde mede 84,00 ms., confrontando, do lado direito, por onde mede 67,00 ms, com terreno particular e pelo lado esquerdo, com duas áreas da municipalidade, por onde mede 68 ms; área medindo 845 ms, fazendo frente para a Avenida Brasil, por onde mede 12 metros; área medindo 492 ms², fazendo frente para a Avenida Brasil; por onde mede 12 metros; área medindo 492 ms, fazendo frente para a rua Urmas Gerais, por onde mede 13 metros. Tanto uma como outra, confirma, à direita, com a primeira área descrita, do patrimônio municipal e do lado esquerdo, com terreno particular, somando as três áreas o total de 8.615 m².

Art. 2º — As doações das áreas supra mencionadas, destinam-se à construção, na primeira, da quadra de esportes da entidade beneficiada, e nas duas últimas, sua sede social, a qual se destina, por igual, ao funcionamento de uma escola.

Art. 3º — A entidade beneficiada terá o prazo de três anos para a conclusão das obras discriminadas no artigo precedente, findos os quais se não forem levadas a efeito, voltarão os imóveis a integrar o patrimônio municipal, que ficará desobrigado de indenizações por quaisquer benfeitorias introduzidas no terreno.

Art. 4º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 5 de setembro de 1965.

(as). — João Luiz do Nascimento —  
Prefeito

184



Resolução nº 1462

"Considera justificadas, para todos os efeitos, faltas de funcionários ocorridas antes da vigência do Estatuto dos Servidores Municipais."

O Câmara Municipal de Nova-Iguacu, por seus representantes legais, decreta e em sanção e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — Ficam consideradas justificadas, para todos os efeitos, as faltas dos funcionários da Prefeitura Municipal de Nova-Iguacu, até 5 (cinco), no máximo, ocorridas antes da vigência da Resolução nº 642, de 26 de agosto de 1958 (Estatuto dos Funcionários da Prefeitura Municipal de Nova-Iguacu).

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova-Iguacu,  
5 de outubro 1965.  
(as). — João Luiz do Nascimento.  
Prefeito.

O Tribuna,  
14. 10. 65.

Resolução nº 1463

"Isenta do Suposto de Transmissão."

O Câmara Municipal de Nova-Iguacu, por seus representantes legais, decreta e em sanção e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica isenta do Suposto de Transmissão Inter-vivos, a propriedade da "Cruza Espirita Unidos Na Fé" localizada à rua Sete de Setembro nº 590/598, Vila Camary.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova-Iguacu, 5 de outubro 1965.  
(as). — João Luiz do Nascimento.  
Prefeito.

Tribuna,  
14. 11. 65.

Resolução nº 1464

"Considera de utilidade pública."

O Câmara Municipal de Nova-Iguacu, por seus representantes legais, decreta e em sanção e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica considerado de utilidade pública o "Instituto S. L.", com sede à rua 15 de novembro, nº 2, em Jardim, 1º distrito deste Município.

Art. 2º — A presente Resolução entrará



em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vora-Iguacu,  
5 de outubro de 1965.

(as) — João Luiz do Nascimento.

Prefeito

6. da Semana,  
23.10.65.

### Resolução nº 1465.

"Reconhece de utilidade pública o Centro Espírita São Benedito."

A Câmara Municipal de Vora-Iguacu, por seus representantes legais, decreta e em sanção e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica reconhecido de utilidade pública o Centro Espírita São Benedito, situado a rua Santa Eugênia, quadra 1, lote 40, Bairro Santa Eugênia, Vora-Iguacu.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vora-Iguacu,  
5 de outubro de 1965.

(as) — João Luiz do Nascimento —  
Prefeito

1860

### Resolução nº 1466.

"Autoriza o Prefeito Municipal a doar uma área de terra ao Centro Espírita Luiz e Caridade Allan Kardec."

A Câmara Municipal de Vora-Iguacu, por seus representantes legais, decreta e em sanção e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal autorizado a doar ao Centro Espírita Luiz e Caridade Allan Kardec, uma área de terra situada no loteamento "Granja Alva", em Encimados, medindo 18 metros de frente para a rua Figueira, 60,00 metros do lado direito, 16,00 metros do lado esquerdo, confrontando-se de ambos os lados com terrenos do referido loteamento, com 60,00 metros de fundos, onde se confronta com terrenos de Joaquim Gonçalves.

Art. 2º — A doação de que trata o artigo anterior destina-se a construção de uma escola que funcionará gratuitamente, podendo a parte restante da área de terra ser utilizada como bem lhe aprouver, mas, sem que dela, ou das construções nela feitas sejam auferidos quaisquer lucros.

Art. 3º — Se dentro do prazo de cinco (5) anos não for feita a construção de que fala o artigo 2º, a referida área de terra reverterá para o patrimônio da municipalidade, sem que a mesma se veja na obrigação de indenizar quaisquer benfiteiros por acaso ali existentes.

Art. 4º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vora-Iguacu,  
5 de outubro de 1965.



Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu,  
5 de outubro de 1965.  
(as). — João Luiz do Nascimento —  
Prefeito

P. Semana,  
23-10-65.

Resolução nº 1161

"Autoriza calcamento da rua -  
rua Viciosa e dá outras provi-  
dências."

O Câmara Municipal de Nova-  
Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em san-  
ciona e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal  
autorizado a proceder o calcamento da rua Vici-  
osa, em Edson Passos, 5º distrito deste Município.

Art. 2º — As despesas decorrentes do  
artigo anterior correrão por conta da verba própria.

Art. 3º — A presente Resolução entra-  
rá em vigor na data de sua publicação, revogadas  
as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova-Iguaçu,  
5 de outubro de 1965.

(as). — João Luiz do Nascimento.  
Prefeito

187

Resolução nº 1168.

"Autoriza calcamento da rua Paulo  
Mendes e dá outras providências."

O Câmara Municipal de Nova-Iguaçu,  
por seus representantes legais decreta e em sanciona  
e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal auto-  
rizado a proceder o calcamento da rua Paulo Men-  
des, localizada em Edson Passos, 5º distrito deste mu-  
nicipio.

Art. 2º — As despesas decorrentes do artigo an-  
terior correrão por conta da verba própria.

Art. 3º — A presente Resolução entrará em  
vigor na data de sua publicação, revogadas as dispo-  
sições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova-Iguaçu, 5  
de outubro de 1965.

(as). — João Luiz do Nascimento.  
Prefeito.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM  
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR DE PESQUISA

Resolução nº 1169

"Declara área de terra a ultra-  
passada de Nova-Iguaçu, e dá outras  
providências."

O Câmara Municipal de Nova-  
Iguaçu, por seus representantes legais decreta e em sancio-  
na e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal



autorizado a doar uma área de terra à Mitra Mis-  
siana de Jora. Iguaçu, em Japeri, 6º distrito deste mu-  
nicípio, fora do perímetro urbano, medindo 20 metros  
para a traseira direita, igual largura na linha dos  
fundos e 60 metros da frente aos fundos de ambos os  
lados, confrontando do lado esquerdo e dos fundos com  
terrenos de propriedade do Sr. José de Assis Ferreira.

Art. 2º — A área de terra objeto des-  
sa doação se destina a construção da Igreja de São  
João, dentro do prazo de 3 (três) anos, a contar da  
data da doação.

Art. 3º — No caso de não ser cons-  
truída dentro do prazo previsto no artigo anterior, a  
área de terra voltará ao patrimônio municipal.

Art. 4º — A presente resolução entrará  
em vigor na data de sua publicação, revogadas  
as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Jora-Iguaçu,  
5 de outubro de 1965.

(as). — João Luiz do Nascimento.  
Prefeito

Resolução nº 1710

"Concede perpetuidade à sepultura."

A Câmara Municipal de Jora-Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em san-  
ção e promulga a seguinte resolução:

Art. 1º — Fica concedida perpetuidade  
à sepultura onde se encontram inumados os res-  
tos mortais do cidadão Miguel Garcia.

Art. 2º — Fica concedida a que se refere bar-  
tigo precedente, isenta do pagamento de quaisquer  
emolumentos municipais que recaiam sobre a sepulta-  
ra.

Art. 3º — A presente resolução entrará em  
vigor na data de sua publicação, revogadas as  
disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Jora-Iguaçu, 5 de  
outubro de 1965.

(as). — João Luiz do Nascimento.  
Prefeito

Resolução nº 1711

"Autoriza o Prefeito a doar área de  
terra ao Estado do Rio de Janeiro,  
para construção de um Grupo Esco-  
lar."

A Câmara Municipal de Jora-Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sanção e  
promulga a seguinte resolução:

Art. 1º — Fica o Prefeito do Município au-  
torizado a doar ao Estado do Rio de Janeiro,  
uma área de terra com 1.800 m², situada no bar-  
ço do Paucho Joro, nesta cidade, 1º distrito, com



ou fonte para as ruas Guarany, Parco da Gama Ocidental, pertencente ao patrimônio municipal.

Art. 2º — A área a ser doada, se destina à construção de um Grupo Escolar pelo Estado do Rio de Janeiro.

Art. 3º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 5 de outubro de 1965.

(as). — João Luiz do Nascimento  
Prefeito

Resolução nº 1442.

"obre o crédito Especial para obras urgentes no Fórum Itabiana.

O Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e sanciona e promulga a seguinte Resolução: —

Art. 1º — Fica aberto o crédito especial na importância de R\$ 3.000.000 (três milhões de cruzeiros), para atender a despesa com obras de adaptação e melhoria, no edifício do "Fórum Itabiana", desta Comarca, a serem realizadas pela Prefeitura, a pedido do Ex.<sup>mo</sup> Sr. Dr. Luiz de Azeiteiro e Diretor do referido Fórum.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 11 de outubro de 1965.

(as). — João Luiz do Nascimento  
Prefeito

Resolução nº 1443.

"Muda denominação de logradouro e dá outras providências.

O Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e sanciona e promulga a seguinte Resolução: —

Art. 1º — Passa a denominar-se Rua Domingos Rocha o atual logradouro que tem a denominação de Caminho do Mantoso, no Bairro da Prata, no 1º distrito deste Município.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 11 de outubro de 1965.

(as). — João Luiz do Nascimento  
Prefeito

C. Semana,  
16.10.65.



Resolução nº 1114

"Dôa ao Governo Estadual os lotes de terra de nºs 18 e 19, situados à fmeida Guarani e Traca n. Jaime, do Bairro n.º Continho, em Heliópolis, neste município."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sanção e promulga a seguinte resolução:—

Art. 1º — Ficam doados ao Governo Estadual, os lotes de terra de nºs 18 e 19, situados, respectivamente, à fmeida Guarani e Traca n.º Jaime, do Bairro n.º Continho, em Heliópolis, neste município.

Art. 2º — A doação de que trata o artigo precedente destina-se à construção de um Grupo Escolar.

Art. 3º — A obra em questão deverá estar concluída dentro do prazo de dois (2) anos, findos os quais, se não for levada a efeito, voltará o imóvel a integrar o patrimônio da municipalidade.

Art. 4º — A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu,  
11 de outubro de 1965.

(as). — João Luiz do Nascimento.  
Prefeito

Resolução nº 1115.

"Abre Crédito Especial de R\$ 10.000.000 (Quarenta milhões de cruzeiros)."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sanção e promulga a seguinte resolução:—

Art. 1º — Fica aberto o Crédito Especial de R\$ 10.000.000, (quarenta milhões de cruzeiros), para ocorrer as despesas de obras de pavimentação e urbanização no Bairro Califórnia, 1º distrito deste município.

Art. 2º — A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 11 de outubro de 1965.

(as). — João Luiz do Nascimento.  
Prefeito

Resolução nº 1116.

"Senta do imposto de transmissão inter-vivos a Igreja Batista de Andaraí de Graça."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sanção e promulga a seguinte resolução:—

Art. 1º — Fica isenta do imposto de



transmissão inter-vivos, a Igreja Batista de Andrade Araújo, situada no lote nº 53, quadra 2, no Parque do Engenho Pequeno, Andrade Araújo, 1º distrito deste Município.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 12 de outubro de 1965.

(as). — João Luiz do Nascimento — Prefeito

### Resolução nº 1.111

"Queda isenção do imposto predial aos imóveis locados à Municipalidade.

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e sanciona e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — Todos os imóveis locados à Municipalidade, gozarão a isenção do pagamento do imposto predial.

Art. 2º — A concessão de que trata o artigo precedente, deverá ser consignada nos respectivos contratos celebrados entre locador e locatário, fazendo-se para aqueles já efetuados, nos termos aditivos, consignando-se o direito a isenção que se concede através desta Resolução.

Art. 3º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 12 de outubro de 1965.

(as). — João Luiz do Nascimento — Prefeito

A Tribuna,  
20.10.65

### Resolução nº 1.118

"Autoriza o Prefeito Municipal a proceder iluminação pública na rua Augusto dos Anjos.

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e sanciona e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal autorizado a proceder iluminação pública na rua Augusto dos Anjos, em Belford Roxo, 1º distrito deste Município.

Art. 2º — As despesas decorrentes da presente Resolução correrão por conta da verba própria.

Art. 3º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 11 de outubro de 1965.

(as). — João Luiz do Nascimento — Prefeito



Resolução nº 1419.

"Muda denominação de logradouro no 1º distrito."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sanção e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — Para a denominar-se rua João Batista Rodrigues, a atual rua Triunfo, situada no Bairro California, 1º distrito do Município de Nova Iguaçu.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu,  
11 de outubro de 1965.

(as) — João Luiz do Nascimento.  
Prefeito

Resolução nº 1480

"Dá nova denominação a atual rua Ary Chiavo, em Novo Iguaçu, 1º distrito deste Município."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sanção e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — Para a denominar-se rua Ministro Baptista da Piedade, a atual rua Ary Chiavo, situada em Novo Iguaçu, 1º distrito deste Município.

1920

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 11 de outubro de 1965.

(as) — João Luiz do Nascimento.  
Prefeito

6. da Semana,  
23-10-65

Resolução nº 1481

"Dispõe sobre o reequadramento do inativo (Auto Dias Norais, em cumprimento do art. 188 do Estatuto dos funcionários."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sanção e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — Para efeito de fixação dos proventos de aposentadoria, na conformidade do disposto no Art. 188 da Resolução nº 642, de 26 de agosto de 1958, fica o Prefeito autorizado a reajustar os proventos do servidor aposentado desta Prefeitura, (Auto Dias Norais, no padrão nº observado, inclusive, para efeito de cálculo da gratificação adicional, e tempo de serviço público prestado pelo referido servidor.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu,  
11 de outubro de 1965.



(as). — João Luiz do Nascimento.  
Prefeito.

Resolução nº 1482

"Autoriza calçamento e dá outras providências."

O Câmara Municipal de Nova-Iguacu, por seus representantes legais, decreta e em sanciona e promulga a seguinte resolução: —

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal autorizado a proceder o calçamento da Rua Verdinha Ponto, no 1º distrito deste município.

Art. 2º — As despesas decorrentes da presente resolução correrão por conta da verba própria.

Art. 3º — A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova-Iguacu, 11 de outubro de 1965.

(as). — João Luiz do Nascimento.  
Prefeito

1965

Resolução nº 1483

"Autoriza o Prefeito Municipal a instalar rede de alta e baixa tensão."

O Câmara Municipal de Nova-Iguacu, por seus representantes legais, decreta e em sanciona e promulga a seguinte resolução: —

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal autorizado a instalar rede de alta e baixa tensão, bem como, iluminação pública, no Jardim Alvorada, no 1º distrito deste município.

Art. 2º — As despesas decorrentes com o artigo anterior, correrão por conta da verba própria.

Art. 3º — A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova-Iguacu, 11 de outubro de 1965.

(as). — João Luiz do Nascimento.  
Prefeito.

Resolução nº 1484

"Transfere bens de uso comum para a classe de bens dominiais do município."

O Câmara Municipal de Nova-Iguacu, por seus representantes legais, decreta e em sanciona e promulga a seguinte resolução: —

Art. 1º — Ficam transferidas, da classe de bens de uso comum para a de bens dominiais



do município, na conformidade do disposto no artigo 6º do Código Civil, duas áreas de terra desmembradas de cinco outras, que, para o efeito de loteamento, conforme processo nº 6.498, de 30 de agosto de 1950, foram reunidas num só todo, situadas na zona suburbana do 2º distrito deste município, em Quilimados, medindo, a primeira, 14 metros voltados para os lotes números 1, 2, 3, 4, 5, da quadra 9; com os lotes 15 a 20, da quadra 11, envolvendo as embocaduras das ruas Vila Bela, Cananúa e Sumatra; 213 metros voltados para os lotes 20 a 28, da quadra 14; 88 metros voltados para os lotes 25 a 29, da quadra 12, e 84 metros voltados para os lotes 11 a 16, da quadra 19, inclusive a embocadura das ruas Lorena e Guaira, com a superfície de 11.348 metros quadrados; a segunda, 50 metros de largura ao longo da rua Quiluz, igual largura na linha dos fundos, confrontando com terras de Jair Alves Reis, ou sucessores, 30 metros de extensão por ambos os lados, confrontando, à direita, com o lote 14, da quadra 26, e, à esquerda, com o lote 24, da quadra 16, com a superfície de 1.500 metros quadrados, perfazendo as duas áreas aqui descritas o total de 12.848 metros quadrados, conforme escritura lavrada nas notas do Tabelião do Cartório do 3º Ofício desta Comarca, em 23 de fevereiro do ano de 1951, no livro 22-C desta Comarca, em 23 de fevereiro do ano de 1951, no livro 22-C, fls. 96 v.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu,  
em, 11 de outubro de 1965.

(as). — João Luiz do Nascimento.  
Prefeito

Virbuna  
24.10.65

1965

## Resolução nº 1485.

“Transfere bens de uso comum para a classe de bens dominiais do município.”

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução: —

Art. 1º — Fica transferida, da classe de bens de uso comum para a de bens dominiais do município, na conformidade do disposto no art. 6º do Código Civil, uma área de terra com 140,00 m², de superfície, medindo 18,40 metros de frente para a rua da Saudira, 26,00 metros de fundos para a rua S. Valéria, 34,60 metros pelo lado direito, onde confronta com terreno da Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 10,50 metros na curva de concordância, formada pelas ruas da Saudira e Valéria, situada em Quilimados, 2º distrito deste município, área esta a ser desmembrada de área de maior porção, reservada para uso comum, conforme planta aprovada pela Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, processo nº 8.566/48, e constando do plano de loteamento.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 11 de outubro de 1965.

(as). — João Luiz do Nascimento,  
Prefeito

João Virbuna,  
21.10.65



Resolução nº 1786

"Doa área de terra ao Mucará E. C. e dá outras providências."

O Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sancionando é promulgo a seguinte Resolução: —

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal autorizado a doar ao Mucará Esporte Clube, situado em Engenheiro Pedreira, 6º distrito, deste município, a área de terra medindo 7.350 m<sup>2</sup>; assim distribuídos: — 103,00 metros pela rua Librari, 48,00 metros pela rua Maracá, 118,40 metros para rua Macaé e 50,90 metros, para a Av. Cambaú.

Art. 2º — A doação a que se refere o art. 1º destina-se à construção da praça de esportes do mencionado clube, a qual, se não for levada a efeito, no prazo de três anos, voltará o imóvel a integrar o patrimônio da Municipalidade, que ficará desobrigada de quaisquer indenizações por benfeitorias introduzidas no terreno.

Art. 3º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 11 de outubro de 1965.

(Ass). — João Luiz do Nascimento.  
Prefeito

Attestado,

24.10.65.

1955

Resolução nº 1787

"Autoriza a permuta de área de terra pertencente ao patrimônio municipal."

O Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sancionando é promulgo a seguinte Resolução: —

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal autorizado a permutar parte da área de terra pertencente ao patrimônio municipal, situada em Quinimados, 2º distrito deste município, medindo 10,30 ms, de frente para a Estrada Carlos Sampaio, 10 ms nos fundos, onde confronta com a rua Paranaíba, por 32 ms de extensão pelo lado direito onde confronta com o remanescente da área da qual é desmembrada, de propriedade da Municipalidade, por 38,23 ms, de extensão pelo lado direito, onde confronta com o lote 11, de propriedade de Luiz Dias Birno ou sucessores, com a área de 351,10 ms, conforme planta aprovada pelo processo nº 14.110/58, por outra área, de propriedade de Luiz Dias Birno, situada entre o cemitério público de Quinimados e a rua Kalapalos, em forma triangular, medindo 8 ms de frente para a Estrada Senador Mariinho Henriques de Oliveira, 111 ms pelo lado direito, onde confronta com o cemitério referido, 110,20 ms pelo lado esquerdo, confrontando com a rua Kalapalos, e zero metros nos fundos, com a área de 306,30 ms, situada em Quinimados, 2º distrito deste município.

Art. 2º — A área pertencente a Luiz Dias Birno, que passará, em face desta permuta, a pertencer à Municipalidade, se destina a ampliação do Cemitério Público de Quinimados.

Art. 3º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



11 de outubro de 1965.  
(as). — João Luiz do Nascimento.  
Prefeito

Resolução nº 1488

"Autoriza compra de material esportivo para a Liga Iguaçuana de Desportos."

A Câmara Municipal de Iora-Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sancionamento e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal autorizado a comprar material esportivo para a Liga Iguaçuana de Desportos — modalidade de Futebol.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Iora-Iguaçu,  
11 de outubro de 1965.  
(as). — João Luiz do Nascimento.  
Prefeito.

1965

Resolução nº 1489

"Autoriza calçamento e dá outras providências."

A Câmara Municipal de Iora-Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sancionamento e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal autorizado a efetuar o calçamento da Praça Dr. Manoel Duarte, na freguesia, 5º distrito deste Município.

Art. 2º — As despesas decorrentes do artigo precedente correrão por conta da verba própria, do orçamento vigente.

Art. 3º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Iora-Iguaçu, 11 de outubro de 1965.

(as). — João Luiz do Nascimento.  
Prefeito

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM  
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - GUERRO

Resolução nº 1490

"Autoriza calçamento e dá outras providências."

A Câmara Municipal de Iora-Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e em sancionamento e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal autorizado a proceder o calçamento da Rua Salda-



na, no 1.º distrito deste município.

Art. 2.º — As despesas decorrentes da presente Resolução correrão por conta da Verba própria.

Art. 3.º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Jora-Iguacu, 11 de outubro de 1965.

(as). — João Luiz do Nascimento.  
Prefeito

### Resolução nº 1191

"Lei de imposto e Vale do Espírito Country Club, sociedade civil, sediada neste município, considerado de utilidade pública."

A Câmara Municipal de Jora-Iguacu, por seus representantes legais, decreta e em sanção e promulga a seguinte Resolução: —

Art. 1.º — Fica isento do pagamento dos impostos territorial, predial e de transmissão de Ter. Direitos, os imóveis de propriedade do "Vale do Espírito Country Club," enquanto servir aos fins a que se destina.

§ Único — Obriga-se a beneficiária, face à sua finalidade (promover atividades recreativas, sociais e culturais), a manter na sua sede, ou em local determinado, uma escola primária gratuita pa-

ra atendimento dos filhos ou dependentes dos associados e moradores da localidade onde se situa a escola.

Art. 2.º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Jora-Iguacu, 11 de outubro de 1965.

(as). — João Luiz do Nascimento.  
Prefeito

Bo. Semana,

23-10-65.

Bo. Semana,

1-11-65

### Resolução nº 1192

"Considera de Utilidade Pública o Blameiro de Camary Esporte Clube."

A Câmara Municipal de Jora-Iguacu, por seus representantes legais, decreta e em sanção e promulga a seguinte Resolução: —

Art. 1.º — Fica considerado de utilidade pública, para todos os fins previstos em lei, o Blameiro de Camary Esporte Clube, com sede provisória a Estrada C. 1155, Vila Camary, 1.º distrito deste município.

Art. 2.º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Jora-Iguacu, 11 de outubro de 1965.

(as). — João Luiz do Nascimento.  
Prefeito



Resolução nº 1.93.

"Autoriza o Prefeito Municipal a proceder o calcamento de ruas e dá outras providências."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e sanciona e promulga a seguinte Resolução: —

Art. 1º — Fica o Prefeito Municipal autorizado a proceder o calcamento das ruas Parão de Sinquá, Rita Gonçalves e Comendador Francisco Baroni, no 1º distrito.

Art. 2º — As despesas decorrentes do artigo anterior correrão por conta da verba própria.

Art. 3º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º — Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu,  
11 de outubro de 1965.

(as). — João Luiz do Nascimento.  
Prefeito

Resolução nº 1.94.

"Cria um cargo de Fiscal de Obras, padrão I, do Quadro III, para cumprimento de decisão judicial."

198  
A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e sanciona e promulga a seguinte Resolução: —

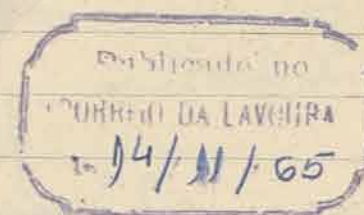
Art. 1º — Fica criado, no Quadro III, um cargo de Fiscal de Obras, padrão I.

Art. 2º — O cargo a que se refere o artigo 1º desta Resolução, destinar-se-á ao cumprimento de decisão judicial, conforme expediente constante do processo administrativo nº 16.548/65, e deverá ser ocupado por Bernardino José Soares de Souza e Afello.

Art. 3º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 11 de novembro de 1965.

(as). — João Luiz do Nascimento.  
Prefeito



Resolução nº 1.95.

"Protege de utilidade pública o Posto Médico Dentário Monsenhor Solano Santos de Menezes, situado em Helioópolis, 1º distrito deste Município."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais, decreta e sanciona e promulga a seguinte Resolução: —

Art. 1º — Fica reconhecido de utilidade pública o Posto Médico Dentário Monsenhor



Solano Dantas de Almeida, situado em Redópolis,  
4º distrito deste município.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 11 de novembro de 1965.

(as) — João Luiz do Nascimento,  
Prefeito

### Resolução nº 1.196

"Declara de utilidade pública a Igreja Evangélica Presbiteriana de Deus."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais decrete e em sancionamento e promulgo a seguinte Resolução: —

Art. 1º — É considerada de utilidade pública, para todos os fins previstos em lei, a Igreja Evangélica Presbiteriana de Deus, com sede nesta cidade, à Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1.216.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 11 de novembro de 1965.

(as) — João Luiz do Nascimento,  
Prefeito

### Resolução nº 1.197

"Autoriza calçamento e dá outras providências."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais decrete e em sancionamento e promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º — É a Câmara Municipal autorizada a proceder ao calçamento do trecho da Estrada Municipal, entre as ruas Jesus Cristo e Mary Elza, e das ruas Côrtes Gonçalves e Filalta.

Art. 2º — As despesas decorrentes do artigo anterior correrão por conta da verba própria.

Art. 3º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 23 de novembro de 1965.

(as) — João Luiz do Nascimento,  
Prefeito

### Resolução nº 1.198

"Concede isenção do imposto de transmissão e inter vivos a Igreja Espírita Francisco de Assis."

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por seus representantes legais decrete e em sancionamento e promulgo a seguinte Resolução:



Art. 1º — fica concedido isenção do imposto de transmissão e inter-vivos à casa Espírito-Santo Francisco de Jesus, com sede própria à rua Bel. Alberto de Melo, lote 1, em Praia Branca, 4º distrito deste Município.

Art. 2º — a presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova-Iguacu,  
23 de novembro de 1965.

(as). — João Luiz do Nascimento.  
Prefeito

Resolução nº 1.499.

"Concede perpetuidade à sepultura do ex-servidor da Prefeitura Municipal de Nova-Iguacu, Manoel Demos."

A Câmara Municipal de Nova-Iguacu, por seus representantes legais, decreta e em sancionando e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — fica concedida, no cemitério desta cidade, perpetuidade à sepultura do extinto Manoel Demos, que prestou durante muitos anos, serviços à Prefeitura Municipal de Nova-Iguacu.

Art. 2º — o aumento a que se refere o artigo anterior, é referente à isenção do pagamento de quaisquer emolumentos municipais, ficando assegurado à família do extinto as disposições de que trata o artigo 1º, constantes do Código Tributário vigente.

Art. 3º — a presente Resolução, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova-Iguacu,  
23 de novembro de 1965.

(as). — João Luiz do Nascimento.  
Prefeito

Resolução nº 1.800.

"Autoriza calcamento e dá outras providências."

A Câmara Municipal de Nova-Iguacu, por seus representantes legais, decreta e em sancionando e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º — fica o Prefeito Municipal autorizado a proceder o calcamento da rua Uruguai, ligando as ruas Dr. Otávio Tarquino com Drs. Barros Finim, no 1º distrito deste Município.

Art. 2º — a presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova-Iguacu,  
23 de novembro de 1965.

(as). — João Luiz do Nascimento.  
Prefeito

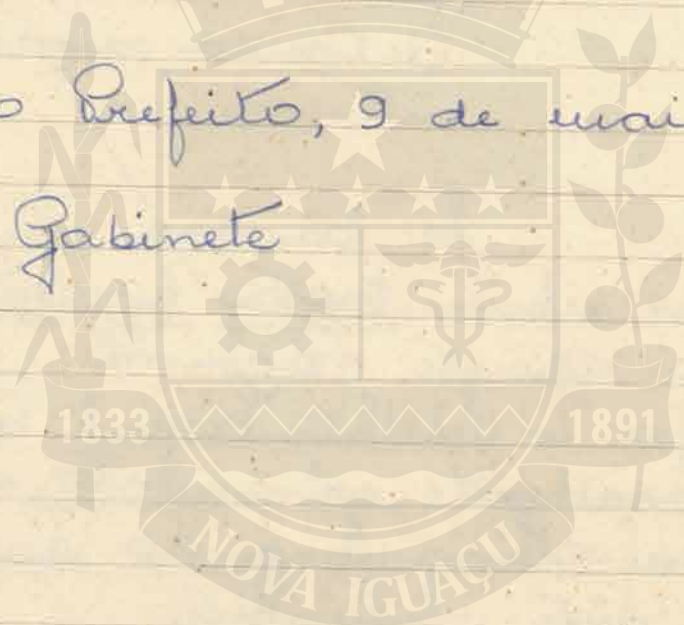


*Térmo de Encerramento*

Contém este livro 200 (duzentas) folhas, todas numeradas tipograficamente, e por mim rubricadas, e servirá para o fim declarado no termo de abertura.

Gabinete do Prefeito, 9 de maio de 1963.

Chefe do Gabinete



ARQUIVO DE PLANTAS

ACERVO DIGITALIZADO





ACERVO DIGITALIZADO



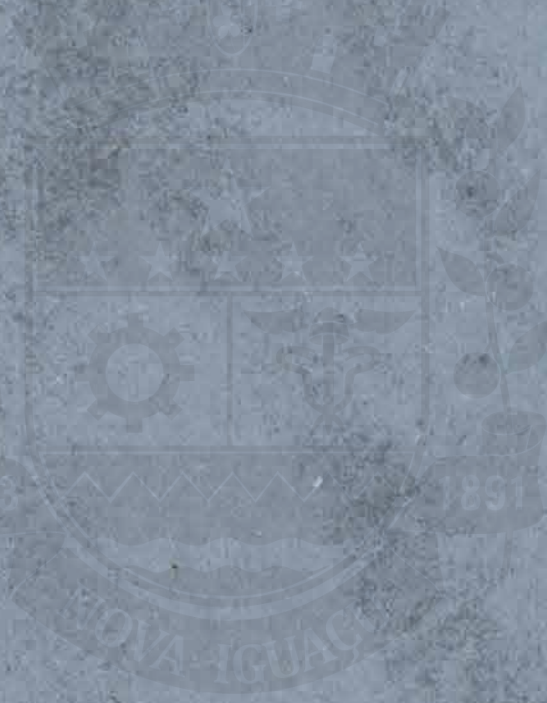
**CEDIM**  
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM  
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFRJ



ARQUIVO DE PLANTAS



ACERVO DIGITALIZADO



EDIM

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM  
INSTITUTO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

ARQUIVO DE PLANTAS



ACERVO DIGITALIZADO



**CEDIM**  
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM  
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFRJ



DIÁRIOS OFICIAIS